



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXXI Nº 161, SÁBADO, 26 DE SETEMBRO DE 2026

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2ª - Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PODE-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Ana Carolina Lemos Oliveira Ferreira
Diretora da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 127ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 25 DE SETEMBRO DE 2026

1.1 – ABERTURA 7

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a celebrar os 25 anos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs) e da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), nos termos do Requerimento nº 584/2026, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores. 7

1.2.1 – Execução do Hino Nacional brasileiro pela cantora Iris Colonna Santos Silva 7

1.2.2 – Discurso do Presidente (Senador Izalci Lucas) 7

1.2.3 – Exibição de vídeo institucional 8

1.2.4 – Oradores

Sra. Vanessa Dalva Guimarães Campos, Diretora Executiva da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs) 8

Senadora Damares Alves 10

Sra. Cláudia Regina Zaramella, Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs) 12

1.2.5 – Exibição de vídeo institucional 15

1.2.6 – Oradores (continuação)

Sr. Kécyo Dayvid Lopes Gomes, acadêmico de Enfermagem e representante da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) 15

Sr. Marcos Eduardo Vieira de Paula, acadêmico de Medicina e representante da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) 16

Sr. Rinaldo de Souza Neves, ex-Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) 19

Sr. Alécio de Oliveira e Silva, Docente do Curso de Graduação em Medicina da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) 21



1.2.7 – Entrega de diplomas comemorativos a personalidades que tiveram importante contribuição nos 25 anos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde e da Escola Superior de Ciências da Saúde	23
1.2.8 – Apresentações da Bateria Histeria, do Curso de Enfermagem, e da Bateria Bicuda, do Curso de Medicina da ESCS	24
1.2.9 – Entrega de diploma comemorativo ao Sr. Rinaldo de Souza Neves	24
1.2.10 – Discurso da Presidência (Senador Izalci Lucas)	24
1.3 – ENCERRAMENTO	25

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 756/2026, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 780, de 2023, sancionado e convertido na Lei nº 15.507, de 21 de setembro de 2026.* **27**

Nº 757/2026, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 1.663, de 2022, sancionado e convertido na Lei nº 15.508, de 21 de setembro de 2026.* **29**

Nº 758/2026, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 3.453, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.509, de 21 de setembro de 2026.* **31**

Nº 760/2026, na origem (**Mensagem nº 56/2026, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.* **33**

Nº 761/2026, na origem (**Mensagem nº 57/2026, no Senado Federal**), que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.* **80**

Nº 764/2026, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 1.743, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.511, de 21 de setembro de 2026.* **116**

Nº 767/2026, na origem, que *restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.512, de 22 de setembro de 2026.* **118**

2.1.2 – Ofício da Ministra de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Nº 2684/2026, na origem, em resposta ao Requerimento nº 56/2026, do Senador Jaime Bagattoli. **121**

2.1.3 – Prejudicialidade



Prejudicialidade do Requerimento nº 108/2024.	123
Prejudicialidade do Requerimento nº 457/2026.	124
Prejudicialidade dos Requerimentos nºs 674/2023 e 858/2024.	125

2.1.4 – Projetos de Lei

Nº 5473/2026, do Senador Jader Barbalho, que <i>institui a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Produtiva - PNDTIP, estabelece diretrizes para a modernização institucional das políticas de redução das desigualdades regionais e de fortalecimento da agricultura familiar em bases tecnológicas e sustentáveis, e dá outras providências.</i>	127
--	-----

Nº 5474/2026, do Senador Wellington Fagundes, que <i>altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, para vedar a nomeação para cargo público federal de pessoa condenada definitivamente por crime cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher.</i>	139
---	-----

2.1.5 – Projeto de Lei Complementar

Nº 263/2026, do Senador Wellington Fagundes, que <i>altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para dispor sobre a não incidência do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS sobre contribuições e operações internas no âmbito das entidades civis sem fins lucrativos e de seus sistemas de representação, bem como para vedar a retenção desses valores pelo mecanismo de pagamento fracionado, e dá outras providências.</i>	146
--	-----

PARTE III

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	154
4 – RETIFICAÇÃO	
Diário do Senado Federal nº 117, de 25 de julho de 2026	158
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	159
6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	162
7 – LIDERANÇAS	163
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	166
9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	171
10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	173
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	223



Ata da 127ª Sessão, Especial, em 25 de setembro de 2026

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Izalci Lucas.

(Inicia-se a sessão às 15 horas e 7 minutos e encerra-se às 17 horas e 12 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento 584, de 2026, de autoria desta Presidência e também de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a celebrar os 25 anos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs) e da Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs).

Convido, para compor a mesa desta sessão especial, a Sra. Vanessa Dalva Guimarães Campos, Diretora-Executiva da Fepecs. (*Palmas.*)

Tudo bem, garota?

Convido também a Sra. Cláudia Regina Zaramella, Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Marcos Eduardo Vieira de Paula, Acadêmico de Medicina e representante do Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Medicina da Escs. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Kécyo Dayvid Lopes Gomes, Acadêmico de Enfermagem e representante do Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Escs. (*Palmas.*)

Convido, ainda, o Sr. Rinaldo de Souza Neves, ex-Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem da Escs. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Alécio de Oliveira e Silva, Docente do Curso de Graduação em Medicina da Escs. (*Palmas.*)

Muito bem.

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será interpretado pela cantora e enfermeira Iris Colonna Santos Silva.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar - Presidente.) – Quero aqui cumprimentar a nossa Diretora-Executiva, Sra. Vanessa Dalva Guimarães Campos; cumprimentar a Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde, Cláudia Regina; o Sr. Marcos Eduardo Vieira de Paula, Acadêmico de Medicina, representando aqui o Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Medicina; o Sr. Kécyo Dayvid Lopes Gomes, Acadêmico de Enfermagem, também representando o Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem; o Sr. Rinaldo de Souza Neves, ex-Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem; o Sr. Alécio de Oliveira e Silva, Docente do Curso de Graduação em Medicina da Escs; cumprimentar todos os ex-diretores, ex-funcionários, os nossos professores, alunos, convidados, e dizer da minha alegria de estar presidindo esta sessão solene.

É madrugada num corredor de hospital público de Brasília. Um estudante, ainda desajeitado no jaleco branco, segura, pela primeira vez, a mão de um paciente que ele não escolheu, diante de um caso que nenhum livro previu. Sozinho, acompanhado apenas do medo de errar e da vontade de acertar.

Essa cena se repete há 25 anos, sempre igual, mas também sempre diferente, com um rosto novo a cada turma. São momentos como esse que, mais do que qualquer lei ou decreto, explicam a verdadeira razão de existir da Escola Superior de Ciências da Saúde e da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, que hoje celebramos nesta sessão.

A proposta da Escs sempre foi simples de anunciar, mas difícil de sustentar: formar médicos e enfermeiros dentro do próprio SUS e para o próprio SUS, com o aluno aprendendo diante do paciente real, antes mesmo de aprender diante de um quadro na sala de aula. Isso tem nome técnico: chama-se aprendizagem baseada em problemas. Mas o que isso exige, na prática, é coragem, a coragem de expor



cedo o estudante à realidade, em vez de mantê-lo protegido na teoria até quase se formar.

E essa coragem já formou mais de 2 mil médicos e também enfermeiros. Muitos ainda estão de plantão, agora mesmo, enquanto celebramos aqui a escola que os formou, plantão após plantão, dentro do mesmo sistema público que os recebeu como estudantes e que hoje recebe de volta o cuidado deles. É uma escola que não cobra mensalidade e que, mesmo assim, é paga: em turnos noturnos, em partos bem-sucedidos, em diagnósticos que chegaram a tempo, em vidas que seguem um novo caminho.

Essa mesma força o país inteiro também já reconheceu. Em 2007, a Medicina da Escs foi uma das oito instituições do Brasil a tirar nota máxima no Enade. E voltou a tirar nota máxima em 2023, ao lado da Universidade de Brasília, a única outra instituição do Distrito Federal a repetir o feito. A Enfermagem, por sua vez, nunca perdeu a nota máxima desde sua primeira avaliação, em 2013, repetindo o resultado em 2016, 2019 e 2023. Mais do que sorte, isso é método: formar dentro do sistema, para o sistema, com o professor que também está de plantão e o aluno que aprende olhando para o paciente, não para ilustrações desenhadas em um quadro.

Essa vocação de cuidar de quem cuida da cidade é mais antiga do que a própria Fepecs: vem de 1960, quando Brasília ainda estava sendo erguida e os candangos que construíram a capital também precisavam de quem cuidasse deles. E foi ali que nasceu a primeira escola de Enfermagem da nova cidade. De lá para cá, essa vocação mudou de nome várias vezes, cresceu, virou faculdade e hoje integra a Universidade do Distrito Federal, mas o impulso original nunca mudou: formar pessoas que cuidam.

Registro aqui também o meu reconhecimento a todos que sustentam essa escola todos os dias: os professores que são, ao mesmo tempo, profissionais de saúde na ativa; os servidores da Secretaria de Saúde que abrem espaço nos próprios plantões para formar esses alunos; e a atual direção da Fepecs e da Escs, que mantém viva, durante todo esse tempo, a mesma vocação que vem desde a fundação de Brasília: formar quem cuida da nossa gente.

Hoje, 25 anos depois, aquela mão que o estudante segurou no plantão do hospital se junta a tantas outras que vieram depois: mãos de médicos, enfermeiros e profissionais que aprenderam aqui que, antes de qualquer diagnóstico, existe uma pessoa esperando por cuidado.

Aos 25 anos da Fepecs e também da Escs, fica aqui o meu reconhecimento. Que venham mais 25 anos formando gente que escolhe ficar em Brasília para cuidar de Brasília. Parabéns aí a todos os nossos mestres e alunos da Escs, dos cursos de Enfermagem e Medicina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Quero registrar aqui a presença da nossa Senadora Damares. Venha para cá, Damares.

Está bom. Seja bem-vinda.

Eu solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de um vídeo institucional.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quero registrar também a presença do Ministro Conselheiro da Embaixada do Sudão, Tarig Fudul; do Sr. Gerente de Ciência e Tecnologia da Embaixada do Reino Unido, Daniel Callaghan; e do Sr. Presidente da Comissão Estadual de Residência Médica do Distrito Federal, Rogério Nóbrega.

E neste momento, eu concedo a palavra à Sra. Vanessa Dalva Guimarães Campos, Diretora Executiva da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde.

A SRA. VANESSA DALVA GUIMARÃES CAMPOS (Para discursar.) – Boa tarde!

Gostaria de cumprimentar a mesa, o Sr. Presidente, requerente desta sessão, Senador Izalci Lucas; a Sra. Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde, a Dra. Cláudia Zaramella; o Dr. Alécio de Oliveira e Silva, Professor da Escs; os alunos Kécyo e Marcos Eduardo; o nosso Prof. Rinaldo de Souza



Neves; e todos os que estão presentes.

Senhoras e senhores, autoridades, Parlamentares, servidores, professores, estudantes, residentes, pesquisadores, trabalhadores do SUS e todos que fazem parte da história da Fepecs, hoje é um dia de celebração, mas também de memória, reconhecimento e compromisso com o futuro.

Celebrar os 25 anos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde é celebrar uma instituição que nasceu com uma missão muito clara: aproximar educação, ciência e saúde pública, formando profissionais e produzindo conhecimento e pesquisa a partir das necessidades sociais da população do Distrito Federal.

Ao longo desses 25 anos, várias pessoas ajudaram a construir essa história: gestores, servidores, docentes, preceptores, pesquisadores, estudantes e residentes deixaram na Fepecs e na Secretaria de Saúde sua contribuição. Muitos chegaram como alunos e hoje são profissionais que cuidam da população, ensinam novas gerações e contribuem para o Sistema Único de Saúde. Por isso, esse Jubileu de Prata pertence a todos eles.

A Fepecs tem uma característica que a torna singular: nós não estamos distantes do lugar onde a saúde acontece, estamos inseridos no SUS. Nossos espaços de formação estão nas unidades básicas, nos hospitais, nos serviços especializados, nos laboratórios e nos diferentes cenários da rede pública de saúde do Distrito Federal.

Na formação de todos os nossos estudantes, ensino e serviço caminham juntos. É exatamente dessa integração que nasce a nossa maior força. Ao longo desses 25 anos, entregamos ao sistema de saúde do Distrito Federal mais de 1,5 mil médicos e mil enfermeiros. Além disso, somos referência nacional na formação de especialistas para o SUS. Na modalidade residência médica, ao longo desses 25 anos, formamos mais de 8 mil especialistas nas diversas áreas da medicina. Ofertamos anualmente 586 vagas em todas as especialidades médicas, 24 programas de acesso direto, 21 programas de residência com exigência de pré-requisito, 26 áreas de atuação e três anos adicionais.

Precisamos de medidas para inserir esses profissionais que formamos no SUS do Distrito Federal. Nas residências em áreas profissionais, oferecemos 22 programas, sendo quatro uniprofissionais, 18 multiprofissionais, para 13 categorias profissionais distintas: enfermagem, nutrição, fisioterapia, odontologia, farmácia, psicologia, serviço social, fonoaudiologia, terapia ocupacional, medicina veterinária, saúde coletiva, biologia e educação física.

Mas não podemos contar a história da Fepecs sem destacar a Escola Superior de Ciências da Saúde, que se tornou uma das expressões mais importantes desse projeto. (*Manifestação de emoção.*)

Ao longo desses 25 anos, a Escs consolidou uma proposta de formação profundamente vinculada ao Sistema Único de Saúde, aproximando o estudante da realidade dos serviços e das necessidades da população.

Fepecs e Escs cresceram juntas, e essa história compartilhada demonstra que é possível construir uma formação de excelência dentro do sistema público de saúde, fazendo da própria rede de serviços um espaço de ensino, pesquisa, assistência e transformação social.

E temos hoje um resultado concreto que traduz essa excelência: no Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), o curso de Medicina da Escs alcançou o conceito máximo, nota 5, sendo o único curso de Medicina do Distrito Federal a atingir esse conceito. Então, eu peço aplausos. (*Palmas.*)

Também peço aplausos para o nosso curso de Enfermagem, que, como o Senador destacou, nunca perdeu o conceito máximo em graduação. (*Palmas.*)

Esse resultado ganha ainda mais significado porque nasce de um modelo de formação construído dentro do SUS, com integração ensino-serviço, metodologias ativas e participação dos estudantes nos cenários reais de cuidado da Secretaria de Saúde.



É uma conquista dos nossos estudantes, dos nossos professores, dos nossos preceptores, servidores e de todos os trabalhadores do SUS que diariamente transformam os serviços de saúde em espaços de aprendizagem.

Quando a Escs alcança a nota máxima no Enamed, é também o SUS do Distrito Federal que demonstra sua capacidade de formar profissionais de excelência. E este é, talvez, um dos maiores legados destes 25 anos: mostrar que a educação pública, quando construída com compromisso, inovação e propósito, pode alcançar os mais elevados padrões de qualidade.

Parabéns à Escs.

Mas completar 25 anos não significa apenas olhar para aquilo que construímos. Qual Fepecs queremos construir para os próximos 25 anos? Queremos uma fundação cada vez mais forte na formação profissional, na pesquisa, na inovação; uma instituição capaz de ajudar a Secretaria de Saúde a resolver seus problemas assistenciais sem negá-los; uma instituição capaz de estimular seus pesquisadores, proteger e transformar conhecimento em inovação, ampliar parcerias científicas e tecnológicas e aproximar ainda mais a produção acadêmica das necessidades do SUS.

Queremos fortalecer nossas escolas, nossos programas de residência, nosso centro de ensino e pesquisa. Queremos ampliar a pesquisa aplicada à saúde digital, à tele saúde e o desenvolvimento de novas tecnologias. E queremos que cada profissional da nossa rede perceba que uma boa ideia nascida dentro de uma unidade de saúde pode se transformar em uma solução para milhares de pessoas.

Esse é o futuro que estamos construindo agora. Um futuro no qual a tradição e a inovação não são caminhos opostos. Ao contrário, é a solidez dos nossos primeiros 25 anos que nos permite ousar nos próximos.

Por isso, neste Jubileu de Prata, nossa palavra é, antes de tudo, gratidão.

Agradecemos a todos aqueles que vieram antes de nós e tiveram a coragem de construir esta fundação e esta escola, em especial ao Dr. Jofran Frejat, que, em 29 de junho de 2000, instituiu o grupo de trabalho (*Palmas.*) que resultou na criação da Fepecs, constituído por Paulo Afonso Kalume Reis, Raimundo Bandeira Rocha, Rosângela Watanabe, José Formiga Filho, Ivan Gonzaga Barbosa, Maria Cristina Ferreira Sena, Cândida Kaniak, Cláudio Duarte da Fonseca, Abib Cury, José Garrofe e Dr. Mourad Ibrahim Belaciano.

Gostaria de solicitar palmas para esses mestres. (*Palmas.*)

Agradecemos a todos os trabalhadores que permaneceram na Fepecs e ajudaram a consolidá-la. Gratidão àqueles que hoje assumem conosco a responsabilidade de preparar a Fepecs para uma nova etapa de sua história. Que os próximos 25 anos sejam marcados pela valorização das pessoas, pela excelência na formação, pela ciência e inovação. E, acima de tudo, pelo compromisso permanente com o que dá sentido à existência desta fundação: melhorar a saúde e a vida da população do Distrito Federal por meio da educação e do conhecimento.

Parabéns à Fepecs! Parabéns à Escs! Parabéns a todos que construíram estes 25 anos! E que possamos seguir juntos honrando nossa história, honrando nosso passado e construindo nosso futuro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Convido a minha querida amiga e nossa Senadora Damares para fazer o seu pronunciamento.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Boa tarde!

Sr. Presidente, o senhor se esqueceu de informar ao Plenário que eu sou a Senadora mais bonita do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*)



– Desculpe, Senadora. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por enquanto.

Boa tarde. Eu quero cumprimentar a mesa e o meu querido amigo, companheiro, irmão de luta, Izalci Lucas, Senador da educação, Senador da tecnologia, Senador que TF deve muito – e você sabe do que eu estou falando –, um homem que fez muitas entregas.

Eu quero cumprimentar a Diretora Executiva da Fundação, a Profa. Vanessa. Que alegria recebê-la na nossa Casa.

Também a Profa. Cláudia, Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde. Professora, é uma honra, viu? Uma honra.

O Sr. Alécio de Oliveira, Professor da Escola Superior. Que alegria, tá? É uma honra.

O Sr. Rinaldo de Souza, Professor da Escola Superior.

E eu não podia deixar de cumprimentar o Kécyo Dayvid Lopes Gomes. Que bom te ver, que alegria.

E o Marcos Eduardo, Marcos Eduardo Vieira de Paula. Marcos, estava com saudade de você. Que bom te ver, que bom te ver. Um dia eu falei que o Marcos é um genro que toda mãe ia querer.

É uma honra receber todos os professores, todos os profissionais, todos os alunos. Eu só acho que esses alunos estão muito comportados aqui, mas é uma honra.

A gente para tudo aqui no Senado Federal para fazer essa grande homenagem. E que bom que só está acontecendo isto hoje na Casa. E a TV Senado está transmitindo ao vivo pela TV Senado, pelas redes sociais do Senado. E o Brasil está olhando e vendo. E muita gente deve estar pensando agora: “Nunca imaginei que em Brasília tivesse uma Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde”.

Muita gente perguntando assim: “Uai, lá tem uma Escola Superior de Ciências da Saúde?”. É porque as pessoas ouvem falar tão mal de Brasília. E infelizmente fala-se muito mal porque alguns colegas, aqui neste Plenário, protagonizam tantas coisas ruins; mas que bom que o Brasil está vendo que o Senado parou hoje para fazer uma justa e merecida homenagem às duas instituições de que nós temos tanto orgulho. É orgulho do povo do DF a nossa Fundação e a nossa Escola Superior de Ciências da Saúde.

E olha que, quando eu falo de vocês, para os meus colegas, aqui dentro do Plenário, alguns param, ficam olhando assim... Por que esse entusiasmo todo? Porque, quando ela foi fundada – eu estou há 30 anos em Brasília – eu vibrei, eu vibrei, porque eu sempre defendi o investimento em pesquisa. A nossa nação precisa pensar em mais pesquisa.

Aí, quando a Fundação foi fundada, e depois a escola, e depois todos os agregados que estão ali em torno da Fundação, eu disse: “Pronto, essa vai ser a tendência do Distrito Federal”.

O nosso Distrito Federal pode ser o maior centro de pesquisa do país, Izalci – e você sonha com isso também. Nós nunca vamos competir, gente, com o Estado do Mato Grosso, na agricultura, nunca. Nós nunca vamos competir no turismo com o Nordeste; apesar de termos lugares lindos para mostrar no nosso DF, nós nunca vamos competir com o turismo fora. Vai ser difícil a gente competir com a indústria de São Paulo. Vai ser difícil. Mas nós podemos ser – desculpe os outros estados – o maior polo e o maior centro de pesquisa. E isso pode ser visto, inclusive, como geração de renda, geração de emprego e PIB.

O nosso Distrito Federal pode ser autônomo se a gente tiver uma fundação de ensino e pesquisa cada vez mais fortalecida. Eu sonho em a gente atrair cientistas do mundo inteiro para o nosso DF. Que Harvard que nada! Por que não a Fepecs?

Eu não sei se é sonhar demais, mas depois de tudo que a Fepecs já entregou, depois de tudo que a Escola Superior de Ciências da Saúde já entregou e depois de tudo que vocês estão fazendo, eu vou dizer uma coisa: acho que eu posso continuar sonhando.



E quando a gente conhece os profissionais envolvidos, quando a gente conhece o nível dos profissionais, e quando a gente conhece o nível desses alunos e as notas que vocês estão tirando em tudo que é lugar, eu acho que posso continuar sonhando.

Então, a todos vocês que estão fazendo dessa fundação um orgulho do DF, o meu abraço. E olha que quando eu chego às vezes ao hospital – porque de vez em quando agora eu tenho que ir para o hospital porque eu estou enfrentando um câncer, mas eu estou curada, inclusive quero dizer para vocês que eu fiquei mais linda depois disso, mais chique –, quando um profissional da saúde me atende e fala de onde ele veio, eu fico tão feliz, dá vontade de abraçar, de apertar. Quando a gente encontra um profissional da saúde formado pela escola superior ou pela Fepecs, a gente tem a certeza da qualidade deste profissional, porque a fundação é forte e luta por qualidade.

Então, eu estou passando aqui hoje, num dia de muito trabalho, para cumprimentar o Senador Izalci por esta iniciativa. Izalci, parabéns! É uma homenagem justa, merecida e oportuna. Parabéns a todos vocês, profissionais.

E eu quero convidar o DF a sonhar comigo, a sonhar alto e daqui a 50 anos a gente voltar a este Plenário, Izalci – nós vamos estar lindos –, daqui a 25 anos – daqui a 25 anos – e fazer uma sessão comemorando 50 anos e dizer assim: “Olha, em 25 anos nós nos tornamos o maior centro no Brasil de pesquisa e ensino em ciências e saúde. Permitam-me sonhar, porque instrumento a gente já tem.

E eu vou dizer uma coisa: dizem aqui às vezes que eu sou uma Senadora utópica, uma Senadora do sonho. Deixe-me sonhar, o meu Deus me deixa sonhar. Olhe onde o meu sonho me trouxe, eu estou aqui na tribuna como a Senadora mais bonita do Brasil. Por que não sonhar com o meu DF sendo o maior centro de pesquisa na área da saúde?

E eu conversei esses dias com o Marcos sobre isso – lembra, Marcos? –, desafiando o Marcos a sonhar sobre isso. E hoje venho aqui ao Plenário, e o Senado hoje abre as portas para dizer que nós honramos a Fundação. Nós respeitamos, nós admiramos e nós temos o maior orgulho de ter a Fepecs e de ter a Escola Superior de Ciências da Saúde.

Atenção, Brasil! quando vierem conhecer Brasília, venham ver os nossos monumentos, mas venham conhecer as nossas escolas também. Venham conhecer o que nós estamos entregando na área da ciência e na área da saúde.

Que Deus os abençoe – estou vendo aqui a Fernanda também, minha Reitora; que alegria te ver! –, que Deus os abençoe grandemente!

E vamos embora, vamos embora, porque instrumento forte a gente tem para transformar o DF.

Que Deus os abençoe!

Parabéns pelos 25 anos! (*Palmas.*)

Presidente, repito: esses alunos são muito comportados. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está certo.

Parabéns, Damares – vou corrigir aqui –, a Senadora mais bonita. Eu me esqueci de falar esse detalhe.

Concedo a palavra à Sra. Cláudia Regina, Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde. (*Palmas.*)

A SRA. CLÁUDIA REGINA ZARAMELLA (Para discursar.) – Boa tarde a todos, boa tarde aos componentes da mesa, o Sr. Senador Izalci Lucas; a Diretora da Fepecs, Vanessa Dalva; Prof. Alécio; Prof. Rinaldo e os nossos estudantes Kécyo e Marcos, Sras. e Srs. Parlamentares, demais autoridades representantes das instituições aqui presentes, prezados docentes, coordenadores, preceptores, servidores e ex-diretores, queridos estudantes e egressos, senhoras e senhores.

É com imensa honra, alegria e profunda emoção que, em nome da Direção da Escola Superior



de Ciências da Saúde, participo desta sessão solene no Senado Federal, que celebra os 25 anos de uma instituição que se tornou referência na formação de profissionais comprometidos com a saúde e com a sociedade.

Esta homenagem representa muito mais do que o reconhecimento de uma instituição de ensino. Ela celebra uma história construída por pessoas, por sonhos, por dedicação, pelo compromisso com a educação pública e com a saúde da população do Distrito Federal.

Não poderíamos deixar de prestar uma homenagem à memória do saudoso Dr. Jofran Frejat, médico e então Secretário de Saúde do Distrito Federal, cuja atuação foi decisiva para a criação da Fepecs e da Escs. Sua visão e seu compromisso com a saúde pública lançaram as bases de um projeto educacional inovador e ousado, que aproxima a formação de médicos e enfermeiros das necessidades da população e do Sistema Único de Saúde.

Temos a honra e a alegria de contar, nesta solenidade, com a presença de sua filha, Graziela Frejat, para quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A você, Graziela, em nome da direção e de toda a comunidade acadêmica da Escs, expressamos nosso carinho, nosso respeito e nosso reconhecimento pela contribuição de seu pai à história dessa escola.

É fundamental reconhecer, ainda, o papel da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que sustenta a ousadia desse processo educacional e torna possível a formação de nossos estudantes nos diferentes cenários da rede pública de saúde.

À Secretaria de Estado de Saúde, expressamos nosso especial agradecimento. Em seu nome, estendemos nosso reconhecimento à SES-DF e aos profissionais de sua rede, que fazem parte desse processo de formação.

Nesta solenidade, celebramos também os 25 anos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), mantenedora da Escs e fundamental para o desenvolvimento do ensino e da formação em saúde no âmbito da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Na pessoa de sua Diretora, Dra. Vanessa Dalva Guimarães Campos, prestamos nosso agradecimento e nossa homenagem à Fepecs e a todos aqueles que contribuíram para a construção de sua trajetória.

Nesse percurso, registramos também nosso especial reconhecimento ao Dr. Mourad Ibrahim Belaciano, primeiro Diretor da Escs, que esteve à frente da escola em seus primeiros passos e teve papel decisivo na consolidação de seu projeto educacional.

Na pessoa do Dr. Mourad, estendemos nossa homenagem e gratidão aos demais ex-diretores da escola, muitos aqui presentes hoje, que, em diferentes momentos de sua história, contribuíram com a escola.

Então, eu peço uma salva de palmas para esses ex-diretores aqui presentes. (*Palmas.*)

Ao longo desses 25 anos, a Escs consolidou uma trajetória marcada pela inovação pedagógica, pela integração entre ensino, serviço e comunidade, e pela busca permanente da excelência.

Nossa escola nasceu com uma proposta diferenciada, fundamentada em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, que estimulam o pensamento crítico, a autonomia, o trabalho em equipe e a compreensão das necessidades reais da população. Esse compromisso com a sociedade também se expressa no acesso à escola. Ao destinar 40% de suas vagas a estudantes oriundos de escolas públicas, a Escs amplia oportunidades de acesso à formação superior pública em saúde.

Desde o primeiro ano da graduação, nossos estudantes estão inseridos nos cenários reais de saúde da SES. Nesses espaços, em contato com os profissionais, com os serviços e, sobretudo, com a população, conhecem de perto a realidade da saúde do Distrito Federal e são estimulados a pensar e propor caminhos para transformá-la. Essa integração entre ensino, serviço e comunidade reafirma um dos princípios da Escs: investir na formação de médicos e enfermeiros é também investir no fortalecimento do Sistema Único



de Saúde e na qualidade do cuidado oferecido à população.

A consistência desse modelo de formação também se revela nos resultados dos cursos da Escs nas avaliações nacionais, como aqui já mencionado. O curso de Medicina fez a sua primeira avaliação nacional, com a sua primeira turma, em 2007, atingindo o conceito máximo, a nota 5. Repetiu algumas vezes esse conceito e agora, no último Enamed, em 2025, conseguimos novamente a nota 5 e uma colocação muito expressiva no Distrito Federal, ficando entre as 15 primeiras faculdades de Medicina classificadas nacionalmente, que é um motivo de muito orgulho para todos nós. (*Palmas.*)

Também motivo de muito orgulho para todos nós é o desempenho do curso de Enfermagem, que, como já comentado, desde a sua primeira avaliação, em 2013, vem obtendo a nota máxima. E isso também nos enche de orgulho e de crença no futuro. (*Palmas.*)

E já são, como foi falado também, mais de 1,5 mil médicos formados e mais de 1 mil enfermeiros, muitos deles hoje dedicados ao trabalho no SUS, fortalecendo o nosso sistema de saúde local.

É importante falar que nada disso seria possível sem as pessoas que, ao longo dos anos, acreditaram na escola e contribuíram para a sua consolidação.

Aos docentes que compartilham conhecimentos, experiências, valores, e contribuem para a formação de profissionais éticos, humanos e socialmente comprometidos, o nosso reconhecimento. Aos preceptores que acolhem nossos estudantes na rede pública de saúde e transformam a experiência cotidiana do cuidado em oportunidade de aprendizagem, a nossa profunda gratidão. Aos servidores, cuja dedicação e compromisso sustentam diariamente as atividades acadêmicas e institucionais da escola, nosso agradecimento. Aos egressos, que hoje representam a Escs nos diversos espaços de atuação profissional, por meio de seu trabalho, e dão dimensão social à missão da escola, nosso orgulho e reconhecimento. E agora, de modo muito especial, a todos os nossos estudantes, razão maior de nossa missão educacional e continuidade dessa história.

Em vocês, nossa história se renova e segue adiante, mantendo vivo o compromisso da Escs com a excelência da formação e com a saúde da população.

Muito obrigada a todos vocês! (*Palmas.*) Celebrar esses 25 anos é reconhecer o caminho percorrido e, ao mesmo tempo, olhar para o futuro e para os desafios que ainda temos pela frente.

Sr. Senador Izalci Lucas, em nome da direção da Escs e de toda a nossa comunidade acadêmica, registramos nosso sincero agradecimento por essa homenagem. O reconhecimento desta Casa Legislativa engrandece a história da nossa escola.

Que essa celebração fortaleça os propósitos que deram origem à Escs e inspire futuras gerações a manter vivo o compromisso com a educação pública, com o sistema de saúde e com a sociedade.

Ao completar 25 anos, a Escs celebra a solidez de sua trajetória, a relevância de sua missão e sua maior riqueza: as pessoas que, ao longo dessa história, construíram e continuam a construir a escola todos os dias.

Parabéns à Fepecs! Parabéns à Escs pelos seus 25 anos! Viva a Escs!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quero registrar e também agradecer a presença da Dra. Marta Rocha, do Dr. Ubirajara e também do Dr. Paulo Silva, ex-Diretores da Escs.

Obrigado pela presença, e parabéns! (*Palmas.*)

Alguns já saíram da Escs, mas a Escs não saiu deles. São apaixonados.

Quero registrar também a presença do Dr. Carlos Spezia, ex-Diretor-Executivo da Fepecs.

Quero cumprimentar aqui a minha amiga e filha de um grande amigo – e que fiz questão de homenageá-lo na última sessão que fizemos aqui, de 20 anos da Fepecs, o nosso querido Jofran Frejat –, a



minha amiga Graziela Frejat; e também o Dr. Marcos Ferreira, ex-Diretor da Fepecs, aqui presente.

Obrigado pela presença. (*Palmas.*)

Também estão aqui os ex-Diretores da Fepecs José Rubens Iglesias e Maria Dilma Teodoro.

Quero registrar a presença também da Presidente da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Odontologia, Filomena Barros, e também de Maria José Santos, Técnica de Enfermagem. (*Palmas.*)

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa a exibição de mais um vídeo institucional.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado.

Registro também a presença da Sra. Magnífica Reitora da Universidade do Distrito Federal, Fernanda Massaro dos Santos. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Kécyo Dayvid Lopes Gomes, Acadêmico de Enfermagem e representante do Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Escs. (*Palmas.*)

O SR. KÉCYO DAYVID LOPES GOMES (Para discursar.) – Boa tarde a todos presentes.

Eu gostaria, primeiramente, de começar cumprimentando a mesa nesta data tão especial para nós. Cumprimento o Sr. Presidente e requerente desta sessão, o Senador Izalci Lucas, a Sra. Diretora-Executiva da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde, Vanessa Dalva Guimarães, a Sra. Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde, Cláudia Regina Zaramella, o Sr. Alécio de Oliveira, o Sr. Rinaldo de Souza e, claro, o meu colega Marcos Eduardo.

Bom, primeiramente, é com extrema alegria e muito orgulho que eu faço o meu primeiro discurso como Presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem da Escs, e não poderia ser em data mais especial do que no aniversário de 25 anos dessa escola, que nos acolheu. Falar do jubileu de prata da Escs aqui, no Plenário do Senado Federal, não é apenas celebrar a história de uma faculdade; é celebrar o modelo de ensino público que revolucionou a formação em saúde no Distrito Federal e no Brasil.

Essa instituição muito me trouxe e continua a me oferecer todos os dias. E eu posso falar, com todo o meu coração, que eu amo viver isso aqui todos os dias. Carregar o símbolo da Escs no braço, no jaleco, representa uma grande responsabilidade, mas que se traduz em excelência, respeito e trabalho duro. Como a Dra. Viviane disse: do SUS para o SUS.

Somos fruto de uma escola que ousou ensinar diferente, colocando-nos, desde os primeiros passos, em contato direto com a comunidade, através da metodologia ativa e do aprendizado baseado em problemas. Na Escs, toda aquela teoria ganha vida nas UBS, nos hospitais e em todos os tipos de cenários pelos quais passamos durante os anos de formação.

Nós aprendemos a ser profissionais, compreendendo a realidade da nossa população, enxergando não apenas a doença, mas a dor, o contexto social e a vida de cada paciente que atendemos.

No dia de hoje, gostaria de falar da nossa escolinha, como carinhosamente chamamos, sob o olhar e a vivência da enfermagem. Nosso curso nasceu no ano de 2009, mesmo tendo sido pensado e escrito no ano de 2002, sendo aprimorado entre 2004 e 2008 pela Profa. Maria Soneide.

O curso de Enfermagem nasce através da vontade popular. Os primeiros 80 alunos aprovados não possuíam tutores, material pedagógico ou até mesmo um lugar físico para estudar; mas daí nasceu a nossa força, com tal batalha vencida, e por isso estou aqui falando hoje.

Não posso falar por todos os que me antecederam ao longo desses 17 anos do nosso curso, mas sei que cada um enfrentou intensas lutas para conquistar o nosso espaço. Lutaram por meio do Centro Acadêmico de Enfermagem, representado por nomes como Lígia Maria, Andressa Lorrana, Daniele Teles e Geovanna Chaves, última Presidente, minha amiga e também, agora, minha conselheira.

Desde que ingressei, no ano passado, ouvi dos meus veteranos que o caminho seria desafiador, que



essa metodologia com EACs, DTs, OSCEs e todos os cenários de HPE poderia nos sobrecarregar e que, como se não bastasse, como evidenciado anteriormente, lutaríamos todos os dias para conquistar nosso espaço e para conquistar nosso respeito.

Mas, hoje, ao me aproximar do final da segunda série – o que pode até parecer pouco para quem é de fora, mas quem é da Escs sabe que é muita coisa –, percebo que tudo vale a pena. A enfermagem não é coadjuvante da saúde e nunca foi. Somos a espinha dorsal do cuidado público.

Vale a pena cada noite mal dormida quando realizamos um curativo que devolve a dignidade a uma pessoa na atenção primária; quando praticamos a escuta ativa nos cenários de Caps, acolhendo alguém em situação de risco de vida; ou quando, no hospital, os pacientes nos procuram sorridentes para agradecer o cuidado humanizado e cada procedimento feito, dizendo que finalmente estão indo para casa.

A essência e o ponto central de tudo isso que estou dizendo podem ser traduzidos pelas palavras de Wanda de Aguiar Horta, grande pensadora e teorizadora da enfermagem brasileira, que nos ensina: “A enfermagem é a arte de cuidar e a ciência do cuidar da pessoa humana”. A enfermagem, de fato, é amor e cuidado – escutamos sempre isso –, mas hoje eu também quero trazer que a enfermagem é ciência, pesquisa, liderança e inovação. Nós produzimos conhecimento científico de ponta enquanto seguramos a mão do paciente no leito.

Encaminhando para o encerramento, gostaria de me dirigir diretamente aos meus colegas, que podem até ser poucos no dia de hoje, mas somos barulhentos e estamos sempre muito presentes. Calouros, veteranos e egressos do curso de Enfermagem da Escs, permaneçam firmes na caminhada; batuquem com a Histeria; joguem com a Arregarça; participem do Interenf, que começará amanhã; representem o nosso curso através do CAEnf; e participem de projetos transformadores, como o Forja, o Semeador de Luz e tantos outros que nasceram e ainda nascerão de nós. Nunca duvidem do impacto da voz e da presença da enfermagem nos espaços de poder.

Gostaria também de agradecer aos nossos tutores, agradecer à diretoria da Fepecs, agradecer à diretoria da Escs por nos dar todo o apoio e tudo o que a gente precisa para continuar no dia a dia.

Aqui, eu gostaria de agradecer também à Voneide, que está sempre conosco. Inclusive, eu gostaria de pedir uma salva de palmas para a Voneide (*Palmas*)...

que está sempre nos ajudando com aquilo que pode e com aquilo que não pode.

Bom, muito obrigado a todos, e que venham mais 25 anos dessa escola que forma tantos profissionais incríveis! (*Palmas*.)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra ao Sr. Marcos Eduardo Vieira de Paula, Acadêmico de Medicina e representante do Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Medicina da Escs. (*Palmas*.)

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. MARCOS EDUARDO VIEIRA DE PAULA (Para discursar.) – Boa tarde a todos. Obrigado, Cris.

Cumprimento a mesa, na pessoa do Presidente, Senador Izalci – muito obrigado por esta oportunidade, o senhor não sabe o tamanho da importância deste evento hoje para nós –; a Diretora-Executiva da Fepecs, a Dra. Vanessa, com quem eu tenho a honra de poder contar em todos os momentos em que eu preciso, talvez possa contar como amiga; a Dra. Cláudia Zaramella, porque com ela tenho certeza de que eu posso contar como amiga; a nossa gerente de avaliação, que aqui está substituindo a Direção da Escs, trabalho que ela sempre desempenha com a mais alta qualidade; e o Professor Alécio – ainda me lembro



do ensinamento de Jó, nunca vou me esquecer; Dr. Rinaldo, muito obrigado pela presença; Kécyo, seja muito bem-vindo a esse mundinho e estou muito feliz de estar por aqui.

A todos os nossos professores, colegas e gestores que estão aqui hoje, muito boa tarde.

Ocupar esta tribuna do Senado Federal, no dia de hoje, suplanta qualquer civilidade de um protocolo institucional. Trata-se de um ato de profunda ressonância histórica à reverência e à memória e, acima de tudo, de inegociável dever de vanguarda. Falo na condição de estudante de medicina e representante discente, mas trago na minha voz o pulsar inquieto, a indignação legítima e a paixão avassaladora de centenas de jovens que vivem, respiram e constroem a Escola Superior de Ciências da Saúde nos corredores dos hospitais públicos (*Palmas.*)...

e na linha de frente das unidades básicas de saúde de todo o Distrito Federal.

Há um quarto de século, a gestão pública desta capital concebeu um projeto de ousadia ímpar – talvez tal qual Brasília fosse à sua época quando foi construída –, um projeto que desafiou o ceticismo tradicional para edificar uma instituição de ensino superior dotada de uma singularidade ontológica. Nasciam a Fepecs, a Escs e também nascia o Camescs. Nasciam sob o signo de um propósito estrito, perene e irrenunciável. A Escs foi gestada para ser uma escola do SUS, para o SUS e pelo SUS. Não fomos erguidos para habitar uma torre de marfim do academicismo estéril. Não fomos criados para formar profissionais alheios à dor social, encastelados em gabinetes isolados. A Escs nasceu das entranhas do serviço público, foi concebida no chão batido da assistência.

Desde o primeiro semestre do primeiro ano de graduação, o estudante da Escs não se limita à abstração teórica de compêndios. Ele toca a pele, olha nos olhos e escuta o drama humano da população de Sobradinho, da Samambaia, da Ceilândia, do Sol Nascente, do Núcleo Bandeirante, do Varjão, entre outras. Ele aprende a arte da medicina e da enfermagem no calor do sofrimento real, assimilando a dimensão ética e social da cura. A Escs não apenas ensina o SUS, ela é, na sua carne e no seu espírito, uma escola do SUS e para o SUS.

E qual é a gênese dessa simbiose perfeita que nos transformou em um patrimônio intangível do Distrito Federal? A resposta não reside ali em frente ao Rádio Center, onde fica a nossa sede administrativa; a resposta repousa aqui, em nossos hospitais; ela repousa nos nossos recursos humanos, naqueles que constituem os verdadeiros gigantes do nosso modelo pedagógico: os nossos preceptores, tutores e docentes da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.

Rendemos aqui a mais calorosa, vibrante e apaixonada homenagem aos médicos, enfermeiros e profissionais da saúde pública do DF, seres humanos extraordinários que nos recebem nos ambulatórios – enfermarias, UTIs, centros cirúrgicos, serviços de emergência –, transformando cada cenário assistencial em um espaço de aprendizado. Ensinam a diagnosticar com precisão, a examinar com rigor e acolher com humanidade, mas ensinam pelo exemplo.

E, para além do ensino, são multiplicadores da assistência. Hoje, mais de 800 consultas são realizadas por alunos da Escs por mês. Ou seja, quando um servidor da SES é cedido para a docência da Escs, ele não está saindo do serviço, ele está multiplicando o serviço. Ele leva para a sua seção, para o seu cenário, de quatro a cinco alunos por docente, multiplicando o serviço, agilizando o SUS do DF, atendendo a população que mais precisa com maior agilidade.

Por isso, causa-nos profunda repulsa e indignação quando vozes alheias à nossa realidade ousam desacreditar desse amálgama sagrado. Tentam amesquinhar a docência assistencial dos nossos servidores, rotulando-a pejorativamente de “anomalia” ou “exercício ilícito” – é ostentar uma cegueira estupeficante quanto à essência da integração em si no serviço. Os médicos e enfermeiros da SES-DF não são um adendo periférico do nosso currículo: eles são o coração da Escs. Sem os profissionais da rede... (*Palmas.*)

Sem os profissionais da rede, ruem a aprendizagem baseada em problemas, a preceptoria e o internato



médico de alta *performance*. É essa aliança visceral entre a assistência e o ensino que consagra a Escs como uma escola do SUS para o SUS.

E essa eficácia não é bravata retórica: a Dra. Vanessa e a Dra. Cláudia trouxeram os indicadores; já falamos da Enfermagem, da Medicina, do Enamed e do Enare, e é sempre bom lembrar que o único curso de Medicina no DF nota cinco é o da Escs. A Enfermagem é o segundo melhor curso de Enfermagem do Brasil – o segundo melhor do Brasil está na Escs.

Em razão dessa trajetória gloriosa é que hoje, aqui nessa República, nesta tribuna, precisamos proclamar com altivez e sem subterfúgios: nós não admitiremos o retrocesso. Os estudantes da Escs sempre defenderam o diálogo e a construção institucional, contudo não podemos silenciar diante de um processo de integração que, na prática, tem reduzido os espaços de decisão da nossa escola e colocado em risco as características que explicam os seus 25 anos de excelência. Também não aceitaremos que docentes e gestores externos à nossa realidade tratem a Escs como um problema a ser corrigido.

Quando se articulam propostas para suplantar o nosso projeto pedagógico de curso, quando se busca descaracterizar metodologias que se mostraram exitosas ao longo de décadas ou quando se desconsidera a experiência acumulada por quem construiu essa instituição, o que está sendo colocado em risco não é apenas um modelo educacional, mas um patrimônio público do Distrito Federal.

Nossa defesa da autonomia da Escs não representa oposição à Universidade do Distrito Federal, instituição que respeitamos e desejamos ver prosperar; representa, sim, a convicção de que modelos diferentes devem ser respeitados em suas especificidades. A Escs nasceu para servir ao SUS, cresceu dentro do SUS e alcançou resultados que orgulham o DF. Por isso, fazemos um apelo às autoridades aqui presentes para que garantam as condições necessárias para que nossa escola continue sendo protagonista, preservando sua identidade, sua autonomia e a sua capacidade de inovar na formação em saúde.

A própria Procuradoria-Geral do DF, a quem louvamos pela lucidez técnico-jurídica, atestou pela inviabilidade dessa sobreposição e desenhou a única solução possível: restauração da autonomia plena da Escs, mantendo sua histórica e umbilical vinculação com a Fepecs e com a SES-DF. Não existe Escs sem Fepecs, não pode existir a Escs fora da Fepecs; isso é um mundo inconcebível, não existe Escs fora da SES-DF. (*Palmas.*)

Dirigimo-nos, pois, com muita esperança, respeito e firmeza, aos Senadores da República; ao Senador Izalci, à Damares, que esteve aqui, fiquei muito lisonjeado com a presença dela também; aos Deputados Federais e Distritais que possam estar nos ouvindo agora; de maneira especial, à Exma. Sra. Governadora do DF, a quem respeitamos muito e em cuja gestão confiamos, pela sua sensibilidade com a gestão estratégica em saúde, educação e na valorização do serviço público.

Confiamos na capacidade da Governadora de reconhecer a singularidade e a relevância da Escs para o DF, para o SUS, para salvar vidas de pessoas. Por isso, fazemos um apelo respeitoso: apoie o encaminhamento e a célere aprovação do projeto de lei complementar elaborado pela PGDF, assegurando à Escs a preservação de sua identidade institucional e a restituição plena de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão.

Defender a Escs é preservar uma história de excelência que, há 25 anos, transforma e salva vidas, fortalece o SUS e orgulha o povo do DF. Preservar a autonomia da Escs é preservar a qualidade de formação dos profissionais que cuidarão das futuras gerações de brasileiros; é proteger um patrimônio público que, há 25 anos, fortalece o SUS, promove a excelência acadêmica e transforma vidas.

Em nome dos estudantes, reafirmamos nosso compromisso com essa história. Honraremos o legado daqueles que nos antecederam e seguiremos defendendo a identidade, a autonomia e a missão da Escs, porque defender a Escs é defender o SUS, é defender a educação pública de qualidade e é defender a saúde do povo do DF.



Senador Izalci, mais uma vez, muito obrigado por este momento, por esta sessão, nos honra muito.

Viva a Escola Superior de Ciências da Saúde! Viva a Fepecs! Viva a garra inabalável dos docentes da Secretaria de Saúde! Viva uma escola do SUS, para o SUS e pelo SUS!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra ao Sr. Rinaldo de Souza Neves, ex-Coordenador do curso de graduação em Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde. (*Palmas.*)

O SR. RINALDO DE SOUZA NEVES (Para discursar.) – Senhores e senhoras, autoridades presentes, colegas docentes, estudantes de Enfermagem e Medicina e também toda a direção da Fepecs e da Escs, boa tarde.

É com muita emoção que volto a esta Casa – não é a primeira vez que eu venho; já vim algumas vezes, com o Dr. Ubirajara, com diretores, estivemos presentes aqui. E este é um momento bastante importante e até saudoso para mim. Eu fui aposentado da Escs em 2023 e tenho um amor, uma paixão muito grande por essa escola. Eu queria agradecer pelo convite, por estar aqui representando a Enfermagem da Escs, como ex-Coordenador da escola e também como Docente e Gerente de Avaliação.

Eu tive a honra de atuar como Enfermeiro e Docente da Escs no período de 2010 a 2023, ou seja, por 13 anos. Posso afirmar, com convicção, que este foi o tempo de maior evolução pessoal e profissional da minha vida. Eu mais aprendi do que gerenciei e do que ensinei. Realmente foi um período em que, trabalhando com metodologias ativas, eu pude me transformar também como pessoa.

É com profunda emoção e um forte sentimento de pertença que ocupo esta tribuna do Plenário do Senado Federal para celebrar os 25 anos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde e também da Escola Superior de Ciências da Saúde. Da mesma forma, comemoramos os 17 anos do Curso de Enfermagem da Escs. Fazer parte dessa história desde a sua gênese – como docente da primeira turma de docentes e gestores do Curso de Enfermagem – confere-me a honra de testemunhar a concretização de um sonho coletivo, construído com estudantes, com o corpo acadêmico, docentes, professores e toda a direção da Escs e da Fepecs.

Ao longo dessa trajetória de um quarto de século, tive o privilégio de servir à nossa instituição em múltiplos papéis – nunca gostei de ficar só num lugar e tive muitos desafios também, porque, quando a gente se ocupa de um lugar, a gente não enfrenta os desafios –, como: Coordenador do Curso de Enfermagem, Vice-Diretor em importantes articulações, Gerente de Avaliação, Coordenador da 3ª Série e, acima de tudo, como um educador comprometido com a transformação social do Distrito Federal e com a formação de profissionais enfermeiros do SUS para o SUS. Tive a honra de ocupar o cargo de Vice-Diretor com o Dr. Ubirajara, que confiou na minha responsabilidade, no meu compromisso com o curso, com a instituição.

Olhando para trás, recorro os marcos fundamentais da nossa caminhada. Na gestão do Curso de Enfermagem entre 2018 e 2020, enfrentamos desafios estruturais profundos, como o déficit de docentes, mas soubemos superá-los com o incansável compromisso e espírito de colaboração do corpo docente e técnico.

Conduzimos entregas cruciais como:

- a implementação da avaliação programática, e o Dr. Paulo foi uma pessoa que nos ajudou muito durante esse processo porque o curso de Enfermagem nasceu muito parecido com o curso de Medicina, então nós fizemos um “copia e cola” e transformamos o curso de Enfermagem também, com as metodologias ativas que já eram empregadas no curso de Medicina – este foi um grande desafio, o de trabalhar com a implementação da avaliação programática, uma metodologia inovadora para avaliar a aprendizagem dos estudantes e também os programas educacionais, o corpo docente e os preceptores;



- a realização das semanas pedagógicas, das semanas de enfermagem e do SUS junino, um relevante projeto científico e cultural que se mantém vivo até os dias atuais;
- o planejamento estratégico das ações prioritárias de gestão; e
- a complexa e histórica proposta de mudança do curso de Enfermagem de Samambaia para a Asa Norte em 2019, articulando melhorias estruturais, requisição de docentes e o fortalecimento do ensino junto à rede da SES-DF. Infelizmente, as instalações dessa unidade da Asa Norte não apresentavam a estrutura necessária para abrigar adequadamente a comunidade acadêmica e a equipe administrativa do Curso de Enfermagem da Escs.

No entanto, nenhum momento exigiu tanto da nossa resiliência institucional quanto o período da pandemia de covid-19 em 2020. De repente, toda a lógica da formação em saúde precisou ser revista: não se tratava apenas de administrar calendários ou gerir a incerteza de um cenário sem respostas prontas, tratava-se de cuidar de vidas.

Sob a nossa coordenação e a direção da Escs e da Fepecs, articulamos frentes essenciais para proteger a comunidade acadêmica:

- a reestruturação curricular emergencial e o teletrabalho docente;
- a organização de cronogramas virtuais e cursos de atendimento em covid;
- a rigorosa testagem e a articulação para a vacinação dos estudantes, aliada à garantia e ao uso seguro de equipamentos de proteção individual nos cenários de prática; e
- o acolhimento à saúde mental e emocional de docentes e estudantes.

Nesse processo, o diálogo democrático e horizontal foi a nossa âncora, em estreita parceria e alinhamento com a gestão da Fepecs e da Escs. Faço questão de rememorar a parceria essencial com o Centro Acadêmico de Enfermagem, representado à época por estudantes ativos que traziam demandas firmes à coordenação, cuja escuta ativa permitiu a construção coletiva de decisões em meio à maior crise sanitária contemporânea.

Meu ciclo de entregas à instituição seguiu adiante, na Gerência de Avaliação do curso, função que desempenhei até o momento em que encerrei minha carreira ativa, com a minha aposentadoria, em 2023, como afirmei, coroando uma vida inteira dedicada ao serviço público, em hospitais, como o Hospital Regional de Taguatinga, o Hospital Regional da Asa Norte, também o Hospital de Apoio de Brasília, e ao desenvolvimento de nossa instituição e de nosso curso de enfermagem, alcançando, como já foi dito aqui, todas as pontuações máximas do Enade.

Olhar para esses 25 anos da Escs e da Fepecs e para os 17 anos do curso de Enfermagem, instalado à época na unidade de Samambaia, é compreender que a nossa missão nunca foi apenas transmitir conteúdos teóricos, mas sustentar uma formação ética, crítica, humanizada e profundamente vinculada ao SUS. O déficit de docentes, os desafios da transição de unidades de Samambaia para a Asa Norte, o enfrentamento à pandemia e a consolidação dos processos avaliativos provaram que a nossa força reside na nossa gente, nos nossos estudantes e nos nossos professores, assim como também no nosso corpo administrativo. Professores dedicados, servidores competentes e estudantes corajosos, que escolhem a enfermagem e a saúde pública como projeto de vida.

Receber este reconhecimento hoje renova a minha convicção de que valeu e continua valendo a pena cada esforço, cada aula, cada reunião, cada grupo de trabalho – né, Dra. Marta? Muitos grupos de trabalho para produzir todos os documentos da escola – e cada plantão em prol da educação pública de excelência no Distrito Federal.

Muito obrigado à Escs, à Fepecs, aos meus pares e a todos que construíram e continuam construindo esta bela história. Parabéns pelos 25 anos!

Estou vendo aqui várias pessoas com que pude compartilhar essa minha história na Escs, no curso



de Enfermagem, Dra. Marta, Dr. Ubirajara, Dra. Dilma, Dr. Paulo, Dra. Vanessa. A Dra. Vanessa também é nossa Diretora da Fepecs. Fiquei muito feliz com a sua nomeação para Diretora. Desejo sucesso e que possamos construir os 50 anos da Escs e da Fepecs.

Minha profunda gratidão à Escs, à Fepecs e aos meus colegas, ao corpo acadêmico da Enfermagem, à nossa Vaneide, não poderia deixar de ressaltar aqui, ao corpo administrativo do curso de Enfermagem, a todos os docentes e preceptores, que realmente transformam o curso de Enfermagem num curso com notas máximas no Enade. Parabéns por essa jornada espetacular aos que ficam; aos que saíram também, eu desejo sucesso a vocês.

É uma honra imensa comemorar este momento histórico com vocês e poder vivenciar juntos essa linda história.

Muito obrigado e parabéns a todos.

Obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Concedo a palavra ao Sr. Alécio de Oliveira e Silva, docente do curso de graduação em Medicina da Escola Superior de Ciências da Saúde. (*Palmas.*)

O SR. ALÉCIO DE OLIVEIRA E SILVA (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Eu inicio cumprimentando, através do Senador Izalci Lucas, os demais integrantes da mesa. E quero dizer que é uma honra estar aqui participando deste momento tão importante para a gente. Então, cumprimento a todos vocês, senhoras e senhores, à nossa comunidade da Escs, à nossa comunidade acadêmica, aos nossos colegas docentes e eternos docentes – fico muito feliz em ver vocês aqui e no vídeo –, aos nossos colaboradores da Escs, aos nossos convidados, nossos familiares. E – não podia ser diferente – a razão maior da existência da Escs são os nossos queridos alunos. Aqui nós temos alunos de Medicina, de Enfermagem... (*Palmas.*)

E ficamos muito felizes por este momento, que é um momento que temos para externar a nossa realidade, o nosso amor pela nossa escola.

Então inicio a minha fala agradecendo também, mais uma vez, ao Senador Izalci Lucas. V. Exa. sempre se colocou muito disponível às nossas demandas, então sempre gentil e ativo para que esta sessão fosse realizada. Então a gente tem uma gratidão enorme por isso, porque se não fosse V. Exa., a gente não teria conseguido este momento tão importante para valorizar a Escs, como também mostrar as necessidades da sua continuação.

Nós vimos muito, com relação ao início da nossa escola, vimos muito o momento a que nós chegamos, vimos os frutos que nós estamos colhendo ao longo desses anos, que são frutos bons. Mas é importante a gente saber que nunca foi fácil, não é fácil, e a gente sempre está lutando para manter essa qualidade de ensino na Escs.

Então minha eterna gratidão por esta sessão solene, que foi viabilizada realmente pelo Senador Izalci Lucas.

Hoje, como já falei, é um dia muito especial para todos nós. Celebrar a existência da Escs é reafirmar o compromisso com o ensino de qualidade, tanto na Medicina como na Enfermagem, mas, sobretudo, reafirmar a nossa luta diária e de resistência contra todas as adversidades que encontramos para entregar esse ensino de qualidade. Então este é um momento de festa. Nós vamos sempre festejar nossa existência, mas não podemos esquecer que nós temos muito por que lutar.

Nós temos uma luta diária, uma resistência diária, porque precisamos manter a integridade da Escs, no sentido de nos oferecer o instrumento, a alma essencial, desde a sua fundação, para manter esse ensino de qualidade, como o Marcos já tinha falado anteriormente.

Há 25 anos, nosso saudoso Dr. Jofran Frejat – vou ser repetitivo, mas é sempre importante ressaltar



– idealizou essa escola, vinculada à Secretaria de Saúde. A gente não pode esquecer isso, porque quando ela surgiu, surgiu – como já foi dito aqui – de maneira inovadora, em que uma escola era inserida no Sistema Único de Saúde.

Isso foi a ferramenta, a alma da escola. Então, é necessário a gente manter esse elo, porque é ele que mantém todo o sucesso que já foi dito da nossa escola.

Ela foi vinculada à Secretaria de Saúde, com uma metodologia inovadora, uma das pioneiras aqui no Brasil, uma metodologia com estratégias de ensino que colocaram o estudante no centro do processo de aprendizagem, tornando-o protagonista em vez de um receptor passivo de conteúdos, ou seja, o próprio aluno é o protagonista desse processo de ensino e aprendizagem.

Nesse modelo, o professor deixa de ser a única fonte de informação e passa a atuar como mediador ou facilitador, estimulando o pensamento crítico, a autonomia, a colaboração e a resolução de problemas reais, trabalhando desde o início do curso com competências diversas, como comunicação, atitude diante do paciente, competência psicomotora, ética, profissionalismo, além, é claro, da questão cognitiva.

Então, tudo isso se faz necessário se a gente tiver realmente como manter a lealdade dessa metodologia dentro desse sistema no qual a escola foi proposta. A gente sempre lida, no nosso dia a dia, com essas dificuldades, porque recursos humanos são colocados à prova. A gente é sobrecarregado – para não perder a qualidade do ensino, a gente se sobrecarrega com relação às nossas atribuições como docentes –, mas tudo em prol de a gente manter o ideal da Escs, que é entregar esse resultado de excelência.

A gente trabalha todas essas competências com o aluno, não só a questão cognitiva, mas principalmente a ética, o profissionalismo, a comunicação. Eu acho que o Marcos e o acadêmico de medicina foram exemplos disso, e a gente fica orgulhoso quando vê a atitude, a comunicação dos nossos alunos, porque isso mostra realmente que a gente faz diferença. Então, a metodologia da Escs oferece aos nossos alunos que eles realmente possam fazer a diferença onde eles percorrem.

Após 25 anos, o que era um sonho, desde a sua fundação, hoje é uma realidade. Já foi dito aqui, mas a Escs realmente é uma escola médica de destaque nacional e é um patrimônio aqui do Distrito Federal. A gente não pode esquecer isso. Os Parlamentares, as autoridades não podem jamais deixar de ter essa compreensão, porque a Escs se tornou realmente um patrimônio nosso, um patrimônio do Distrito Federal, um patrimônio do Brasil do ponto de vista de ensino.

Enquanto o MEC está divulgando números de escolas que estão funcionando... Escolas médicas – mais de 100 escolas – estão funcionando por questão de judicialização, porque não conseguem atingir a nota mínima estipulada nessa avaliação do Enamed, a nossa vai na contrapartida positiva. Então, é uma escola que se sobressaiu do ponto de vista do ensino médico, é a primeira escola de nota máxima no DF. Então, a gente não pode deixar de entender isso. É importante que isso aí seja um motivo de olhar de atenção para esse ensino de qualidade.

É importante a gente ver que se tornou um patrimônio do Distrito Federal. Somos o único curso – como já foi dito aqui – do Distrito Federal com nota máxima no Enamed (Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica). Estou sendo repetitivo porque, realmente, é muito importante a gente saber disso. E, mais uma vez, vou seguir a Presidente da Fepecs: não é um feito qualquer, realmente é um feito que muito nos honra – a nós todos que fazemos parte da comunidade da Escs.

Então, receber nota 5 no Enamed, e saber que é a única instituição de ensino do DF que recebeu essa nota, merece realmente aplausos. (*Palmas.*)

Por isso, devemos celebrar e preservar nossa escola, proteger a sua metodologia pioneira e exemplar. Precisamos do olhar de todos e do conhecimento dos resultados extraordinários que entregamos para a sociedade.

Nossos alunos são destaques nas residências médicas, são médicos diferenciados em todas as áreas



da medicina e na enfermagem também, espalhados por todo o Brasil e fora do Brasil.

Todo esse legado se sente ameaçado diariamente pela falta de docentes, pela perda de autonomia, pela falta de compreensão e de valorização das nossas demandas.

Que este momento seja de celebração, mas também de reconhecimento dessa trajetória dedicada à formação, à pesquisa e ao desenvolvimento de profissionais para o fortalecimento da saúde pública do Distrito Federal.

Homenagear a Escs é, para mim, homenagear uma instituição onde o conhecimento encontra a vocação, onde os sonhos se transformam em profissão e onde, todos os dias, aprendemos que ensinar medicina é muito mais do que transmitir conteúdo; é formar um profissional completo para poder dar o seu melhor na assistência à nossa comunidade, à nossa saúde.

Para finalizar, é impossível falar da nossa escola sem falar de vocês, nossos alunos. Vocês são os frutos do nosso trabalho, razão maior da nossa motivação diária, razão maior que nos leva a enfrentar todas essas nossas adversidades. E quero dizer que é uma honra ensinar aqui; é uma honra colaborar com a formação de todos e fazer parte da comunidade da Escs.

É uma honra fazer parte dessa história; é uma honra poder dizer: Escs também é a minha escola. Eu sou da Escs, somos todos Escs. Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senhoras e senhores, daremos início agora às homenagens às autoridades, aos ex-servidores e aos membros da comunidade que tiveram importante contribuição nos 25 anos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde e da Escola Superior de Ciências da Saúde.

Procederemos, neste momento, à homenagem das seguintes personalidades: a Sra. Vanessa Dalva Guimarães Campos, Diretora-Executiva da Fepecs; a Sra. Cláudia Regina Zaramella, Diretora Substituta da Escola Superior de Ciências da Saúde; o Sr. Marcos Eduardo Vieira de Paula, Acadêmico de Medicina e representante do Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Medicina da Escs; e o Sr. Kécyo Dayvid Lopes Gomes, Acadêmico de Enfermagem e representante do Centro Acadêmico do Curso de Graduação em Enfermagem da Escs.

E eu convido os homenageados para se dirigirem à frente da mesa para recebimento desta homenagem. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega dos diplomas comemorativos em homenagem aos 25 anos da instituição.*) (*Pausa.*)
(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Dando prosseguimento às homenagens, eu convido agora, para receber um diploma comemorativo, em reconhecimento à sua eminente contribuição ao longo desses 25 anos, as seguintes personalidades.

Convido os homenageados para se dirigirem à frente da mesa para o recebimento das homenagens:

Sra. Elza Inácio da Silva, servidora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, com exercício no gabinete da Direção-Geral da Escs. (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Voneide Gonçalves, servidora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e que atua no Curso de Graduação em Enfermagem da Escs. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Hércules Marcelo Gomes, servidor da Escs. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Roberto Andrade Monção, professor do Curso de Graduação em Enfermagem. (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Graziela Frejat, filha do Prof. Dr. Jofran Frejat, fundador da Escola Superior de Ciência da Saúde. (*Palmas.*)

E ainda a Sra. Ana Lucia Quirino de Oliveira, professora do Curso de Graduação em Medicina.



(*Palmas.*)

Convido também a Sra. Maria Dilma Alves Teodoro, ex-Diretora Executiva da Fepecs e ex-Diretora Geral da Escs. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Rubens Batista de Oliveira, servidor da Fepecs. (*Palmas.*)

(*Procede-se à entrega dos diplomas comemorativos aos homenageados.*) (*Palmas.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes do encerramento, nós vamos acompanhar as apresentações da Bateria Histeria, do curso de Enfermagem da Escs; e da Bateria Bicuda, do curso de graduação em Medicina. (*Palmas.*)

(*Procede-se à apresentação das Baterias Histeria e Bicuda.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Antes do encerramento, eu convido o Sr. Rinaldo de Souza Neves, ex-Coordenador do Curso de Graduação em Enfermagem da Escola Superior de Ciências da Saúde, para se dirigir à frente da mesa para o recebimento de uma homenagem e reconhecimento à sua eminente contribuição ao longo desses 25 anos. (*Palmas.*)

(*Procede-se à homenagem ao Sr. Rinaldo de Souza Neves.*) (*Palmas.*)

Bem, eu quero, mais uma vez, dizer da minha alegria e honra de presidir esta sessão.

Nós fizemos aqui homenagem aos 20 anos, quando a gente teve aqui a presença do nosso querido Jofran Frejat.

Eu aprendi, no Congresso, que sabedoria é reconhecer o óbvio, e lamentavelmente as pessoas não reconhecem o óbvio, que é a Escs e a Fepecs serem um exemplo para o país de modelo de educação. Deveria ser o contrário e todas as outras escolas copiarem o sistema adotado pela Escs, inclusive na educação – eu que entrei na política pela educação.

A gente já poderia ter os nossos alunos de pedagogia dentro das salas de aula, assim como vocês estão dentro dos hospitais. Eu não entendo essa dificuldade e, como disse aqui no vídeo, esse vendaval sempre na escola, afinal de contas, todos nós aí somos servidores do GDF. Independentemente se é da saúde, se é da educação, nós somos servidores.

Então, fica o Ministério Público criando dificuldades, dizendo que o médico não fez concurso para professor – uma coisa tão absurda. O que interessa é o resultado, e o resultado é maravilhoso. A gente tem orgulho de ter a escola. (*Palmas.*)

Eu registro ainda as dificuldades até de ajudar a Escs. Eu me lembro que, quando o Marcos era Diretor, eu coloquei 5 milhões para comprar um laboratório com dinheiro da saúde. Dava 6 milhões, 7 milhões do dinheiro da saúde, com emendas da saúde. Aí o GDF disse que não podia aplicar porque lá é educação. Eu disse: então, faça o seguinte, pegue esse dinheiro, como eles fizeram, bota na Ceilândia, no hospital da Ceilândia, mas pegue o recurso próprio e compra o laboratório – e estamos esperando até hoje, não é?

Colocamos, viu, Graziela, 120 milhões para construir o Hospital do Câncer. Perderam o prazo, recuperei o prazo, e está aí na pedra fundamental até hoje. E vão lançar a pedra, em homenagem, inclusive, ao Jofran, mas não saiu ainda da pedra fundamental.

Então, a gente precisa realmente...

Eu posso dizer para vocês o seguinte: mexeu com a Escs, mexeu com a Fepecs, mexeu comigo. (*Palmas.*)



E quero também informá-los de que a próxima homenagem será feita lá na Câmara Federal, porque agora estou indo para a Câmara Federal, depois de oito anos aqui no Senado. Tive inclusive que cancelar duas reuniões agora, antes da sessão, e mais duas agora, porque não deu tempo de chegar – já mandei cancelar –, mas eu não poderia deixar de estar aqui para homenagear essas instituições, esses profissionais, que realmente são exemplos para todos nós.

Então, parabéns a todos os professores, diretores, servidores! Parabéns aos alunos pelo entusiasmo, e a gente sente... Quiçá todos os nossos alunos, de todos os cursos, fossem assim, como vocês demonstraram aqui o carinho e o orgulho de pertencer realmente à Escs e à Fepecs. Então, parabéns aos alunos, parabéns a todos vocês!

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, eu agradeço a presença de todos que a honraram com a sua participação, convido os homenageados e os demais participantes para o registro fotográfico oficial, aqui no final, e declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 12 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Mensagens do Presidente da República



MENSAGEM Nº 756

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 780, de 2023, que "Denomina Ponte Heitor Miranda dos Santos o trecho brasileiro da ponte sobre o Rio Paraguai na divisa entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 10.507, de 21 de setembro de 2026.

Brasília, 21 de setembro de 2026.

g/121



Mensagem da Presidência da República

Nº 756, de 2026, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 780, de 2023, sancionado e convertido na Lei nº 15.507, de 21 de setembro de 2026.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



MENSAGEM Nº 757

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 1.663, de 2022, que “Extingue a Floresta Nacional de Cristópolis, localizada no Estado da Bahia, criada pelo Decreto de 18 de maio de 2001.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.508, de 21 de setembro de 2026.

Brasília, 21 de setembro de 2026.

12 A



Mensagem da Presidência da República

Nº 757, de 2026, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 1.663, de 2022, sancionado e convertido na Lei nº 15.508, de 21 de setembro de 2026.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



MENSAGEM Nº 758

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 3.453, de 2024, que “Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.509, de 21 de setembro de 2026.

Brasília, 21 de setembro de 2026.

12A



Mensagem da Presidência da República

Nº 758, de 2026, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 3.453, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.509, de 21 de setembro de 2026.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2026

(nº 760/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 56/2026 [1 de 47]



MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2026.



00333.003798/2026-27



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 862/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/09/2026, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7884031** e o código CRC **5DE56F1F** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.003798/2026-27

SEI nº 7884031

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 56/2026 [3 de 47]



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
GUILHERME DE AGUIAR PATRIOTA
CPF.: 239. [redacted] -49
ID.: [redacted]

1958 Filho de [redacted] e [redacted], nasce em 22 de março, em Genebra, Suíça (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1984	CPCD – IRBr
1993	CAD-IRBr
2006	CAE - IRBr, Os Desafios da Diplomacia Científico-Tecnológica Brasileira em um Mundo em Transformação

Cargos:

1985	Terceiro-secretário
1990	Segundo-secretário
1997	Primeiro-secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de segunda classe, por merecimento
2011	Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1986-87	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
1987-90	Divisão de Política Comercial, assistente
1990-94	Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, Washington, segundo-secretário
1994-97	Delegação do Brasil junto à ALADI, segundo-secretário
1997-2000	Embaixada do Brasil em Wellington, primeiro-secretário e conselheiro comissionado
2000-03	Divisão de Ciência e Tecnologia, chefe substituto
2003-04	Ministério da Ciência e Tecnologia, Assessoria de Assuntos Internacionais, chefe
2005-08	Delegação Permanente do Brasil em Genebra, conselheiro
2008-10	Missão do Brasil junto às Nações Unidas, ministro-conselheiro
2010-13	Presidência da República, assessor especial para assuntos internacionais
2013-15	Missão do Brasil junto às Nações Unidas, representante permanente alterno
2015-18	Delegação Permanente do Brasil em Genebra, delegado permanente alterno
2018-19	Delegação Permanente do Brasil em Genebra, representante especial junto à Conferência do Desarmamento
2019-21	Consulado-Geral do Brasil em Mumbai, cônsul-geral
2021-23	Consulado-Geral do Brasil em Tóquio, cônsul-geral



2023- Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, delegado permanente

Condecorações:

- 2010 Ordem do Mérito Aeronáutico, comendador
- 2014 Medalha do Mérito Tamandaré
- 2017 Ordem do Mérito Naval, grande oficial
- 2018 Ordem do Mérito Aeronáutico, grande oficial
- 2018 Ordem do Mérito da Defesa, grande oficial

Publicações:

- 2011 TRIPs in DDA – Personal Perspective of a Developing Country Negotiator, em Reflections from the Frontline: developing country negotiators in the WTO, Academic Foundation, CUTS International.
- 2012 Novo Mundo, Velha Ordem: e o Brasil com isso?, em Revista Interesse Nacional, Edição 17.
- 2013 Responsabilidade de Moderar, em Revista Política Externa, Volume 21 nº 4.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

VENEZUELA



MAÇO OSTENSIVO
Agosto de 2026

1



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Bolivariana de Venezuela
CAPITAL	Caracas
ÁREA	912.050 km² (pouco maior que o Mato Grosso 903 mil km²)
POPULAÇÃO (FMI,2022)	26,92 milhões de habitantes
IDIOMA	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (167 deputados, mandato 5 anos)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidenta encarregada Delcy Rodríguez (Desde 3/1/2026)
CHANCELER	Felix Plasencia (Desde 14/7/2026)
PIB NOMINAL USD (FMI, 2025)	111,3 bilhões (Brasil : 2,28 trilhões)
PIB PPP USD (FMI, 2025)	237,6 bilhões (Brasil : 4,9 trilhões)
PIB NOMINAL per capita USD (FMI, 2025)	3.867 (Brasil: 10.690)
PIB PPP per capita (FMI, 2025)	8.910 (Brasil: 23.380)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2025)	1,5% (2025); 5,3% (2024); 4% (2023) ; 8% (2022) ;0,5% (2021); -30% (2020); -35% (2019); -19,6% (2018); -15,7% (2017); -17% (2016)
UNIDADE MONETÁRIA	Bolívar
IDH (PNUD, 2021)	0,691 (120º de 191 países)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Manuel Vicente Vadell
EMBAIXADOR EM CARACAS	Glivânia Oliveira (Embaixador designado: Guilherme de Aguiar Patriota).

Intercâmbio Bilateral (USD milhões, FOB) - Fonte: COMEX STAT

Brasil - Venezuela	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 (jan-jun)
Intercâmbio	3.630	1.690	860	746	501,3	858	1.248,5	1.689,9	1.565,4	1.662,0	1.200,0	661,6
Exportações	2.950	1.280	470	576	420,5	782	1.086	1.329,1	1.152,7	1.199,8	837,9	475,0
Importações	680	415	392	171	80,8	76	162,5	360,8	412,7	422,2	349,1	186,6
Saldo	2.270	865	78	405	339,7	706	923,5	968,3	740	777,6	488,8	288,4

Principais produtos da pauta comercial (2025)

- **Exportações:** açúcares e melaços (16,9%); outros produtos comestíveis e preparos (12,9%); milho não moído, exceto milho doce (8,9%); arroz com casca (7,6%); veículos automóveis de passageiros (5,9%).
- **Importações:** adubos ou fertilizantes (44,6%); alumínio (27,6%); álcoois, fenóis, fenóis-álcoois e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (14,5%); produtos residuais de petróleo e materiais relacionados (7,1%)



APRESENTAÇÃO

O Brasil e a Venezuela estabeleceram relações diplomáticas, em 1830, e demarcaram suas fronteiras, em 1905.

O Brasil divide com a Venezuela sua terceira maior fronteira terrestre, com extensão de 2.199 km. O único passo de fronteira que conta com acesso rodoviário é Santa Elena de Uairén/Pacaraima (Roraima). Por muito tempo, a Amazônia, que era pouco conectada a outras regiões dos dois países, representou uma barreira física para a maior aproximação bilateral. A partir dos anos 1970, os dois países estreitaram relações nos âmbitos bilateral e regional.

Desde 1973, encontros presidenciais regulares e frequentes visitas oficiais de lado a lado imprimiram dinamismo à agenda comum, que compreende temas de interesse estratégico, como cooperação energética, questões fronteiriças, intercâmbio comercial, temas econômico-financeiros, fluxos migratórios e integração regional.

A comunidade brasileira na Venezuela é de 3 mil pessoas. Segundo estimativas mais recentes, haveria em torno de 780 mil venezuelanos no Brasil. A Operação Acolhida, força-tarefa multissetorial voltada ao atendimento a venezuelanos no Brasil, criada em 2018, é considerada exemplo internacional de resposta humanitária.

O comércio bilateral aumentou qualitativamente na primeira década do século XXI, tendo alcançado USD 6 bilhões, em 2013, quando a Venezuela configurava importante destino de exportações brasileiras de maior valor agregado. No entanto, a corrente comercial entre os dois países teve redução de quase 92%, entre 2013 e 2019, quando caiu para USD 501 milhões. Mais recentemente, a corrente comercial voltou a crescer, atingindo o patamar de USD 1,2 bilhão, em 2025, e os estados do Norte do Brasil, especialmente Roraima e Amazonas, passaram a ter maior peso nas exportações brasileiras para o país vizinho.

A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas. No entanto, o país enfrentou declínio de sua produção petrolífera na última década, no contexto de crise multidimensional, decorrente da conjuntura interna e das sanções unilaterais aplicadas por terceiros países. Analistas estimam que o PIB real venezuelano (que chegou a cair 85% entre 2013 e 2020) representaria, hoje, cerca de 36% do nível registrado em 2012. Com a relativa flexibilização, desde janeiro de 2026, das sanções aplicadas pelos EUA contra o país, a produção petrolífera nacional voltou a crescer, tendo atingido o patamar de cerca 1,2 milhão de barris por dia no primeiro semestre de 2026.



PERFIL BIOGRÁFICO**DELCY RODRÍGUEZ***Presidenta encarregada da República Bolivariana da Venezuela*

Nasceu em Caracas, em 18 de maio de 1969. É formada em Direito, com especialização em direito laboral pela Universidade de Nanterre. Foi ministra das Comunicações (2013 a 2014), das Relações Exteriores (2014 a 2017) e da Economia (2020 a 2024) e deputada constituinte (2017 a 2020). A partir de junho de 2018, passou a ocupar o cargo de Vice-Presidenta executiva da Venezuela e, a partir de agosto de 2024, também o de Ministra dos Hidrocarbonetos. Assumiu a Presidência da República, como encarregada, em 5 de janeiro de 2026, na esteira da operação militar dos EUA que resultou no sequestro de Nicolás Maduro e esposa.



RELAÇÕES BILATERAIS

Em 2023, foi iniciado processo de normalização das relações entre o Brasil e a Venezuela, após mais de seis anos de interrupção da agenda de cooperação bilateral. A Embaixada do Brasil em Caracas foi reaberta, em janeiro daquele ano, o que permitiu o reestabelecimento dos contatos entre autoridades das mais diferentes áreas dos dois governos. A repartição diplomática voltou também a prestar serviços consulares e assistência à comunidade brasileira naquele país.

No contexto do relançamento das relações bilaterais, ao longo de 2023, realizaram-se mais de oitenta encontros entre autoridades de diversas áreas dos governos dos dois países. Nesses encontros, foram tratados assuntos de interesse recíproco, como proteção ambiental na Amazônia, cooperação em saúde e educação na faixa de fronteira, integração energética, a crise sanitária no Território Indígena Yanomami, comércio bilateral, cooperação técnica e humanitária e o reestabelecimento dos pagamentos da dívida venezuelana com o governo brasileiro.

A visita do então Presidente Nicolás Maduro a Brasília, em 29 de maio de 2023, representou marco relevante nesse processo de reatamento dos laços históricos entre os dois países. O encontro entre o senhor Presidente da República e o Presidente da Venezuela permitiu que os mandatários passassem em revista os temas bilaterais identificados como mais relevantes. Foi também oportunidade para a discussão de temas regionais e multilaterais.

Com a retomada das relações entre os dois governos, o Brasil voltou a apoiar os esforços internacionais em favor do diálogo político venezuelano. Em outubro de 2023, o Chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim, representou o Brasil nas conversas entre governo e oposição realizadas em Bridgetown, Barbados. Na ocasião, foi anunciada a assinatura dos chamados “Acordos de Barbados” entre governo e oposição: um Acordo para a Promoção dos Direitos Políticos e Garantias Eleitorais e outro para Garantia dos Interesses Vitais da Nação.

Alguns meses depois, em dezembro de 2024, o governo brasileiro facilitou conversas entre a Venezuela e a Guiana para conter a escalada das tensões entre os dois países em torno do contencioso fronteiriço na região do Essequibo. Foi realizado encontro entre os Presidentes da Guiana e da Venezuela em São Vicente e Granadinas, facilitado pelas presidências pro-tempore da CELAC e da Caricom e pelo Brasil. Na ocasião, foi firmada a Declaração de Argyle, em que as partes reafirmaram o compromisso com o diálogo, a não utilização da força e a adoção de medidas de confiança mútua. Na sequência, em janeiro de 2024, o Brasil sediou, em Brasília, a I



Reunião da Comissão Conjunta, prevista na Declaração de Argyle, ocasião na qual Venezuela e Guiana descartaram qualquer possibilidade de uso ou de ameaça do uso da força para a resolução do diferendo.

No contexto das eleições presidenciais venezuelanas de 28 de julho de 2024, marcadas pela declaração de vitória do então Presidente Maduro sem a devida apresentação dos dados desagregados da votação, o Governo brasileiro manifestou-se sobre a situação do país por meio de notas à imprensa e comunicados conjuntos com Colômbia e México. Nessas manifestações, reafirmou o princípio fundamental da soberania popular e indicou ser indispensável a publicação, pelas autoridades venezuelanas, de dados desagregados por mesa de votação para assegurar a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito. Não houve, pelo governo venezuelano, a devida difusão dessas informações cobradas por segmentos da população do país e pela comunidade internacional.

Em 3 de janeiro de 2026, após o ataque militar dos Estados Unidos contra a Venezuela, o Governo brasileiro condenou as violações ao direito internacional e demonstrou preocupação no tocante à estabilidade regional. A posição brasileira foi reforçada por um comunicado conjunto assinado por Brasil, Espanha, Chile, Colômbia, México e Uruguai, divulgado no dia seguinte aos ataques. O documento expressou profunda preocupação e rechaço às operações militares realizadas pelos Estados Unidos e afirmou que tais ações violavam princípios fundamentais do direito internacional, especialmente a proibição do uso da força, o respeito à soberania e à integridade territorial dos Estados previstos na Carta das Nações Unidas.

Intercâmbio comercial

Historicamente, a balança comercial entre o Brasil e a Venezuela é superavitária para o Brasil. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços do Brasil, em 2025, a corrente de comércio bilateral alcançou o montante de USD 1,2 bilhão, com superávit a favor do Brasil de USD 490 milhões. As exportações brasileiras à Venezuela totalizaram USD 840 milhões, enquanto as importações provenientes do mercado venezuelano somaram USD 350 milhões.

Em 2025, o Brasil manteve-se como 3º maior parceiro comercial da Venezuela, depois dos EUA e da China. No entanto, o intercâmbio bilateral apresentou contração de 25% em relação a 2024, quando totalizou USD 1,6 bilhão. Ressalte-se que, no período, foi observada contração do comércio exterior da Venezuela com a maioria dos seus principais parceiros, o que decorreria da maior rigidez das sanções norte-



americanas em 2025, da menor disponibilidade de dólares no mercado doméstico e da consequente contração de importações.

Já no primeiro semestre de 2026, houve expansão de 39,2% do intercâmbio bilateral em relação ao mesmo período de 2025, totalizando USD 661,6 milhões, com superávit a favor do Brasil de USD 288,4 milhões.

No primeiro semestre de 2026, foram realizadas duas missões multisetoriais (entre 26-30/5 e entre 16-17/6), presididas pela Secretaria de Promoção Comercial, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura do MRE, a Caracas, com os objetivos de promover levantamento atualizado de informações sobre o atual cenário econômico e comercial venezuelano; identificar atores prioritários e estratégicos para interlocução com os representantes de setores produtivos brasileiros; e contribuir para o reposicionamento das empresas brasileiras no mercado local, diante da retomada recente do dinamismo das trocas externas venezuelanas. Além de audiências com as autoridades do governo venezuelano, as delegações brasileiras puderam beneficiar-se de conversas com especialistas locais e de mais de uma centena de encontros com empresários e representantes do setor privado venezuelano.

Tarifas sobre setor automotivo brasileiro

A Venezuela passou a aplicar, a partir de março de 2026, tarifa cheia para importações de veículos terminados do Brasil – o que significou aumento de 9,2% para 20% das tarifas para o setor.

O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 69 (ACE-69), firmado no âmbito da ALADI, em dezembro de 2012, regulamenta as preferências tarifárias entre o Brasil e a Venezuela. Não obstante, no caso do setor automotivo, o art. 4º do ACE-69 determina que, enquanto não houver novo regime automotivo específico acordado bilateralmente, seriam aplicadas ao comércio do setor automotivo entre o Brasil e a Venezuela as preferências tarifárias vigentes em 31/12/2012, conforme disposto no Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59). As preferências tarifárias acordadas entre os dois países constam do Apêndice 3.10, Anexo II, do ACE-59.

Além de gestões realizadas pela Embaixadora do Brasil em Caracas diretamente com o então Ministro do Poder Popular de Comércio Exterior (MINCOEX), Johann Álvarez, desde março, novas gestões sobre o tema foram realizadas, no âmbito de missão empresarial do Brasil à Venezuela, no dia 17 de junho, em reunião que contou com a participação de representantes do MDIC, da ApexBrasil, da FIESP e da ANFAVEA; e, em 19/8, quando a Embaixadora do Brasil em Caracas voltou a suscitar



o tema em reunião que manteve com a vice-ministra de Comércio Internacional da Chancelaria venezuelana, Marynna Saatdjian.

Integração energética

O fornecimento de energia do complexo venezuelano de Guri ao Brasil foi interrompido em março de 2019, durante uma crise de apagões na Venezuela e em contexto de desgaste das relações diplomáticas entre os dois países. Por quase seis anos, Roraima dependeu exclusivamente de usinas termelétricas movidas a diesel e gás (mais caro e poluente). Em fevereiro de 2025, após negociações e reparos no Linhão de Guri, o Brasil voltou a importar energia da Venezuela, em caráter experimental.

Com a conclusão do Linhão de Tucuruí (trecho Manaus-Boa Vista), em setembro de 2025, Roraima passou a receber energia do Sistema Interligado Nacional (SIN). Embora a importação da Venezuela ainda possa ocorrer por questões de custo ou equilíbrio de rede, a energia de Guri agora passou a ser uma opção complementar, e não mais fonte principal para a segurança energética do estado.

No sentido contrário, em março de 2026, executivos brasileiros estiveram na Venezuela e manifestaram interesse em explorar oportunidades de comercialização de eletricidade brasileira para a Venezuela, uma vez que a Venezuela deve manter-se deficitária na geração elétrica no curto e no médio prazo.

Segundo analistas, a capacidade de transmissão do Linhão de Tucuruí entre Manaus e Roraima seria de 1.000 MW, mas o atual consumo elétrico de Roraima seria de cerca de 200MW. Isso significa que haveria capacidade de exportar à Venezuela o excedente (800 MW) da capacidade de energia que o Linhão de Tucuruí (trecho Manaus-Boa Vista) transportada a Roraima. Especula-se que as empresas petrolíferas na Venezuela que estão retomando atividades intensivas em energia poderiam ter interesse em adquirir energia do Brasil.

Indústria petrolífera

A Venezuela detém as maiores reservas de petróleo do mundo, estimadas em 304 bilhões de barris, equivalentes a 18% do total das reservas mundiais conhecidas, seguida pela Arábia Saudita (298 bilhões). Contudo, na última década, o país enfrentou forte declínio de sua produção petrolífera, com queda de 75%. Esse declínio deveu-se em parte à situação doméstica, mas principalmente às sanções unilaterais adotadas pelos Estados Unidos, a partir de janeiro de 2019, e, em menor medida, às sanções aplicadas pelo Canadá e por países europeus.



Desde janeiro de 2026, no entanto, verifica-se um crescente reposicionamento de grandes companhias internacionais no mercado energético venezuelano – entre elas Chevron, BP, TotalEnergies, Repsol, Shell, Eni e, possivelmente, a ExxonMobil. Tal reposicionamento responderia, segundo avaliações de analistas do setor, a conjunto convergente de fatores, entre os quais se destacam as alterações introduzidas pela reforma parcial da lei de hidrocarbonetos venezuelana, a adoção de marcos contratuais de maior flexibilidade para investidores estrangeiros e, principalmente, a distensão seletiva, por parte dos Estados Unidos, de determinadas restrições aplicadas ao setor energético da Venezuela.

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a produção petrolífera venezuelana, no primeiro semestre de 2026, teria apresentado crescimento de 4%, registrando média de 1,09 milhão de barris por dia, em movimento associado à maior diversificação de destinos, com destaque para Estados Unidos, Índia e mercados europeus. Cabe registrar que, em 2014, a produção venezuelana era de cerca 2,7 milhões de barris diários. Para o final de 2026, o PNUD projeta a produção média deve ultrapassar 1,3 milhão de barris por dia, o que corresponderia a um aumento de 11%, em comparação com 2025. Caso esse cenário se confirme, o PIB tenderia a crescer 6,5%, como resultado da expansão do setor petrolífero (11%) e das atividades não petrolíferas (6,5%).

Embora a Petrobras não tenha operações na Venezuela desde 2012, outros grupos empresariais com capital brasileiro vêm retomando atividades no mercado local desde 2023-2024. Em março de 2026, ocorreu missão empresarial à Venezuela, composta por 14 executivos de diferentes áreas (petróleo, finanças, engenharia e mercado digital), para prospectar oportunidades de investimentos nos setores de petróleo e finanças. No primeiro semestre de 2026, ocorreram, ainda, outras duas missões empresariais (maio e junho), com participação de representantes do setor energético, conforme mencionado na seção sobre intercâmbio comercial.

Integração rodoviária

O Brasil e a Venezuela compartilham passo de fronteira terrestre entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén, cidades conectadas por via rodoviária que desempenha um papel relevante para o comércio bilateral. Trata-se da única ligação rodoviária internacional entre os dois países. Do lado brasileiro, a BR-174 sai de Manaus, passa por Boa Vista e chega à fronteira em Pacaraima. Ao cruzar a fronteira, continua em território venezuelano pela "carretera" Troncal 10, conectando Santa Elena de Uairén diretamente a Ciudad Guayana/Puerto Ordaz e, desse ponto, ao restante do país. O



trecho rodoviário entre Puerto Ordaz e Pacaraima tem apenas 620 km. A distância entre Puerto Ordaz e Boa Vista é de cerca de 800 km por rodovia.

A integração rodoviária com a Venezuela está contemplada em múltiplos níveis de planejamento, desde o nível estratégico sul-americano até projetos prioritários do governo federal brasileiro. A integração rodoviária é fundamental para a chamada estratégia do Arco Norte, que visa a escoar a produção brasileira (especialmente agrícola e mineral) pelos portos da região setentrional do Brasil e facilitar o comércio com o Caribe e o hemisfério norte. Historicamente, a rodovia Manaus-Caracas é um projeto prioritário dentro da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada em 2000, e posteriormente sob o guarda-chuva do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), de 2009. O eixo Amazônia-Orinoco tem o objetivo de integrar o sistema de transportes rodoviários, fluviais e energéticos.

Mais recentemente, o Governo estruturou o projeto "Rotas para a Integração" dentro do Novo PAC (2023-2026). A integração com a Venezuela faz parte da Rota 1: Ilha das Guianas, que inclui os estados do Amapá e Roraima, além de partes do Amazonas e Pará. A Rota 1 articula a conexão do Brasil com Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela. O foco principal é a manutenção e reabilitação da BR-174 (Manaus - Boa Vista - Pacaraima). Embora a infraestrutura rodoviária já exista (a estrada está asfaltada em sua maior parte), o projeto tem se concentrado na recuperação asfáltica do trecho brasileiro e na normalização de protocolos sanitários e alfandegários para o comércio de alimentos e insumos agrícolas.

Dívida

Não existe, atualmente, um processo formal de consolidação da dívida externa venezuelana. O país permanece em estado de fragmentação financeira, com múltiplos grupos de credores e diferentes tipos de obrigações em atraso. Estimativas independentes calculam que o total da dívida seria de aproximadamente USD 240 bilhões, incluindo os bônus soberanos e títulos da PDVSA (entre USD 60 e 70 bilhões), empréstimos bilaterais da China (entre USD 12 e 20 bilhões) e da Rússia (entre USD 3 e 8 bilhões), obrigações derivadas de processos judiciais e arbitrais e repasses em atraso a petroleiras privadas sócias de empresas mistas venezuelanas, como a espanhola Repsol (USD 5 bilhões) e italiana Eni (USD 2 bilhões).

O nível de endividamento externo da Venezuela pode ser considerado elevado em relação ao PIB de 2025, estimado em apenas USD 111,3 bilhões, mas não em relação ao PIB de 2014, estimado em USD 480 bilhões.



Desde meados de 2017, a Venezuela está inadimplente com o Brasil em contratos de financiamento a exportações. Essas operações contam com a garantia da União, por meio do Seguro de Crédito à Exportação / Fundo de Garantia à Exportação (SCE/FGE). Com o inadimplemento, a União indenizou os financiadores e sub-rogou-se nos créditos inadimplidos, tornando-se credora do governo venezuelano. Segundo levantamento de julho de 2026, a exposição brasileira à Venezuela é de cerca de USD 1,93 bilhão, o que inclui USD 1,27 bilhão em parcelas atrasadas e USD 652 milhões em juros. Foi instalada, em julho de 2023, uma mesa bilateral de negociação da dívida. Nos trabalhos da mesa de negociação, houve avanços na conciliação de dados, sem divergências significativas entre os dois países. Após impulso inicial, os trabalhos não avançaram em função das dificuldades alegadas pela parte venezuelana para honrar os compromissos vencidos e vindos. Nos contatos com autoridades venezuelanas, o Brasil tem sempre suscitado essa questão e encaminhado cobranças periódicas relativas à dívida bilateral.

Segurança e defesa

A cooperação relacionada à segurança pública entre Brasil e Venezuela tem ganhado importância, em razão da ocorrência de ilícitos na região de fronteira, como contrabando, crimes ambientais, mineração ilegal e tráfico de drogas.

A mineração ilegal e o tráfico ilícito de ouro são apontados como pontos de especial preocupação, por serem utilizados por grupos criminosos não apenas para obtenção de ganhos diretos, mas também para lavagem de dinheiro e financiamento de outros crimes. Registra-se o ingresso de colombianos e venezuelanos para atuar no garimpo em território brasileiro. Há também relatos de deslocamento de garimpeiros brasileiros da terra indígena Yanomami do Brasil para a Venezuela.

É igualmente motivo de preocupação a presença de grupos criminosos dos dois países que atuam no tráfico de drogas e de armas na fronteira Brasil-Venezuela. Há, ainda, relatos de tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes na região, impulsionado pelo êxodo venezuelano, assim como pelo garimpo ilegal.

De outra parte, é de interesse dos dois países o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de defesa. Há grande potencial de estabelecimento de iniciativas conjuntas na área. Até o fechamento da Embaixada em Caracas, em 2020, o Brasil mantinha adidâncias militares e da Polícia Federal na Venezuela. A reabertura da Embaixada do Brasil em Caracas permitiu a reativação das adidâncias.

Cooperação técnica e humanitária



O Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela foi firmado, em 1973. A implementação das iniciativas ao amparo do acordo tem contribuído para estabelecer e fortalecer vínculos institucionais, aproximando as duas sociedades, com benefícios concretos para as populações brasileira e venezuelana.

No contexto de relançamento das relações com a Venezuela, foi realizada missão multidisciplinar de cooperação técnica em Caracas, em 18 e 19 de maio de 2023. Durante a visita, foi negociado novo Programa de Cooperação Técnica e Humanitária Brasil-Venezuela, que se encontra em execução. O novo programa enumera as seguintes áreas prioritárias: a) temas agroalimentares, incluindo a cooperação em matéria de soberania e segurança alimentar e nutricional, e de desenvolvimento da fronteira comum amazônica; b) saúde, incluindo iniciativas coordenadas em zonas de fronteira; c) pesca e aquicultura, com especial atenção para a troca de experiências na organização social da pesca e da aquicultura artesanais, no fortalecimento institucional dos ministérios competentes na matéria e no desenvolvimento de projetos ligados ao cultivo de espécies autóctones e para modelos de desenvolvimento aquícola; d) temas sociais, com ênfase na transversalidade do enfoque de gênero e na superação da pobreza; e e) gestão de riscos, desastres e proteção civil, com apoio mútuo em diferentes emergências, inclusive aquelas relacionadas à mudança de clima e a situações de insegurança alimentar e nutricional.

Em novembro de 2023, realizou-se, em Caracas, a I Reunião do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela.

Em janeiro de 2026, a pedido da Venezuela, o Brasil enviou 120 toneladas de insumos e medicamentos para reestabelecer estoque do principal centro de distribuição do sistema de saúde do país (Guaíra), atingido durante os bombardeios dos EUA. As doações humanitárias garantiram a continuidade do tratamento de 9 mil pacientes venezuelanos que precisam de diálise na Venezuela.

Terremotos de junho de 2026

Em 24/6, terremoto de magnitude 7,2 atingiu área a oeste de Caracas, seguido, menos de um minuto depois, por novo tremor de magnitude 7,5, o mais potente registrado na Venezuela, desde 1900. Segundo balanço oficial (17/8), foram confirmados 6.438 mortos e 16.740 feridos. Estima-se que haveria cerca de 43.000 desaparecidos (dados não oficiais) e 856 edifícios afetados. Socorristas internacionais – cerca de 3.300 – deslocaram-se para a Venezuela, oriundos dos diferentes países.



A ajuda enviada pelo governo brasileiro envolveu onze voos com ajuda humanitária. A missão compreendeu 229 profissionais brasileiros (148 militares, 71 integrantes bombeiros, 4 engenheiros de Defesa Civil e 6 técnicos da Anatel). O Brasil também enviou Hospital de Campanha da Marinha do Brasil, que realizou 2700 atendimentos médicos. As equipes brasileiras participaram de 90 operações e apoiaram o salvamento de três pessoas com vida dos escombros. Foram doados à Venezuela 150 purificadores de água, 170 toneladas de alimentos e insumos de higiene e 16,5 toneladas de insumos médicos, incluindo mais de 1 milhão de doses de vacinas.

Temas migratórios e consulares

O fluxo de refugiados e migrantes da Venezuela é o maior da história do continente e uma das maiores crises de deslocamento no mundo atualmente. Segundo o ACNUR e a OIM, aproximadamente 7,7 milhões de venezuelanos deixaram o país. Desse total, 6,9 milhões de migrantes estariam na América Latina e Caribe, principalmente na Colômbia (2,8 milhões), Peru (1,6 milhão) e Brasil (780 mil).

O ingresso de nacionais venezuelanos em território brasileiro não requer prévia emissão de visto, em função de acordo bilateral (1990). A maior parte entra através da fronteira em Pacaraima (RR), onde recebe informações básicas sobre o Brasil e sobre as possibilidades de regularização migratória.

Na condição de residentes, os cidadãos venezuelanos que buscam proteção no Brasil recebem documentação e têm amplo acesso a todos os serviços públicos, ao mercado de trabalho formal e a todos os benefícios sociais, sem nenhuma discriminação, conforme as garantias previstas na legislação sobre refúgio (lei nº 9474/1997) e migração (lei nº 13.445/2017).

A Operação Acolhida, coordenada pela Casa Civil, constitui a base da resposta brasileira ao fluxo de migrantes venezuelanos. Trata-se de força-tarefa multissetorial, criada em 2018, que reúne agências governamentais, além da sociedade civil e organismos internacionais, e assenta-se sobre três pilares: ordenamento da fronteira (recepção), abrigamento e interiorização voluntária. A Operação Acolhida interiorizou, entre 2018 e maio de 2026, mais de 160 mil migrantes e refugiados que chegaram pela fronteira norte. Eles foram encaminhados para 1131 municípios brasileiros.

Desde janeiro de 2026, há um quadro de normalidade na fronteira com o Brasil, com fluxos abaixo das médias históricas. Segundo a OIM, haveria tendência de aumento do número de venezuelanos que buscam retornar ao seu país de origem.



POLÍTICA INTERNA

Desde 3 de janeiro de 2026, na sequência dos ataques armados estadunidenses e do sequestro de Nicolás Maduro e da sua esposa Cilia Flores, o Governo da Venezuela é liderado pela Presidenta encarregada Delcy Rodríguez. Nesse período, e sempre sob acompanhamento próximo dos EUA, o governo vem conduzindo reformas econômicas e institucionais, com abertura de espaço para uma distensão relativa do espaço cívico.

O aspecto mais evidente dessa dinâmica tem sido a soltura, desde o início do ano, de mais de mil pessoas antes presas por motivos alegadamente políticos, tanto no contexto dos episódios históricos específicos previstos na nova Lei da Anistia quanto em casos analisados individualmente pelo Ministério Público, com acompanhamento e revisão pela Assembleia Nacional. Por determinação da Presidenta encarregada, está também em curso o processo de fechamento e reforma do centro de detenção do Helicoide, mais conhecida prisão no país. Com o processo de distensão, manifestações populares opositoras nas ruas do país se tornaram mais frequentes.

Desde que assumiu o poder, Delcy Rodríguez promoveu mudanças na composição do Governo. Substituiu cerca de metade dos membros do Gabinete de Ministros, sobretudo em pastas relevantes para a economia nacional, como Hidrocarbonetos, Transportes e Energia Elétrica, ou relacionadas à prestação de serviços sociais, como Saúde, Trabalho, Habitação e Educação Universitária. Na maioria dos casos de trocas, foram selecionadas figuras de perfil tecnocrático. Em julho, foi substituído o titular do Ministério das Relações Exteriores, e houve a fusão da Chancelaria com o Ministério do Comércio Exterior.

Na Assembleia Nacional, onde o oficialismo conta com maioria, ocupando quase 90% dos assentos, nota-se esforço para construir consensos e obter o apoio da oposição a iniciativas parlamentares prioritárias, como a Lei da Anistia, a reforma da Lei dos Hidrocarbonetos e a reforma da Lei da Mineração, algumas das quais foram aprovadas com apoio unânime. A recomposição do diálogo parlamentar não abarca, porém, os setores da oposição mais aguerrida, liderados por María Corina Machado, que optaram por boicotar as eleições legislativas de 2025.

Em junho, foi anunciada a criação de mesa de diálogo entre o oficialismo e a oposição para reestruturar sistema eleitoral e definir “agenda de trabalho e roteiro, com cronograma e marcos específicos e verificáveis” para “o fortalecimento da democracia e a consolidação da paz”. Jorge Rodríguez, atual Presidente da Assembleia Nacional, e Dinorah Figueira, presidente da Assembleia Nacional na legislatura 2015-2020, foram definidos como líderes das respectivas delegações. Entre os objetivos do diálogo



político, está a recomposição do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), passo necessário para convocar futuras eleições. Na primeira rodada de negociações, que teve início em 01/08, as partes decidiram conduzir reformas no Tribunal Supremo de Justiça do país e envidar esforços conjuntos para reaver o ouro venezuelano depositado em bancos de Londres, com vistas a apoiar vítimas dos terremotos de junho.

O elemento que une Governo e oposição é a expectativa de melhorias no precário quadro socioeconômico do país (segundo estatísticas recentes, 55% dos lares venezuelanos enfrentam situação de pobreza multidimensional). Espera-se que as reformas da legislação econômica, a flexibilização parcial das sanções unilaterais dos EUA e a atração de investimentos em setores como energia, mineração e transportes poderão permitir ao governo lidar com prioridades mais urgentes: a contenção da inflação e da brecha cambial, o reajuste dos salários e a melhoria dos serviços sociais essenciais, que ainda não se recuperaram plenamente da longa recessão de 2014-2020.

POLÍTICA EXTERNA

Nos últimos anos, a Venezuela vinha aprofundando vínculos políticos e econômicos com aliados extrarregionais, sobretudo Rússia, China, Irã, Índia e Turquia. Tal orientação buscava contornar a situação de isolamento que sucedeu o não reconhecimento por parte da comunidade internacional da legitimidade das eleições presidenciais de maio de 2018, quando vários países passaram a apoiar o autointitulado presidente encarregado Juan Guaidó, escolhido indiretamente, em procedimento atípico, pela Assembleia Nacional de 2015, de maioria opositora. A necessidade de fortalecer essas novas parcerias foi acentuada pelas restrições derivadas do regime de sanções econômicas unilaterais, particularmente dos EUA. Durante a pandemia, a Venezuela estreitou ainda mais os laços com aqueles países, os quais prestaram cooperação em saúde e permitiram que o país tivesse acesso a vacinas e insumos médicos no difícil contexto da crise sanitária, agravado pelas sanções unilaterais. No âmbito regional, Cuba destacou-se como país solidário à Venezuela, tendo fornecido vacinas contra a COVID-19 em momento crítico para o país.

Desde os ataques militares dos EUA à Venezuela, em janeiro de 2026, teve início processo de “normalização” das relações diplomáticas do país com os EUA, seguido de movimentos por outros países para reestabelecer relações diplomáticas, a exemplo do Canadá. Nota-se também aproximação com os países da União Europeia e com Reino Unido e Suíça. A suspensão temporária de partes das sanções unilaterais aplicadas pelos EUA contra a Venezuela favoreceu também a retomada de fluxos



comerciais e de investimentos com norte-americanos e europeus, em prejuízo da tendência anterior de fortalecer laços econômicos com aliados extrarregionais, como China, Rússia e Irã.

Relações com a América do Sul

O Governo brasileiro considera que o engajamento do Brasil e de outros países vizinhos com a Venezuela deve ser construtivo, buscando apoiar os processos de diálogo em curso entre as forças políticas venezuelanas e permitindo a reinserção da Venezuela nos esforços de integração econômica, comercial e política na região. Tal orientação é uma maneira de reverter o isolamento do país, que agravou a crise multidimensional que afeta a Venezuela, desde meado dos anos 2010.

Em anos recentes, houve significativas alterações nos posicionamentos sul-americanos a respeito do dossiê venezuelano. Após as questionadas eleições presidenciais de julho de 2024, conjunto importante de países da região – como Argentina, Peru, Equador, Chile e Uruguai – deixou de manter relações diplomáticas com a Venezuela. Mais recentemente, entre julho e agosto de 2026, o governo da Venezuela anunciou o início de processos de normalização de suas relações bilaterais com Peru, Chile e República Dominicana. Em 2025, Panamá e Uruguai já haviam normalizado relações consulares com a Venezuela.

Brasil e Colômbia são os países que têm vínculos econômicos e políticos mais densos com a Venezuela atualmente. Bogotá procedeu à normalização das relações, em 2022. Desde então houve importante retomada de fluxos comerciais e de pessoas entre os dois países e atuação conjunta para equacionar questões relacionadas à segurança pública na fronteira binacional, região densamente povoada. O novo Chanceler colombiano, Omar Bula Escobar, tem afirmado que Bogotá pretende manter com a Venezuela relação pragmática, com foco em oportunidades econômicas, na geração de riqueza e no combate aos problemas fronteiriços.

Essequibo

A questão do Essequibo, que remonta ao século XIX, é o principal contencioso da política externa da Venezuela. A Venezuela reivindica cerca de dois terços do território da Guiana, com base na existência de títulos jurídicos coloniais espanhóis sobre a região, enquanto a Guiana sustenta sua posição no laudo arbitral de 1899, que definiu a fronteira quando o país ainda era colônia britânica. O laudo, favorável à então Guiana Inglesa, não é reconhecido pela Venezuela.



Em fevereiro de 1966, Reino Unido e Venezuela firmaram o Acordo de Genebra, que estabeleceu mecanismos de bons ofícios sob os auspícios das Nações Unidas para a busca de solução negociada. Quando a Guiana se tornou independente em maio de 1966, o Acordo permaneceu vigente. Nas décadas seguintes, ao amparo do Acordo de Genebra, houve diferentes exercícios para promover o diálogo entre os dois países sobre a questão.

Diante da ausência de avanços por essa via e do recrudescimento do interesse estratégico pela região, especialmente após a descoberta de petróleo na costa guianense em 2015, a Guiana submeteu, em 2018, o caso "Laudo Arbitral de 3 de outubro de 1899 (Guiana v. Venezuela)" à Corte Internacional de Justiça (CIJ), solicitando a confirmação da validade e do caráter vinculante do laudo de 1899. A Corte declarou-se competente para examinar a controvérsia, em 2020, e rejeitou objeção preliminar apresentada pela Venezuela, em abril de 2023.

Em dezembro de 2023, no contexto de aumento das tensões após referendo consultivo venezuelano para validar as pretensões no território em disputa, a CIJ aplicou as primeiras medidas provisórias no processo, determinando que, enquanto não haja decisão final, a Venezuela deve abster-se de tomar qualquer ação que modifique a situação que prevalece no território de Essequibo, atualmente administrado pela Guiana.

Em 14 de dezembro do mesmo ano, foi realizado encontro entre os Presidentes da Guiana e da Venezuela em São Vicente e Granadinas, facilitado pelas presidências pro-tempore da CELAC e da Caricom e pelo Brasil. Na ocasião, foi firmada a Declaração de Argyle, em que as partes reafirmam o compromisso com o diálogo, a não utilização da força e a adoção de medidas de confiança mútua. Esses entendimentos foram reiterados na I Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos Guiana-Venezuela, realizada em Brasília, em janeiro de 2024, cujos trabalhos foram novamente facilitados por Brasil e pela presidência pro-tempore da CELAC, tendo representante das Nações Unidas participado como observador. A comunidade internacional reconheceu os esforços regionais voltados à manutenção da paz e da estabilidade no contexto de escalada de tensões.

Ao longo de 2024 e 2025, ocorreram novos desdobramentos relacionados à controvérsia. No período, houve alguns incidentes na região de fronteira e entre navio de patrulha militar venezuelano e plataformas de exploração de petróleo guianenses na região marítima adjacente ao território disputado. Em abril de 2024, a Venezuela sancionou a "Lei Orgânica para Defesa da Guiana Essequiba", que criou o estado da Guiana Essequiba, cujo território corresponde à região disputada sob controle da



Guiana. Com base na nova lei, a Venezuela realizou eleições, em maio do mesmo ano, para Governador e membros do legislativo do “estado de Guiana-Essequiba”. A esse respeito, a Corte Internacional de Justiça reafirmou as medidas provisórias de dezembro de 2023, determinando que a Venezuela se abstenha de adotar iniciativas capazes de alterar a situação vigente no território em disputa, incluindo a condução ou a preparação de processos eleitorais na área disputada.

Em maio de 2026, tiveram lugar, na Haia, audiências públicas relativas ao caso na CIJ. Trata-se da última etapa da fase probatória do processo. Evidenciando a importância que a Venezuela atribui ao caso, a Presidenta encarregada Delcy Rodríguez deslocou-se à Haia para integrar a delegação de seu país e proferir as palavras de encerramento das alegações venezuelanas.

Na ocasião, a Venezuela reiterou os elementos de sua posição histórica sobre o contencioso: a afirmação de que o Essequibo formaria parte da Capitania-Geral da Venezuela, delimitada no período colonial (1777), e do território original da Venezuela desde sua primeira Constituição (1811); a caracterização do Tratado do Laudo Arbitral de 1899 como fraudulento; a defesa do Acordo de Genebra (1966) como único instrumento aceitável para dirimir a disputa; e a não aceitação da jurisdição de mecanismos jurídicos ou arbitrais internacionais (inclusive a CIJ) para a resolução da controvérsia territorial. Por fim, sinalizou que a Venezuela não deverá acatar a decisão da Corte. Encerradas as audiências, o caso passará a ser examinado pelos juízes, para que possam emitir uma decisão final. Não há, no entanto, prazo predeterminado para que a CIJ conclua suas deliberações e anuncie o acórdão.

A posição brasileira tem sido a de favorecer a solução pacífica da controvérsia bilateral, com respeito ao princípio da inviolabilidade dos Tratados.

Relações com o Caribe

Apesar da crise econômica da última década, a Venezuela ainda conserva parcela considerável de sua tradicional influência sobre o Caribe, a qual, no passado, baseava-se no funcionamento do mecanismo Petrocaribe, de cooperação econômica energética, que teve início em 2005. No entanto, em razão da queda na produção de hidrocarbonetos na Venezuela, a capacidade operativa da iniciativa, na atualidade, é limitada.

Após assumir o Governo da Venezuela, em janeiro 2026, as primeiras visitas ao exterior da Presidenta Delcy Rodríguez foram a Granada e Barbados.

Embora as relações entre Venezuela e Trinidad e Tobago estejam tensionadas, em razão da colaboração do país caribenho com os EUA durante a escalada militar no



Caribe, no segundo semestre de 2025, veículos da imprensa noticiaram, em julho, que a Shell teria iniciado a contratação de serviços de perfuração para o desenvolvimento do projeto de gás “offshore” Dragón, localizado em águas venezuelanas perto de Trinidad e Tobago, com o objetivo de perfurar quatro poços a partir do segundo trimestre de 2027. O projeto geraria renda para Trinidad e Tobago, país ao qual caberia processar gás do campo, cujas reservas estimadas equivalem a 4,2 trilhões de pés cúbicos de gás.

Relações com Estados Unidos

Em 3 de janeiro de 2026, o governo dos EUA realizou ataques aéreos em Caracas e outros estados venezuelanos, em que morreram mais de 100 pessoas, inclusive 32 cubanos. A operação resultou no sequestro do Presidente Nicolás Maduro e sua esposa, Cilia Flores, que aguardam julgamento por tribunal do estado de Nova York.

Desde o ataque, o Governo venezuelano tem trabalhado em estreita coordenação com os EUA, enfatizando a necessidade de manterem relacionamento equilibrado e respeitoso, no marco da legalidade e do respeito ao direito internacional. Em 5 de março de 2026, oficializou-se o restabelecimento das relações diplomáticas e consulares entre Caracas e Washington, que estavam rompidas, desde janeiro de 2019. Em 11 de março, o Governo dos Estados Unidos passou a reconhecer formalmente Delcy Rodríguez como mandatária da Venezuela, após anos de ruptura entre os Governos.

Desde fevereiro, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC), do departamento do Tesouro dos EUA, tem publicado uma série de licenças que, sob condições, autorizam negociações de contratos com o Governo venezuelano para novos investimentos nos setores de petróleo e gás, eletricidade, mineração e finanças. Esses investimentos, no entanto, estão submetidos a quatro regras principais de controle: (i) os contratos serão regidos pela legislação dos EUA; (ii) qualquer resolução de disputas ocorrerá sob a jurisdição norte-americana; (iii) quaisquer pagamentos monetários a uma pessoa bloqueada – excluindo pagamentos de impostos locais, licenças ou taxas – devem ser feitos à conta indicada pelo Departamento do Tesouro dos EUA; e (iv) obrigatoriedade de que sejam apresentados relatórios detalhados ao Departamento de Estado das operações. Essas licenças também vedam qualquer transação envolvendo entidades localizada ou constituída sob as leis da Coreia do Norte, Cuba, Irã e Rússia.

De uma perspectiva histórica, os EUA sempre foram um dos principais aliados, investidores e parceiros econômicos da Venezuela. Empresas estadunidenses atuam no



país há mais de um século. Mesmo durante o período de ruptura das relações diplomáticas na última década, os EUA mantiveram-se como principal parceiro comercial da Venezuela.

Os EUA se consolidaram como maior parceiro comercial da Venezuela no primeiro semestre do ano, tanto em exportações (USD 2,96 bilhões) quanto em importações (USD 6,56 bilhões), totalizando uma corrente de comércio de USD 9,52 bilhões.

Relações com a China

A China é o segundo parceiro comercial e relevante aliado extrarregional da Venezuela. Em 2023, China e Venezuela elevaram o patamar das relações “parceria estratégica para qualquer tempo” (“all-weather strategic partnership”) e assinaram acordos de cooperação em temas como comércio, educação, turismo, comunicação, espaço, aviação civil e ciência e tecnologia. A Venezuela é o primeiro país da América Latina a estabelecer “parceria estratégica para qualquer tempo” com a China.

Em janeiro de 2026, a Chancelaria chinesa publicou nota em que condenou a operação militar dos EUA na Venezuela, qualificada como “flagrante uso da força contra um estado soberano e a ação contra seu presidente” e como atos que “violam seriamente o direito internacional e a soberania da Venezuela, e ameaçam a paz e a segurança na região da América Latina e do Caribe”.

A despeito do aumento da presença dos EUA na economia venezuelana desde 3 de janeiro, a corrente de comércio entre a Venezuela e a China cresceu 13,6%, no primeiro semestre do ano, passando de USD 2,98 bilhões para USD 3,38 bilhões, na comparação com o mesmo período de 2025. As exportações venezuelanas ao mercado chinês teriam aumentado 18,3%, passando de USD 527,4 milhões para USD 623,9 milhões; as importações provenientes da China teriam crescido 12,6%, passando de USD 2,45 bilhões para USD 2,76 bilhões. O crescimento das exportações venezuelanas para a China foi impulsionado, principalmente, pelas vendas de minério de ferro e seus concentrados, que teriam aumentado 133,5%, passando de USD 147,2 milhões (primeiro semestre de 2025) para USD 343,7 milhões. Já as exportações petrolíferas da Venezuela para a China, que dominavam a pauta comercial, caíram de USD 197 milhões para zero, registrando um recuo de 100%, o que seria reflexo da intensificação das sanções norte-americanas direcionadas à China e outros parceiros explicitamente bloqueados nas licenças OFAC.

Relações com a Rússia



A Rússia mantém estreitas relações com o governo venezuelano. Em anos recentes, a relação bilateral esteve marcada por frequentes visitas de alto nível. O diálogo fluido reflete-se nos laços econômicos, que abrangem contratos de longo prazo em setores estratégicos, como energia e infraestrutura, acompanhados de linhas de financiamento soberanas e privadas. Destacam-se, ainda, os vínculos na área de segurança e defesa.

Em janeiro de 2026, o MID publicou nota em apoio à assunção de Delcy Rodriguez como Presidenta interina da Venezuela, reafirmando solidariedade ao país e condenando as ações dos Estados Unidos.

Situação da Venezuela no MERCOSUL

Desde 2016, a Venezuela está suspensa de todos os seus direitos e obrigações como Estado Parte do MERCOSUL. A suspensão teve como fundamentos (i) o descumprimento de obrigações previstas em seu Protocolo de Adesão ao MERCOSUL e (ii) a aplicação do Protocolo de Ushuaia. A reincorporação da Venezuela ao bloco depende do consenso entre os Estados Parte do bloco.

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas

A Venezuela já havia se manifestado favoravelmente à candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no passado. Em maio de 2023, o governo venezuelano reafirmou o apoio à aspiração do Brasil para ocupar um assento permanente no Conselho.

Tratamento da situação dos direitos humanos na Venezuela

O dossiê venezuelano sobre direitos humanos multilateralizou-se nos últimos anos, com o acompanhamento da situação pelo Conselho de Direitos Humanos (CDH), pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a Venezuela (EACDH), que contou com Missão de Verificação dos Fatos (desde 2019), e a abertura de investigação formal pelo Tribunal Penal Internacional (2021 – embora a Venezuela tenha anunciado, em julho de 2026, que deixará o TPI, como a investigação foi iniciada antes da denúncia do Estatuto de Roma, seguirá surtindo efeito após a sua retirada definitiva do Tribunal).

O Brasil vê as instâncias multilaterais do sistema ONU de Direitos Humanos como foros adequados para tratar da promoção e proteção dos direitos humanos e para abordar situações específicas de países, por meio da cooperação técnica, e sem politização ou singularização. O fortalecimento da diplomacia e do diálogo oferecem



bases mais sustentáveis para o engajamento com os países e contribuem para apoiar avanços concretos e duradouros na promoção e proteção dos direitos humanos.

O Brasil também está disposto a explorar bilateralmente caminhos pelos quais a situação de direitos humanos no país possa ser abordada de forma construtiva, em diálogo com o governo da Venezuela e com todos os atores relevantes.

Desde janeiro de 2026, a Venezuela adotou série de medidas que vêm contribuindo para a melhoria no dossiê de direitos humanos e para a distensão do diálogo político no país. Em 19 de fevereiro de 2026, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou, por unanimidade, projeto de lei de anistia do país, referente a crimes políticos cometidos desde 2002, excluindo-se violações dos direitos humanos ou crimes contra a humanidade. Houve também a troca de quadros em áreas chave para os direitos humanos, como a Defensoria do Povo e a Procuradoria de Governo. Organizações de defesa de direitos humanos tem observado, ainda, melhorias no acesso a centros de detenção, o compartilhamento de processos judiciais e a permissão para acompanhamento de audiências.

Segundo dados do governo venezuelano, 1.046 pessoas privadas de liberdade teriam sido libertadas, desde janeiro. Naquele mês, as autoridades haviam informado 302 liberações e, após a aprovação da Lei de Anistia, em março, o total anunciado chegou a 670, ao qual se somaram novas liberações nos meses subsequentes.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia venezuelana é marcada, atualmente, pela coexistência entre um cenário de melhora macroeconômica (derivada do aumento das exportações de petróleo) e a persistência de instabilidade do câmbio e da inflação. Somam-se a esse contexto as expectativas da população de aumento da renda familiar e de melhorias das condições gerais de vida.

Segundo especialistas, hoje, uma das dificuldades enfrentada pelo governo venezuelano seria o fato de que as receitas das exportações petrolíferas estão sendo rigidamente controladas pelos EUA, que decidem a quantidade de dólares que, efetivamente, são repassados à Venezuela. O recente anúncio de que o FMI e o Banco Mundial restabeleceram relações com a Venezuela elevou a expectativa de que o país possa voltar a participar de programas de financiamento externo e assistência para a reestruturação da dívida (estimada entre USD 150 e USD 170 bilhões). No âmbito do FMI, especula-se que poderia ser devolvido o acesso à Venezuela aos direitos especiais de saque no montante de USD 4,9 bilhões, retidos pelo Fundo, desde março de 2019,



por falta de reconhecimento do governo venezuelano. Segundo notícias de imprensa, o BID também estaria em preparativos para retornar operações com a Venezuela. O Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), que também poderá representar outra importante fonte de recursos, já iniciou aproximação com as autoridades locais, com a realização de reunião entre o presidente Sergio Díaz-Granados e Delcy Rodríguez, em 11 de fevereiro de 2026, a primeira após anos de ausência de contatos.

Nesse contexto, o governo enfrenta o desafio de continuar a financiar o gasto público, sobretudo em ambiente econômico altamente indexado ao dólar. O caso venezuelano evidencia uma recuperação econômica incompleta e assimétrica, na qual o crescimento do PIB e o aumento das exportações (melhorias macroeconômicas) ainda não se traduzem em estabilidade econômica. Analistas apontam que, em 2026, o mais provável é que o comportamento do câmbio e da inflação continue volátil, mas em tendência de desaceleração. Nesse quadro, os impactos positivos das melhorias nas taxas de câmbio e na inflação só devem ser mais visíveis ao longo de 2027.

Recentemente, o Banco Central da Venezuela (BCV) divulgou que, em 2025, o PIB teria crescido 8,66%, impulsionado pelo aumento de 15,2% das receitas do setor petrolífero. Segundos os dados oficiais, as atividades não petroleiras registraram aumento de 6,37%, com destaque para os setores de construção (30,7%), finanças e seguros (12,6%), mineração (10,9%), venda e reparação de veículos (9,2%) e manufaturas (8,1%). A produção agrícola apresentou crescimento mais modesto de 4,5%, o menor percentual desde 2022. Os dados publicados pelo BCV, no entanto, contrastam com as projeções da maioria dos observadores do mercado. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o PIB venezuelano teria apresentado crescimento de 3,1%, em 2025.

Os cinco principais parceiros comerciais da Venezuela, em 2025, foram EUA (31,9%), China (30,4%), Brasil (5,5%), Colômbia (5,4%) e Índia (4,9%) – segundo dados do International Trade Centre (ITC/UN). Se for considerado apenas o comércio exterior da Venezuela do setor não petrolífero, há uma troca de posições e uma variação percentual expressiva entre China (41%) e EUA (14,6%). Além disso, a Índia é substituída na 5ª posição pela Turquia. O ranking de comércio exterior não petrolífero da Venezuela, em 2025, foi o seguinte: China (41%), EUA (14,6%), Brasil (5,6%), Colômbia (5,4%) e Turquia (2,7%).

No primeiro semestre de 2026, observou-se maior fluxo de investidores estrangeiros à Venezuela. A flexibilização parcial e seletiva do regime de sanções por parte dos EUA, aliada às reformas dos marcos normativos de hidrocarbonetos e de mineração – que estabelecem um regime tributário mais favorável e permitem maiores



margens para a participação privada –, tem contribuído para melhorar o ambiente de negócios, o que se percebe de maneira mais imediata no setor energético. Especialistas advertem que persiste cautela entre os investidores diante de incertezas institucionais e operacionais, o que faz com que a retomada seja liderada, em um primeiro momento, por empresas com maior apetite a risco, especialmente nos segmentos de petróleo e gás.

O Banco Central da Venezuela (BCV) divulgou, em 18/8, dados oficiais sobre o desempenho da economia local, no segundo trimestre de 2026, que apontam crescimento de 7,14% do PIB nacional, em relação ao mesmo período de 2025. Segundo o BCV, no período, a produção de petróleo teria registrado incremento de 9,1%, enquanto a atividade não petrolífera teria avançado 5,79%, no mesmo trimestre.

Especialistas locais advertem que, apesar do desempenho positivo da atividade econômica, os indicadores de preços não teriam reagido satisfatoriamente. As cifras do BCV mostram que a inflação mensal teria aumentado de 6,3%, em maio, para 13,8%, em junho, e para 19,9%, em julho. O acúmulo inflacionário do ano (janeiro-julho de 2026) teria sido da ordem de 175,7%, em bolívares.

De acordo com o BCV, em junho passado, completaram-se 21 trimestres consecutivos de expansão da atividade econômica venezuelana, ou seja, desde o segundo trimestre de 2021. Apesar do crescimento, analistas independentes advertem que o PIB atual ainda representaria apenas cerca de 25% do tamanho da economia venezuelana de 2013. Relatório da CEPAL estima crescimento anual de 6,5% para a economia venezuelana em 2026.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1826	Grã-Colômbia reconhece independência do Brasil
1830	São estabelecidas relações diplomáticas com a Venezuela, que se tornara independente, deixando de ser um departamento da Grã-Colômbia
1843	Miguel Maria Lisboa, o Barão de Japurá, assume como Encarregado de Negócios na Venezuela (agosto).
1859	Assinado, em Caracas, Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Brasil e Venezuela (maio)
1891	Venezuela nomeia seu primeiro Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em caráter permanente, Domingos Santos Ramos, acreditado no Rio de Janeiro (março)
1905	Firmado, em Caracas, protocolos relativos à demarcação das fronteiras entre o Brasil e a Venezuela, tal como estipuladas pelo Tratado de 1859
1964	Com base na Doutrina Betancourt (defesa dos regimes democráticos no continente, de 1958), a Venezuela rompe relações diplomáticas com o Brasil
1966	São restabelecidas relações diplomáticas da Venezuela com o Brasil
1973	Presidentes Emílio Médici e Rafael Caldera encontram-se no ponto fronteiro “Marco BV-8” e seguem à cidade fronteira de Santa Elena do Uairén. Foi a primeira visita de um Presidente do Brasil à Venezuela. Firmado Convênio Básico de Cooperação Técnica (fevereiro)
1979	Presidente João Figueiredo visita a Venezuela (novembro)
1981	Presidente da Venezuela, Luís Herrera Campíns, visita o Brasil (agosto)
1985	Presidente José Sarney visita a Venezuela (setembro)
1986	Presidente Jaime Lusinchi visita o Brasil (maio)
1987	Presidente José Sarney visita a Venezuela (outubro)
1989	Presidente José Sarney visita a Venezuela (fevereiro)
1992	Presidente Carlos Andrés Pérez visita o Brasil (novembro)
1994	Presidente Itamar Franco visita a Venezuela e firma, com o Presidente Rafael Caldera, o Protocolo da Guzmanía, que cria a Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) (março)
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (julho)
1996	Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, visita o Brasil (maio)
1997	Eletronorte e Electrificación del Caroní (EDELCA) firmam contrato de compra venda de energia elétrica da Venezuela para o Brasil (abril)



1998	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (novembro)
1999	O Presidente Hugo Chávez realiza sua primeira visita oficial ao Brasil (maio)
1999	Firmado o Acordo de Complementação Econômica n.º 39 (ACE 23) entre Brasil, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela (agosto)
1999	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil para reunião com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Manaus (setembro)
2000	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a Venezuela (abril)
2000	Presidente Hugo Chávez participa da I Cúpula de Presidentes da América do Sul. Mantém encontro bilateral com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília (agosto/setembro)
2001	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil para encontro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso (abril)
2001	Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez inauguram a interconexão elétrica entre Brasil e Venezuela (“Linhão de Guri”), com cerimônias em Santa Elena do Uairén e Boa Vista (agosto)
2003	Visita do Presidente Hugo Chávez ao Recife (abril)
2003	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas e Puerto Ordaz (agosto)
2004	Visita do Presidente Hugo Chávez a Manaus (setembro)
2004	Firmado o Acordo de Complementação Econômica nº 59 (ACE-59) entre MERCOSUL, Colômbia, Equador e Venezuela (outubro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas. É estabelecida a Aliança Estratégica entre Brasil e Venezuela (fevereiro)
2005	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana, para reunião quadripartite Brasil/Venezuela/Colômbia/Espanha (março)
2005	Encontro dos Presidentes do Brasil, Venezuela e Argentina em Caracas (junho)
2005	Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília (agosto)
2006	Visita do Presidente Hugo Chávez a Brasília para encontro trilateral Brasil-Venezuela- Argentina (janeiro)
2006	Assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL em Caracas (junho)
2006	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita Ciudad Guayana e participa das cerimônias da inauguração da segunda ponte sobre o Rio Orinoco e do fim das fases de quantificação e certificação das reservas petrolíferas do campo Carabobo (novembro)
2006	Presidente Hugo Chávez visita o Brasil (dezembro)



2007	Presidente Chávez visita Manaus para encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos decidem manter encontros periódicos (setembro)
2007	Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas (dezembro)
2008	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Hugo Chávez em Manaus para reunião bilateral e encontro quadripartite Brasil-Venezuela-Bolívia-Ecuador (setembro)
2009	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe o Presidente Chávez em Salvador (maio)
2009	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Chávez encontram-se em Caracas e El Tigre, no estado de Anzoátegui (outubro)
2009	Congresso brasileiro aprova o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL (dezembro)
2010	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Brasília (abril)
2010	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez encontram-se em Caracas (agosto)
2011	Presidente Hugo Chávez comparece à cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff (janeiro)
2011	Inaugurada a interconexão de fibra ótica entre Manaus e a cidade de Santa Helena, na fronteira da Venezuela (fevereiro).
2011	Presidentes Dilma Rousseff e Hugo Chávez encontram-se em Brasília (junho)
2011	Presidentes Dilma Rousseff e Hugo Chávez encontram-se em Caracas (dezembro)
2013	Presidente Dilma Rousseff comparece às exéquias do Presidente Hugo Chávez, em Caracas (março)
2013	Presidente Dilma Rousseff comparece à posse do Presidente Nicolás Maduro, em Caracas (abril)
2013	Presidentes Dilma Rousseff e Maduro encontram-se em Brasília (maio)
2014	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da Cúpula BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (17 de julho)
2014	Viagem da Presidente Dilma Rousseff a Caracas, por ocasião da XLVI Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (29 de julho)
2015	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da posse da Presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro)



2015	Visita do Presidente Maduro a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados (17 de julho)
2017	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional venezuelana (fevereiro).
2019	Governo brasileiro reconhece Juan Guaidó como “presidente encarregado” da Venezuela (23 de janeiro)
2019	Visita de Juan Guaidó ao Brasil (28 de fevereiro)
2020	Governo brasileiro determina o fechamento da Embaixada do Brasil em Caracas (16 de abril)
2023	O presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Jorge Rodríguez, comparece à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro de 2023).
2023	Reestabelecimento das relações diplomáticas entre os dois governos e reabertura da Embaixada do Brasil em Caracas e da Embaixada da Venezuela em Brasília (janeiro de 2023)
2023	Visita Oficial do Presidente Maduro a Brasília (29 de maio)
2023	Participação do Presidente Maduro na Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul em Brasília (30 de maio)
2023	Visita da Vice-Presidente Delcy Rodríguez a Belém, por ocasião da Cúpula da Amazônia (8 e 9 de agosto)
2023	Visita do Chanceler Yván Gil a Brasília, para participar na I Reunião de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da América do Sul e na XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília (22 e 23 de novembro)
2024	Visita do Chanceler Yván Gil a Brasília, para participar da a I Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e da Venezuela (25 de janeiro)

ACORDOS BILATERAIS

	Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
1.	Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Império do Brasil e o Estado da Venezuela	Venezuela	05/05/1859	Em Vigor
2.	Segundo Protocolo Relativo à Demarcação das Fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da Venezuela.	Venezuela	09/12/1905	Em Vigor
3.	Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais	Venezuela	03/06/1919	Em Vigor



	entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos de Venezuela.			
4.	Convênio Relativo à Manutenção da Ordem Interna entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela	Venezuela	13/04/1926	Em Vigor
5.	Protocolo Relativo à Demarcação dos Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	24/07/1928	Em Vigor
6.	Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela de Demarcação da Fronteira Brasileiro-Venezuelana.	Venezuela	07/11/1929	Em Vigor
7.	Tratado de Extradicação entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	07/12/1938	Em Vigor
8.	Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias entre os Estados Unidos do Brasil e a República de Venezuela.	Venezuela	30/03/1940	Em Vigor
9.	Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Oficial por Via Aérea entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da Venezuela.	Venezuela	30/01/1946	Em Vigor
10.	Acordo entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Venezuela para a Criação de Comissão Mista de Comércio Brasil-Venezuela	Venezuela	13/04/1960	Em Vigor
11.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1971	Em Vigor
12.	Acordo para a Reativação da Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	20/05/1971	Em Vigor
13.	Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	16/06/1971	Em Vigor
14.	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Venezuela	Venezuela	20/02/1973	Em Vigor
15.	Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/02/1973	Em Vigor



16.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	22/06/1973	Em Vigor
17.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	16/07/1975	Em Vigor
18.	Acordo sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	06/04/1976	Em Vigor
19.	Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela nos Campos da Ciência e da Tecnologia, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil e o Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da Venezuela.	Venezuela	16/11/1977	Em Vigor
20.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela para a Instalação de uma Sucursal de um Banco Brasileiro na Venezuela e de uma Sucursal de um Banco Venezuelano no Brasil.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
21.	Convênio Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, referente à Cooperação em Matéria Sanitária para o Meio Tropical.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
22.	Convênio de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	17/11/1977	Em Vigor
23.	Comunicado à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	20/11/1977	Em Vigor
24.	Acordo para a Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	05/03/1979	Em Vigor
25.	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	27/07/1979	Em Vigor
26.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor



27.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
28.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
29.	Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	07/11/1979	Em Vigor
30.	Comunicado à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	05/05/1981	Em Vigor
31.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	11/08/1981	Em Vigor
32.	Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	19/02/1982	Em Vigor
33.	Acordo de Cooperação na Área da Energia Nuclear para Fins Pacífico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	30/11/1983	Em Vigor
34.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
35.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela na Área das Comunicações.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
36.	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Uso Indevido e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas.	Venezuela	03/06/1987	Em Vigor
37.	Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela.	Venezuela	16/10/1987	Em Vigor



	Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta			
46.	Declaração Conjunta Brasil - Venezuela	Venezuela	20/07/1990	Em Vigor
47.	Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a Entrada em Vigor do Regulamento Interno do Comitê de Assuntos Fronteiriços	Venezuela	14/02/1992	Em Vigor
48.	Protocolo da Guzmania - Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela de 17 de novembro de 1977	Venezuela	04/03/1994	Em Vigor
49.	Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela	Venezuela	04/03/1994	Em Vigor
50.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela que Autoriza os Dependentes dos Funcionários Acreditados Junto às Missões Diplomáticas e Consulares de Ambos os Países a Desempenharem Trabalho Remunerado	Venezuela	29/07/1994	Em Vigor
51.	Memorandum de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República da Venezuela sobre Cooperação na Formação de Pessoal Diplomático, Através do Instituto Rio Branco e do Instituto de Altos Estudos Diplomáticos “Pedro Gual”	Venezuela	29/07/1994	Em Vigor
52.	Memorando de Entendimento na Área de Mineração e Siderurgia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
53.	Ata de Miraflores.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
54.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela. para Cooperação em Matéria de Planejamento.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor



55.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Cooperação Amazônica e do Orenoco entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
56.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para o Desenvolvimento das Telecomunicações.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
57.	Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
58.	Declaração entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela sobre a Formação de uma Área de Livre Comércio.	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
59.	Declaração de Caracas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela	Venezuela	04/07/1995	Em Vigor
60.	Comunicado Conjunto - Ata do Planalto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1996	Em Vigor
61.	Declaração de Brasília entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	20/05/1996	Em Vigor
62.	Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	11/04/1997	Em Vigor
63.	Ajuste Complementar ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal.	Venezuela	08/12/1997	Em Vigor
64.	Declaração de Santa Elena de Uairén entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela.	Venezuela	23/11/1998	Em Vigor



65.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação Turística	Venezuela	08/02/2000	Em Vigor
66.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa Bolivariana da Venezuela sobre Isenção de Visto em Passaporte Oficial/de Serviço	Venezuela	08/02/2000	Em Vigor
67.	Declaração Presidencial de Caracas.	Venezuela	06/04/2000	Em Vigor
68.	Ajuste Complementar ao Acordo Cultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Divulgação Recíproca de Informações nas Áreas de Rádio, Televisão e Agências de Notícias.	Venezuela	06/04/2000	Em Vigor
69.	Emenda, p.t.n., ao Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação Turística	Venezuela	11/07/2000	Em Vigor
70.	Memorando de Entendimentos entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
71.	Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
72.	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios.	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
73.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor



	Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica			
74.	Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	14/02/2005	Tramitação Congresso Nacional
75.	Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
76.	Comunicado Conjunto - Aliança Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	14/02/2005	Em Vigor
77.	Acordo de Cooperação Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	Venezuela	30/12/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
78.	Declaração do Rio de Janeiro entre Brasil e Venezuela - Primeiro trecho do Grande Gasoduto do Sul.	Venezuela	18/01/2007	Em Vigor
79.	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela na Área da Infraestrutura	Venezuela	23/04/2007	Em Vigor
80.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala”	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
81.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela”	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
82.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor



	“Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de uso e Consumo Humano”			
83.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto “Produção de Mudras e Beneficiamento Ecológico do Café”, entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
84.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela”	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
85.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela, para Implementação do Projeto “Produção de Mandioca nos Estados de Anzoátegui e de Monagas”	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
86.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto “Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos em Saúde Doutor Arnoldo Gabaldon” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
87.	Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	13/12/2007	Em Vigor
88.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Segurança e Soberania	Venezuela	26/03/2008	Em Vigor



	Alimentares entre o Brasil e a Venezuela.			
89.	Memorando de Entendimento em Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	26/03/2008	Em Vigor
90.	Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	27/06/2008	Tramitação Congresso Nacional
91.	Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén.	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
92.	Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
93.	Memorando de Entendimento no Marco do Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela em Matéria Siderúrgica.	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
94.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana de Venezuela sobre Cooperação Ambiental	Venezuela	27/06/2008	Em Vigor
95.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas	Venezuela	27/06/2008	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
96.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Implementação de um Programa de Produção de Soja	Venezuela	30/09/2008	Em Vigor
97.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para	Venezuela	30/09/2008	Em Vigor



	Implementação de um Programa de Agricultura Familiar			
98.	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela.	Venezuela	30/09/2008	Situação especial
99.	Ajuste Complementar entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela ao Convênio Básico de Cooperação Técnica nas Áreas Agrícola e Industrial	Venezuela	16/01/2009	Em Vigor
100.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Setor Elétrico	Venezuela	16/01/2009	Em Vigor
101.	Mercosul e Programa de Liberalização Comercial – Programa de Liberación Comercial entre la República Federativa del Brasil y la República Bolivariana de Venezuela.	Venezuela	25/05/2009	Situação especial
102.	Programa de Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Assistência Técnica na Área de Agricultura Familiar.	Venezuela	26/05/2009	Em Vigor
103.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Moradia e Habitação	Venezuela	26/05/2009	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
104.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da República Bolivariana da Venezuela, para a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
105.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor



	Estabelecimento de um Regime de Depósitos Francos			
106.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação no Setor Alimentar e nos Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos.	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
107.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Esportiva	Venezuela	30/10/2009	Em Vigor
108.	Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas”	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
109.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre a Criação de Grupo de Trabalho para a Negociação de Acordo Relativo ao Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
110.	Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
111.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Energia Elétrica	Venezuela	28/04/2010	Em Vigor
112.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	Venezuela	28/04/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
113.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor



	Execução de um Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico			
114.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Centro Nacional de Monitoramento com Fins Agrícolas	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
115.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Distrito Polo de Desenvolvimento no Sul do Estado Bolívar, Município Gran Sabana de Venezuela	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
116.	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de Quatro Centros Técnicos Produtivos Florentinos nos Estados Bolívar, Delta Amacuro, Anzoátegui e Monagas, na Venezuela	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
117.	Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela.	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor
118.	Acordo para o Desenvolvimento do Transporte Turístico Internacional Ocasional por Rodovia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela	Venezuela	06/08/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
119.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço.	Venezuela	06/08/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
120.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela”	Venezuela	06/08/2010	Em Vigor



121.	"Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e os Ministérios do Poder Popular para a Agricultura Produtiva e Terras; para as Comunidades e os Movimentos Sociais; para a Alimentação; e de Agricultura Urbana da República Bolivariana da Venezuela em Matéria Agroalimentar"	Venezuela	30/05/2023	Tramitação MRE
122.	Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela para o estabelecimento do Mecanismo de Supervisão e Seguimento da Cooperação Bilateral Brasil-Venezuela	Venezuela	30/05/2023	Em Vigor
123.	Declaração Conjunta de Brasília entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Nicolás Maduro Moros	Venezuela	30/05/2023	Em Vigor





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2026

(nº 761/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 57/2026 [1 de 35]



MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **PAULA ALVES DE SOUZA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **PAULA ALVES DE SOUZA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2026.



00333.003790/2026-61



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 861/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Belchior, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/09/2026, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7884015** e o código CRC **C9F15072** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.003790/2026-61

SEI nº 7884015

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 57/2026 [3 de 35]



INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE PAULA ALVES DE SOUZA**

CPF: 762 [informações pessoais] 53

ID.: [informações pessoais]

1963 Filha de [informações pessoais] e [informações pessoais], nasce em 22 de julho, em Buenos Aires, Argentina (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1989 Ciência Política pelo Richmond College, Londres, Reino Unido.
 1991 Mestrado em Relações Internacionais pela London School of Economics and Political Science, Londres, Reino Unido.
 1993 CPCD - IRBr
 2002 CAD - IRBr
 2012 CAE - IRBr, Tese: "A Internacionalização do Cinema Nacional: o Papel do Itamaraty".

Cargos:

1994 Terceira-secretária
 1999 Segunda-secretária
 2003 Primeira-secretária
 2008 Conselheira
 2013 Ministra de segunda classe
 2021 Ministra de primeira classe

Funções:

1994-99 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
 1999-2002 Embaixada em Washington, segunda-secretária
 2002-05 Embaixada em Buenos Aires, segunda-secretária
 2005-07 Embaixada em Pequim, segunda-secretária
 2007-14 Divisão de Promoção do Audiovisual, assistente e chefe
 2014-15 Divisão de Pagamentos, chefe
 2015-16 Departamento do Serviço Exterior, diretora
 2016-19 Departamento Cultural, diretora
 2019 Departamento Educacional e Cultural, diretora
 2019-22 Departamento Cultural e Educacional, diretora
 2022-23 Instituto Guimarães Rosa, diretora
 2023-26 Delegação Permanente junto à UNESCO em Paris, embaixadora

Avulso da MSF 57/2026 [4 de 35]



Condecorações:

2000 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil

Avulso da MSF 57/2026 [5 de 35]





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO



Ostensivo
Agosto de 2026



ÍNDICE

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO 1

PERFIS BIOGRÁFICOS3

GERAL4

HISTÓRIA4

RELAÇÕES BILATERAIS.....5

 Visitas.....5

COOPERAÇÃO BILATERAL6

 Cooperação técnica6

 Cooperação em educação.....6

 Cooperação em defesa7

 Cooperação esportiva.....7

 Cooperação cultural7

 Cooperação humanitária8

 Temas consulares8

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....9

TEMAS MULTILATERAIS10

POLÍTICA INTERNA.....11

ECONOMIA.....11

POLÍTICA EXTERNA12

DADOS BÁSICOS13

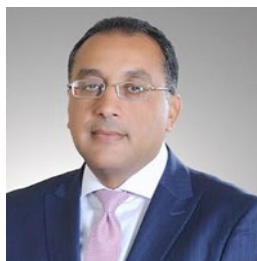
DADOS ECONÔMICOS14



PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDEL FATTAH AL-SISI – *Presidente*. (71 anos). Nasceu em 19 de novembro de 1954. Militar de carreira, ingressou na infantaria em 1977. Foi chefe de Segurança e Informação na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, comandante da Zona Militar do Norte e chefe da Inteligência e Reconhecimento Militar. Em 2012, foi promovido a general e nomeado Chefe das Forças Armadas e Ministro da Defesa e Ação Militar pelo então Presidente

Mohamed Morsi. Após o golpe militar que depôs Morsi, em julho de 2013, tornou-se Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa, durante a presidência interina de Adly Mansour (2013-2014). Em maio de 2014, elegeu-se Presidente do Egito e foi reeleito em 2018. Em dezembro de 2023, foi reeleito para o terceiro mandato, com 89,6% dos votos.



MOSTAFA MADBOULY – *Primeiro-Ministro* (60 anos). Nasceu em 28 de abril de 1966. Graduou-se em arquitetura em 1988 pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Cairo. No período 2000-2004, foi Diretor Executivo do Instituto de Treinamento e Estudos Urbanos. De 2008 a 2009, foi Presidente da Autoridade Geral de Planejamento Urbano do Ministério da Habitação. De 2012 a 2014, foi Diretor Regional para os Países Árabes do Programa das

Nações Unidas para Assentamentos Humanos-HABITAT ("UN-Habitat"). Em 2014, foi nomeado Ministro da Habitação. Em 2018, foi nomeado para o cargo de Primeiro-Ministro.



BADR ABDELATTY – *Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Internacional e dos Expatriados Egípcios*. (60 anos). Nasceu em Assiut, em 8 de fevereiro de 1966. É graduado em Ciências pela Universidade do Cairo. Trabalhou na Embaixada da República Árabe do Egito em Washington, no período 2003-2007. Foi vice-secretário assistente para a UE e Europa Ocidental (2012-2013). Entre 2013 e 2015, ocupou diversas funções, como vice-ministro assistente, porta-voz

e diretor do Departamento de Diplomacia Pública. Atuou como Embaixador do Egito na Alemanha (2015-2019) e na Bélgica (2022-2024). Assumiu o cargo atual em 3 de julho de 2024.



GERAL

O Egito é ator geopolítico fundamental em diversas questões de paz e segurança, como os conflitos entre Israel e Palestina, na Líbia e no Sudão.

O Egito ocupa posição de destaque entre os parceiros comerciais do Brasil na África (1º lugar em 2025).

É o terceiro país mais populoso da África (após Nigéria e Etiópia) e o primeiro do mundo árabe (109 milhões de habitantes). Em 2025, foi a segunda maior economia africana (PIB US\$ 350 bilhões), atrás apenas da África do Sul (PIB US\$ 401 bilhões).

HISTÓRIA

Pode-se estabelecer o começo da civilização egípcia com o processo de unificação do Alto e Baixo Egito. Após esse momento, iniciou-se o Período Arcaico com o Império Antigo (2635 a.C.-2155 a.C.), considerado a época dourada do Egito e marcada pela figura dos faraós; o Império Médio (2061 a.C. – 1785 a.C.), relevante pela instituição de Tebas como capital e a ampliação de fronteiras; e o Império Novo (1551 a.C. – 1080 a.C.).

Em 332 a.C., Alexandre, o Grande, conquistou o território. Com a conquista de Alexandre, teve início o Período Helênico no Egito (332 a.C. – 30), caracterizado pela fundação de Alexandria como capital do país, a qual posteriormente se tornou porto comercial que dominava as rotas do mar Mediterrâneo. Com a derrota da dinastia ptolomaica na batalha naval de Accio, teve início o Período Romano (30 – 395).

Após a queda do Império Romano do Ocidente, em 476, o Egito foi anexado ao Império Bizantino. Durante os 876 anos seguintes, vários tipos de governos detiveram o controle do Egito. Primeiro foram os árabes, seguidos da dinastia dos fatímidas, depois Saladino e, por fim, a dinastia dos mamelucos. A partir de 1517, o território passou a fazer parte do Império Otomano.

Com o colapso do Império Otomano, o país tornou-se protetorado britânico em 1914. O crescente sentimento independentista culminou na Revolução Egípcia de 1952 (ou Revolução de 23 de julho), tendo a independência sido formalmente declarada em 1953.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Egito foram estabelecidas em 1924 e ganharam dinamismo após a instauração da República do Egito, em 1953, ano em que a legação brasileira no Cairo foi elevada a Embaixada. A Embaixada do Egito em Brasília passou a funcionar em 1976.

Maior parceiro comercial do Brasil na África, o Egito tem diplomacia profissionalizada, com cultura institucional semelhante à do Brasil. O Cairo é a capital africana com maior número de embaixadas estrangeiras (148), sede da Liga dos Estados Árabes, e posto que permite a observação de diversas realidades regionais: africana, árabe, islâmica, do Oriente Médio e do Mediterrâneo Oriental. O Egito é o país africano com maior número de embaixadas na América Latina, e o Brasil o latino-americano com número maior de embaixadas na África.

As relações bilaterais atravessam momento considerado muito positivo por ambos os lados. Em 2024, comemorou-se o centenário das relações diplomáticas entre os dois países, tendo o Senhor Presidente visitado o Egito em fevereiro, e o presidente Abdel Fattah Al-Sisi participado, no Brasil, da Cúpula do G20, em novembro.

Brasil e Egito mantêm diálogo construtivo em temas regionais e multilaterais, caracterizado por ampla convergência de visões, bem como histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais.

A Parceria Estratégica foi estabelecida durante a visita bilateral do senhor Presidente da República ao Egito, em fevereiro de 2024, e formalizada em um encontro entre os dois presidentes à margem da Cúpula do G-20, em novembro de 2024. O Egito tornou-se o terceiro país africano com o qual o Brasil mantém esse nível de relacionamento, após África do Sul (2010) e Angola (2010).

Visitas

Em dezembro de 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tornou-se o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar o Egito desde a viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio, 127 anos antes. Em sua visita, o Senhor Presidente encontrou-se com o então presidente Hosni Mubarak. Na ocasião, os dois líderes assinaram o *Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas*. Desde então, foram realizadas seis reuniões de consultas políticas,



sendo a última em 2020. A visita ao Brasil do então presidente Mohamed Morsi (maio de 2013) foi a primeira de um chefe de Estado egípcio ao país.

Na condição de presidente eleito, o presidente Lula participou, no Egito, como convidado do presidente Abdel Fattah Al-Sisi, da COP-27 (Sharm El-Sheik, 6-18/12/2022).

Em fevereiro de 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o Egito e foi recebido por Al-Sisi. Em novembro de 2024, o presidente Al-Sisi esteve no Brasil e manteve encontro com o Senhor Presidente à margem da cúpula do G20 (Rio de Janeiro, 18-19/11/2024), ocasião em que foi assinada a declaração que elevou o relacionamento bilateral a parceria estratégica.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Cooperação técnica

Desde fevereiro de 2022, o Brasil negocia proposta de acordo bilateral de cooperação técnica com o Egito. Em junho de 2026, o governo brasileiro reiterou sua anuência à última versão do acordo, com a ressalva de uma única disposição. Aguarda-se reação do governo egípcio.

No momento, não há projetos de cooperação bilateral em execução, mas existe mútuo interesse em cooperação para pesquisa agropecuária, como atestam os MdEs firmados entre a Embrapa e o ARC (*Agricultural Research Center*) do Egito, para cooperação nos cultivos de algodão e trigo, e entre a FGV-Europa e a *National Service Products Organization* (NSPO), para cooperação em agricultura e pecuária.

Cooperação em educação

O Egito faz parte do PEC-G e do PEC-PLE, mas enviou apenas 2 alunos ao Brasil nos últimos 25 anos (de um total de 16 mil recebidos). Da mesma forma, aquele país recebeu apenas 6 bolsistas da CAPES nos últimos 25 anos (de um total de 240 mil alunos enviados). Na edição de 2023 do GCUB-Mob, foram selecionados dois estudantes do Egito: um para doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Pará e outro para mestrado em Engenharia Agrícola na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Onze candidatos egípcios foram considerados aptos a serem convocados para a próxima etapa do processo seletivo do PEC-G e do PEC-PLE 2027.



Observa-se crescente interesse pelo ensino da língua portuguesa no Cairo e outras cidades, em especial como meio de habilitação de profissionais egípcios das áreas de turismo, telemarketing, e tradução e interpretação. A Embaixada no Cairo recomendou a criação de um Instituto Guimarães Rosa (IGR) naquela capital com o objetivo de acompanhar e, caso possível, organizar o interesse existente pela língua portuguesa no Egito. O IGR do Cairo permitiria não apenas dar impulso à divulgação da língua portuguesa como também da cultura brasileira em todas as suas dimensões no país mais populoso do Oriente Médio e o terceiro da África.

Cooperação em defesa

A cooperação em defesa com o Egito permanece aquém de seu potencial. As iniciativas de cooperação são restritas a intercâmbio e formação de militares. Os dois países mantêm adidos de defesa em suas respectivas Embaixadas.

A área de defesa é setor promissor para o aprofundamento das relações com o Egito. O Egito é o terceiro maior comprador de armamentos no mundo e o primeiro na África. Há histórico de aquisição de produtos de defesa brasileiros pelo Egito, e a Força Aérea egípcia chegou a dispor de 54 aeronaves EMB-312 (Tucano), produzidas nos anos 1980 mediante parceria entre a EMBRAER e a Organização Árabe para a Industrialização (AOI).

O acordo de cooperação em defesa está pronto, aguardando ocasião para assinatura. Haveria preferência das respectivas pastas de que venha a ser firmado em evento específico entre os ministros de defesa dos dois países.

Cooperação esportiva

Em 17 de abril de 2026, o Egito assinou Memorando de Entendimento do Grupo de Esportes do BRICS e Memorando de Entendimento para Cooperação em Temas da Juventude do bloco.

Cooperação cultural

O Senhor Presidente da República foi representado pela ministra da Cultura, Margareth Menezes, na cerimônia de inauguração, em 01/11/25, do Grande Museu Egípcio (GEM). A cerimônia foi liderada pelo presidente do Egito, Abdel El-Sisi e contou com a presença de 38 chefes de Estado.



A embaixada do Brasil no Cairo participa da agenda cultural do Egito, com destaque, em anos recentes, para o Festival Internacional de Cinema do Cairo. Em 2025, o Festival foi aberto com o filme brasileiro "O último azul", de Gabriel Mascaro, que teve ampla acolhida de público. Também têm sido registradas iniciativas individuais e eventos com artistas brasileiros, com o patrocínio total ou parcial do MRE e de outras instâncias do governo. A mais recente foi a participação no evento "Something Else", que reuniu artistas de diversas origens, dentre os quais três brasileiros

Cooperação humanitária

Em 2023, o governo brasileiro fez as seguintes doações humanitárias para atender a necessidades da população palestina em Gaza, as quais foram entregues aos cuidados do Crescente Vermelho Egípcio: (i) 12,5 toneladas de alimentos, oferecidos pelo MST; (ii) 30 toneladas de refeições desidratadas nutricionais; (iii) 190 purificadores de água portáteis, com painel solar, com capacidade de produção de 5 mil litros de água por dia; (iv) 2 "kits" de medicamentos e insumos para emergências em saúde, com valor estimado em US\$ 10.868,27.

Dos 190 purificadores, 150 voltaram ao armazém do Crescente Vermelho Egípcio (ERC) em El-Arish (os equipamentos não têm prazo de validade), devido à rejeição israelense que ocorreu na passagem de Nitzana, na fronteira do Egito com Israel. O presidente do ERC, Dr. Ramy El-Nazer, assegurou estarem os itens bem guardados.

Temas consulares

Estima-se que a comunidade brasileira seja composta por cerca de 2 mil pessoas. A demanda por serviços consulares tem crescido rapidamente, especialmente em função do "turismo-maternidade", que se tem procurado combater. Em 2025 foram realizados 3.516 atendimentos no setor consular da embaixada no Cairo (passaportes, atestados e declarações diversas, CPFs, procurações, registros de nascimento e óbito, além de vistos) e foram tramitados 3.026 requerimentos de vistos.

No que se refere à prestação de assistência consular, há registro de diversos casos de violência doméstica sofrida por mulheres brasileiras. O setor presta assistência também a 12 detentos brasileiros que cumprem pena no Egito



por tráfico de entorpecentes. O posto tem envidado esforços a respeito de um acordo de transferência de presos, capaz de permitir que os detentos brasileiros possam cumprir suas penas no Brasil.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2025, o comércio bilateral foi de US\$ 5,1 bilhões (+4,1%), sendo US\$ 3,7 bilhões de exportações e US\$ 1,4 bilhão de importações. Os principais produtos brasileiros importados pelo Egito foram milho (41,8%), açúcar (15,6%) e minério de ferro (10,7%). Os principais produtos egípcios importados pelo Brasil foram adubos ou fertilizantes químicos (30,1%), barras de ferro e aço (7,3%) e polímeros (7,2%).

O intercâmbio entre Brasil e Egito é caracterizado pela complementaridade: a importação de fertilizantes fosfatados do Egito (30% da pauta importadora; US\$ 418 milhões em 2025) contribui para a produção agropecuária exportada pelo Brasil àquele país.

O Egito está na interseção entre diversas zonas de livre comércio regionais, graças a seus acordos com o Mercosul, a União Europeia, a Turquia, a Área de Livre Comércio Africana (AfCFTA) e o Acordo de Agadir com Marrocos, Tunísia e Jordânia. Apresenta-se, consequentemente, como ponto de entrada privilegiado para empresas brasileiras interessadas nos mercados europeu, africano e do Oriente Médio.

O Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil no Cairo trabalha para fortalecer e facilitar ainda mais as relações comerciais bilaterais, promovendo encontros entre empresários, além de apoiar a participação em feiras e eventos. O SECOM mantém estreita cooperação com a Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), que tem escritório no Cairo.

Realizou-se missão multissetorial ao Egito em 9-12/12/2023 liderada pelo MRE, que contou com a presença do MAPA, da Apex-Brasil, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB) e de representantes do setor privado. Foram feitas visitas técnicas a cadeias de supermercados, à sede da Zona Econômica do Canal de Suez (SCZone) e à feira “Food Africa”.

Em 28/10/2024, o então presidente da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), embaixador Osmar Chohfi, foi recebido no Cairo pelo chanceler Abdelatty, que manifestou interesse no intercâmbio bilateral em áreas como energia renovável, indústria farmacêutica, turismo, agricultura, petróleo, gás natural e pesca.



A Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA) e a Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA), com apoio da APEX e da Embaixada do Brasil, realizaram missão comercial ao Egito de 13 a 16/05/24, com o objetivo de prospectar a indústria têxtil egípcia.

A empresa brasileira *Agropecuária 3i* realizou missão ao Egito em 22-24/09/2024, com o objetivo de prospectar exportação de bovinos vivos e outros produtos do agronegócio brasileiro para aquele país.

Em 7/12/2025, realizou-se no Cairo o Fórum Empresarial Brasil-Egito, organizado pela Câmara de Comércio do Cairo e a Câmara de Comércio Árabe Brasileira. O evento contou com cerca de 60 empresários de ambos os lados.

MERCOSUL. O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e o Egito, firmado em 02/08/2010, entrou em vigor em 2017. É o único mantido pelo Egito com a América Latina. Destina-se à abertura ao mercado bilateral de bens, com aproximadamente 9.800 linhas que terão suas tarifas desgravadas até 01/09/2026. Cerca de 75% das exportações brasileiras ao Egito em 2022 beneficiaram-se do ALC MERCOSUL-Egito.

Agricultura. Foi instituída no Cairo, em 2018, adidância do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Nos últimos anos, logrou-se abrir o mercado egípcio para caprinos, ovos e material genético de codorna, bananas, algodão, gelatinas e colágenos, carne e derivados de gado ovino e caprino e cortes congelados de carne bovina com osso. Já o mercado brasileiro foi aberto para alho, uvas, cítricos e batatas egípcias. Estuda-se a abertura do mercado brasileiro também para mudas de morango, cebolas, tâmaras e romãs do Egito.

Durante a visita do Senhor PR ao Cairo, em fevereiro de 2024, foi assinado protocolo de equivalência entre os sistemas de inspeção sanitária de carnes brasileiro e egípcio (*pre-listing*).

TEMAS MULTILATERAIS

Temas ambientais. Durante sua presidência da COP27, em 2022, o Egito lançou iniciativas para enfrentar os impactos da mudança do clima e promover medidas de mitigação e adaptação, principalmente para os países afetados no continente africano. O Egito enfrenta desafios relacionados à escassez de água, poluição e urbanização. Brasil e Egito, ambos pertencentes ao G-77, têm mantido linhas de ação similares nos foros multilaterais afetos ao meio ambiente, em especial, no âmbito da UNFCCC.



BRICS. Formado originalmente por Brasil, Rússia, Índia e China – a África do Sul foi admitida em 2011 –, o BRICS passou a incluir, a partir de 2024, o Egito, juntamente com Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Na última reunião de chanceleres do BRICS (Nova Delhi, 14-15/05/2026), o MNE do Egito destacou a cooperação econômica e o fortalecimento do *New Development Bank* (NDB), do BRICS, e propôs estabelecimento de *hub* de grãos em Port Said, para reforçar a segurança alimentar comum.

POLÍTICA INTERNA

O Egito é uma república semipresidencialista e um Estado unitário. O presidente é o chefe de estado, e o primeiro-ministro, o chefe de governo. O presidente é eleito por voto popular direto para mandato de seis anos. O primeiro-ministro é nomeado pelo presidente (que também nomeia os ministros) e confirmado pela câmara baixa do Parlamento.

Desde que se tornou república, o Egito caracteriza-se pelo predomínio das Forças Armadas na vida política e econômica. O presidente Al-Sisi é general de Exército e consolidou-se na liderança do movimento que derrubou o governo Morsi em 2013. Foi eleito à presidência em 2014 e reconduzido em 2018 e 2023. Em 2019, foram aprovadas emendas à Constituição que resultaram na ampliação do mandato presidencial de quatro para seis anos.

ECONOMIA

Com a terceira maior população africana e a maior do mundo árabe, o Egito é a segunda maior economia do continente (PIB nominal de US\$ 350 bilhões), atrás apenas da África do Sul. Apesar disso, o país enfrenta crise no balanço de pagamentos e desvalorização cambial. A inflação caiu nos últimos anos, de quase 35,7% em 2023 para 14,9% em 2025. O Egito recorreu ao FMI em outubro de 2022, cujo programa foi estendido até dezembro de 2026, com total de desembolsos acumulados de aproximadamente US\$ 5,2 bilhões. Em fevereiro, o FMI autorizou novos saques de cerca de US\$ 2,3 bilhões.

O governo busca atrair investimentos para projetos de infraestrutura, com destaque para o plano de modernização e desenvolvimento do Canal de Suez. O sistema de zonas francas do país, criado em 1997, foi revitalizado com a criação de duas novas zonas econômicas especiais: a do Canal de Suez (2015) e a do chamado Triângulo Dourado (2017).



Os principais produtos exportados pelo Egito são gás natural, fertilizantes nitrogenados e petróleo refinado. Os principais destinos de exportação são Turquia, Itália e EUA. Os principais produtos importados são petróleo refinado, trigo e petróleo cru. As importações são provenientes principalmente de China, EUA e Arábia Saudita.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa egípcia pauta-se pela diplomacia multipolar, com equilíbrio entre as relações com Washington, Moscou e Pequim, sem dispensar interlocução de alto nível com potências regionais e países do Sul Global. O Egito, com sua inserção regional múltipla, é ator geopolítico relevante em diferentes questões de paz e segurança no Oriente Médio, na Líbia e no Sudão. A dimensão multilateral da política externa egípcia, sede da Liga dos Estados Árabes (LEA), é igualmente relevante.

De valor estratégico para o Egito são as relações com Washington, consolidadas desde a assinatura dos acordos de Camp David com Israel (1978). Não obstante, o Egito busca aproximar-se dos grandes países emergentes, sobretudo dos países do BRICS. A China mantém-se, individualmente, desde 2014, como principal parceiro comercial do Egito.

O governo do Egito tem preocupação especial com as crises na Líbia, no Sudão e no Oriente Médio, que poderiam afetar diretamente seu território.



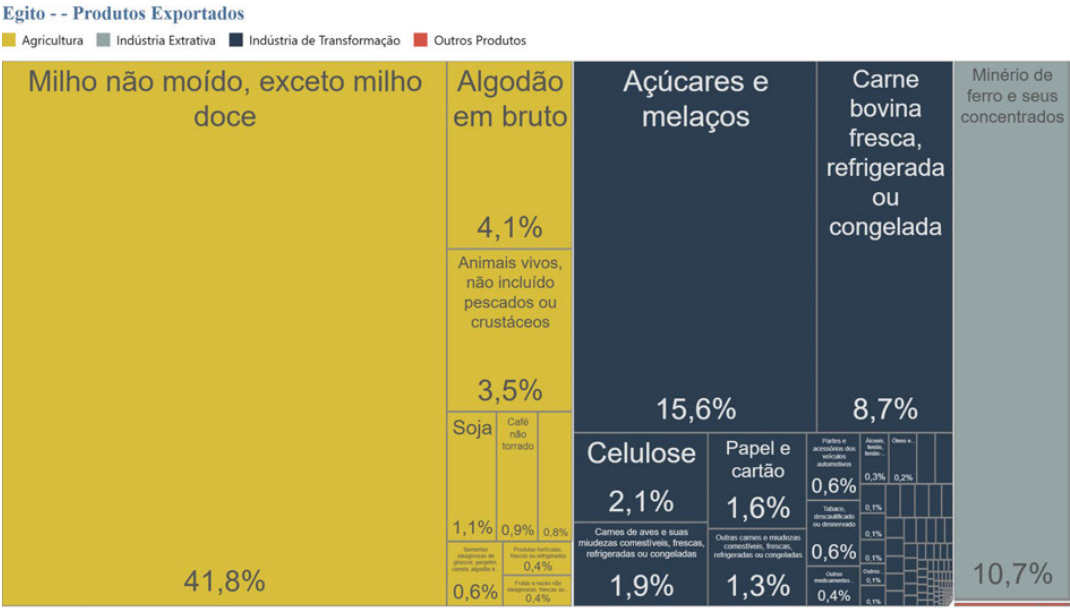
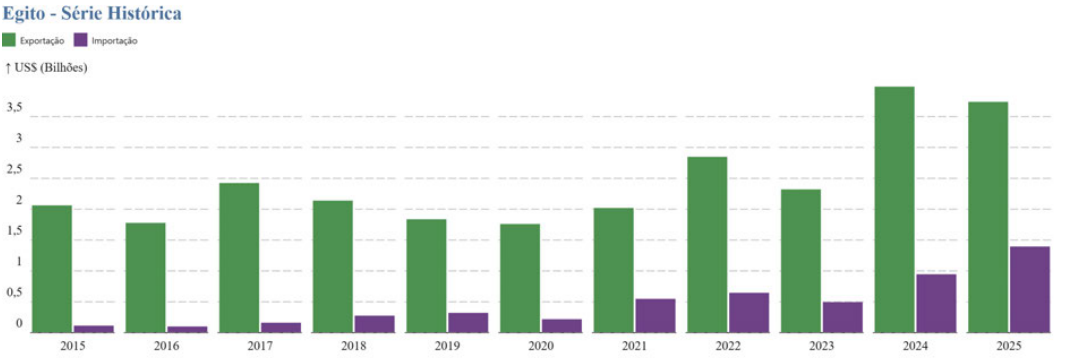
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Árabe do Egito
CAPITAL	Cairo
ÁREA	1.001.450 km² (equiparável à do estado do Mato Grosso)
POPULAÇÃO	116 milhões de habitantes
IDIOMA	Árabe
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islã (90%); cristianismo (10%)
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Abdel Fattah Al-Sisi (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mostafa Madbouly (desde junho de 2018)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Badr Abdelatty (desde julho 2024)
PIB NOMINAL (FMI, 2025)	US\$ 350 bilhões
PIB PPP (FMI, 2025)	US\$ 2,38 trilhões
PIB NOMINAL per capita (FMI, 2025)	US\$ 3.190,00
PIB per capita PPP (FMI, 2025)	US\$ 21.760,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	4,3% (2025); 2,7% (2024); 3,8% (2023); 6,6% (2022); 3,3% (2021); 3,5% (2020); 5,5% (2019); 5% (2018)
IDH (PNUD, 2022)	0,728 (105º entre 193 países. Brasil: 0,760, 89ª posição)
EMBAIXADORA EM BRASÍLIA	Mai Taha Khalil (desde novembro de 2023)
EMBAIXADOR NO CAIRO	Paulino Franco de Carvalho Neto (desde julho de 2023)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ bilhões (fonte: MDIC)									
Brasil → Egito	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Intercâmbio	2,57	2,40	2,15	1,97	2,56	3,48	2,80	4,91	5,1
Exportações	2,42	2,13	1,83	1,75	2,01	2,84	2,13	3,97	3,70
Importações	0,16	0,27	0,31	0,21	0,54	0,64	0,49	0,94	1,40
Saldo	2,26	1,86	1,52	1,54	1,47	2,20	1,83	3,03	2,30



DADOS ECONÔMICOS



Egito - Produtos Importados

■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos

[illegible]

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Secretaria de África e Oriente Médio

Departamento de África

Divisão de África Oriental e Setentrional

ESTADO DA ERITREIA**OSTENSIVO****Agosto de 2026**

ÍNDICE

ESTADO DA ERITREIA..... 1

PERFIS BIOGRÁFICOS 3

GERAL 4

HISTÓRIA 5

RELAÇÕES BILATERAIS 6

COOPERAÇÃO BILATERAL..... 6

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS 7

ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO..... 7

POLÍTICA INTERNA 7

ECONOMIA..... 8

COMÉRCIO EXTERIOR 9

POLÍTICA EXTERNA 9

Djibuti 10

Egito 11

Etiópia 11

Sudão 12

DADOS BÁSICOS..... 13

DADOS ECONÔMICOS..... 14



PERFIS BIOGRÁFICOS

ISAIAS AFEWERKI – *Presidente da República*. Nascido em 1946, em Asmara, juntou-se à Frente para Libertação da Eritreia (ELF) em 1966 e recebeu treinamento militar na China. Designado presidente da Eritreia independente em 1993 pelo Parlamento. Eleições democráticas estavam previstas para 1997, mas nunca se realizaram. Seu partido, a Frente Popular para a Democracia e Justiça, é o único com permissão para operar no país.



OSMAN SALEH – *Ministro dos Negócios Estrangeiros*. Nascido em 1948, foi o primeiro ministro da Educação da Eritreia independente, cargo que ocupou entre 1993 e 2007. Desde 2007 ocupa o cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros.



SOPHIA TESFAMARIAM YOHANNES – *Embaixadora não residente desde julho de 2026*. Nasceu em 25/05/1960, em Asmara, formou-se em administração pela Western International University (EUA). Trabalhou na *PHP Healthcare* (1989-1998) e na divisão administrativa da *Boeing Company* (1998-2005). De 2005 a 2019, foi Diretora Executiva da *United States Foundation for the Horn of Africa* (Washington, D.C.).

Foi co-editora da revista *Diaspora*, publicação mensal voltada à diáspora africana com foco em mulheres e juventude, conduziu mais de 100 seminários e oficinas nos EUA, na Europa e na África. Desde 2019, exerce o cargo de Representante Permanente da Eritreia junto às Nações Unidas.



GERAL

Em 1993, após anos de luta contra a Etiópia, a Eritreia conquistou sua independência. A Etiópia perdeu sua saída para o mar com a independência da Eritreia, o que constitui um dos motivos para os frequentes atritos entre os dois países.

Embora relativamente estável, a Eritreia situa-se em região conturbada. Tem localização geográfica privilegiada, com acesso ao Mar Vermelho, incluindo o estreito conhecido como Bab El-Mandeb (em árabe, "Portão das Lágrimas"), o ponto de contato com o Oceano Índico. Países como China e Emirados Árabes Unidos, entre outros, reconhecem esse valor estratégico e buscam investir na Eritreia.

Após a independência, Eritreia e Etiópia estiveram em guerra de 1998 a 2000 por questões de delimitação de fronteiras, ainda não totalmente superadas. A Eritreia entrou em conflito também com o Djibuti, em 2008, também por questões de fronteira, tendo sofrido sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), inclusive com embargo de compra de armas, o qual foi levantado em 2018, após a normalização das relações bilaterais. Permanecem tensões entre a Eritreia e a Etiópia, relativas à região etíope do Tigré.

Apesar de sua população relativamente pequena, a Eritreia é importante país de origem de refugiados, resultado de várias décadas de guerra. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o número de refugiados e demandantes de asilo da Eritreia era de mais de 679 mil pessoas no final de 2025. Cerca de 180 mil refugiados eritreus encontraram abrigo na Etiópia e 137,6 mil no Sudão.

Desde a sua independência, em 1993, a Eritreia nunca teve eleições, estando o presidente Isaias Afewerki há 33 anos no poder.



HISTÓRIA

Há indícios de que a Eritreia tenha abrigado algumas das primeiras populações humanas conhecidas, com fósseis de homínídeos de mais de um milhão de anos encontrados na localidade de Buya, na região do país conhecida como Mar Vermelho Setentrional. A história do país é antiquíssima, iniciando-se em contatos com civilizações como o Egito e a Núbia, com destaque para o Reino de Aksum, que exerceu considerável poder político na região durante o primeiro milênio da Era Cristã.

A Eritreia foi incorporada ao Império Otomano no século XVI e, com o colapso deste, passou, no final do século XIX, à esfera da expansão colonial europeia, quando foi ocupada pela Itália, permanecendo como colônia italiana de 1889 a 1943. Com a derrota de Benito Mussolini na Segunda Guerra Mundial, o país passou ao domínio britânico. Em 1952, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou resolução que previa a criação de uma Federação entre a Etiópia e a Eritreia. A Federação foi contestada desde seu início por grupos opositores eritreus, para os quais a resolução da AGNU não correspondia aos anseios de autodeterminação.

Em 1962, após ordenar o fechamento do Parlamento eritreu, o Imperador Haile Selassie anexou o território da Eritreia. Iniciou-se então conflito armado pela independência do país, capitaneado pelos integrantes da Frente de Liberação da Eritreia (ELF, em inglês), movimento fundado em 1960 por expatriados eritreus residentes no Cairo.

Em 1972, divergências entre as lideranças da ELF levaram à criação da Frente de Liberação do Povo Eritreu (EPLF, em inglês). Os anos seguintes seriam marcados por sucessivos enfrentamentos entre as duas facções pelo comando da resistência contra a ocupação etíope. Apenas ao final dos anos 1970, a EPLF, liderada pelo atual presidente, Isaias Afewerki, lograria impor-se sobre os demais grupos armados.

A guerra pela independência da Eritreia perdurou mesmo após a deposição do Imperador Haile Selassie, em 1974, quando o “Derg” (junta militar de ideologia marxista liderada por Mengistu Haile Mariam) intensificou a repressão aos independentistas eritreus ao longo dos anos 1970 e 1980.

O fim da ditadura de Mengistu, em 1991, abriu caminho para negociações de paz entre a Eritreia e a Etiópia, com o firme apoio dos EUA. Como resultado, realizou-se, em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, referendo em que a



esmagadora maioria da população da Eritreia (99,83%) votou a favor da independência.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Eritreia estabeleceram relações diplomáticas em 1996. A Embaixada do Brasil no Egito é cumulativamente responsável por representar o Brasil junto ao Estado da Eritreia. A Embaixada da Eritreia em Washington é cumulativamente responsável por representar os interesses eritreus junto ao Brasil.

A primeira visita de autoridade eritreia ao Brasil deu-se em fevereiro de 2010, quando o então ministro das Minas e Energia, Ahmed Haji, visitou o Brasil, na condição de portador de carta do presidente Isaias Afewerki ao presidente Lula, sendo acompanhado pelo então representante da Eritreia junto às Nações Unidas, embaixador Araya Desta. Em maio de 2010, o então ministro da Agricultura da Eritreia, Arefaine Behre, participou do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural, em Brasília.

Em 2011, em nova visita ao Brasil, o ministro Behre apresentou ao governo brasileiro a posição de seu país acerca da situação no Chifre da África. Foi também discutido o regime de sanções contra a Eritreia adotado pelo CSNU.

Em 2016, o então ministro dos Esportes da Eritreia, embaixador Zemedo Tekle Woldetatos, esteve no Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Olímpicos.

Não há registro de brasileiros residentes na Eritreia. Tampouco existe consulado honorário do Brasil no país. Os assuntos consulares referentes à Eritreia são de responsabilidade da Embaixada do Brasil no Cairo.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Não há projetos de cooperação bilateral entre Brasil e Eritreia. Não há registro de ações humanitárias do Brasil em favor da Eritreia.



COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O intercâmbio comercial entre Brasil e Eritreia é incipiente. Em 2025, o comércio bilateral foi de US\$ 280 mil (+39,6%), sendo US\$ 38,5 mil de exportações e US\$ 242,1 mil de importações. Cal, cimento e materiais de construção fabricada configuraram a totalidade das exportações brasileiras para a Eritreia. Os principais produtos eritreus importados pelo Brasil foram roupas femininas (85,7%) e roupas masculinas (14%).

Não há registro de investimentos brasileiros na Eritreia. Entre as possibilidades de negócios para empresas brasileiras no país, destaca-se o incentivo do governo eritreu para que companhias estrangeiras participem, em regime de "joint venture", de projetos de exploração mineral.

A Eritreia possui a vantagem de certa estabilidade política em região marcada por conflitos.

ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO

Não há acordos em negociação entre Brasil e Eritreia.

POLÍTICA INTERNA

Em 1993, sob os auspícios das Nações Unidas, foi realizado referendo em que a esmagadora maioria da população da Eritreia (99,83%) votou a favor da independência, que, naquele mesmo ano, foi declarada. A EPLF, facção dominante no país, liderou os trabalhos de convocação da Assembleia Nacional e se configurou como partido político, de modo a acomodar novos segmentos da sociedade eritreia, passando então a denominar-se Frente Popular pela Democracia e Justiça (PFDJ, em inglês). Em maio de 1993, Isaias Afewerki, antigo militante da EPLF, foi designado presidente pela Assembleia Nacional.

Nos anos seguintes, a PFDJ se firmaria como o único partido político legal do país. Em 1997, uma Constituição, que previa inclusive a adoção do pluralismo político, foi aprovada pela Assembleia, sem, contudo, ter sido implementada. As eleições nacionais, previstas para aquele ano, foram inicialmente adiadas para 2001 e depois indefinidamente.

Por ocasião da “Primavera Árabe” de 2011, invocando a necessidade de união nacional frente a inimigos externos, o presidente Afewerki aumentou o poder das forças armadas e do aparato de segurança do Estado, reprimindo ou



banindo dissidências. A Eritreia continua a ser um Estado unipartidário e militarizado – o serviço militar obrigatório pode durar indefinidamente –, onde a imprensa é exclusivamente governamental.

O movimento de oposição baseado na diáspora da Eritreia, a Brigada Nhamedu, estabeleceu sua sede nos Estados Unidos em 1º de julho de 2025, registrando seu nome oficial como *Eritrean Blue Revolution Front* (EBRF).

ECONOMIA

A Eritreia ocupa uma das últimas posições mundiais no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (176ª entre 191 países). O pequeno crescimento econômico, de 2,6% em 2022 para cerca de 2,9% em 2024, foi impulsionado essencialmente pela mineração, operada por empresas chinesas. O país apresenta elevado risco de segurança, em função da instabilidade política nos vizinhos Etiópia, Iêmen, Somália e Sudão.

O período de quase vinte anos sob o regime do "Derg", bem como os conflitos com a Etiópia, tiveram impacto negativo sobre a economia. A agricultura emprega cerca de 80% da população economicamente ativa, mas corresponde a apenas 14% do PIB. O irregular regime de chuvas e o histórico de conflitos e tensões sociais no país prejudicaram o desenvolvimento do setor agrícola, que é altamente dependente da importação de grãos para suprir o consumo doméstico. A insegurança alimentar constitui o principal problema socioeconômico atualmente na Eritreia, afetando cerca de 60% da população.

A mineração é uma das principais fontes de geração de renda na Eritreia, e sua exploração beneficia-se da atual política do governo eritreu de atração do capital estrangeiro para o setor. Empresas estrangeiras interessadas na exploração de minérios no país devem, por lei, estabelecer "joint venture" com a estatal ENAMCO (Companhia Nacional Eritreia de Mineração). Cobre, zinco, prata e ouro são extraídos em pelo menos cinco minas pelo país, exploradas por empresas de origem russa, australiana, chinesa e canadense.

A Eritreia enfrenta desequilíbrios macroeconômicos, como inflação alta e o endividamento interno e externo, além de persistente déficit em transações correntes. Embora inexistam dados oficiais, o FMI estima que a Eritreia enfrente déficits fiscais crônicos desde sua independência. O governo tem buscado adotar medidas de liberalização econômica, a fim de atrair investimentos estrangeiros para o país.



O governo aposta nas exportações de minérios como solução para o déficit nas contas externas, em momento em que as remessas enviadas por eritreus da diáspora (cerca de 850 mil), fonte tradicional de divisas para o país, têm decrescido continuamente.

De 29 a 31 de janeiro de 2025, realizou-se, em Asmara, revisão anual de atividades do Ministério da Agricultura eritreu, presidido pelo ministro Arefaine Berhe. Na ocasião, reportou-se crescimento de 138% na área cultivada em 2024, em comparação ao ano anterior, em função de chuvas abundantes e esforços coordenados. O ministro destacou avanços na conservação de solos e de recursos hídricos, com a finalização de 24 micro-represas em 2024, estando outras 22 em construção.

COMÉRCIO EXTERIOR

Durante os últimos cinco anos para os quais há dados disponíveis, as exportações da Eritreia aumentaram em US\$ 79 milhões, passando de US\$ 495 milhões em 2019 para US\$ 574 milhões em 2024.

Em 2024, as principais exportações da Eritreia foram minério de zinco (US\$ 278 milhões), minério de cobre (US\$ 258 milhões), ouro (US\$ 14 milhões) e roupas (US\$ 4,9 milhões). Os principais destinos foram China (US\$ 452 milhões), Coreia do Sul (US\$ 97,8 milhões), Irlanda (US\$ 6,2 milhões), França (US\$ 4 milhões) e Itália (US\$ 4 milhões).

As principais importações da Eritreia foram sorgo (US\$ 34,7 milhões), máquinas para processamento de pedras (US\$ 26,5 milhões), farinha de trigo (US\$ 21 milhões), máquinas de escavação (US\$ 12,5 milhões) e pneus (US\$ 12 milhões). Os principais fornecedores foram China (US\$ 160 milhões), Turquia (US\$ 39,7 milhões), EUA (US\$ 36,1 milhões), Itália (US\$ 26,1 milhões) e Arábia Saudita (US\$ 13,2 milhões).

POLÍTICA EXTERNA

Nos quatro anos seguintes à independência (1993), Eritreia e Etiópia mantiveram relações amistosas, motivadas pela interdependência econômica, que se refletia principalmente na necessidade de acesso da Etiópia aos portos eritreus. Em 1997, as relações com a Etiópia deterioraram-se, sobretudo devido a questões relativas às condições de acesso etíope ao mar. Em 1998, iniciou-se



guerra de fronteira, que resultou em milhares de vítimas e agravou as condições de pobreza e fome nos dois países.

O Acordo de Argel, assinado em 2000, logrou estabelecer cessar-fogo entre a Eritreia e a Etiópia, levando à criação, naquele ano, da Missão das Nações Unidas na Etiópia e na Eritreia (UNMEE). Os principais objetivos da UNMEE eram monitorar o cessar-fogo entre os dois países e demarcar os limites da fronteira comum. Em 2003, a comissão encarregada pela ONU da demarcação de fronteiras (*“Eritrean-Ethiopian Boundary Commission”*) apresentou os seus trabalhos finais à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Entretanto, diante da falta de consenso entre as partes, o CSNU encerrou, em julho de 2008, o mandato da Missão.

Em 05/06/2018, no contexto de reformas liberalizantes empreendidas pelo primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, a Etiópia surpreendeu observadores ao anunciar que acataria integralmente o Acordo de Argel. Em 08/07/2018, Abiy Ahmed realizou visita histórica a Asmara, na qual, em encontro com o presidente Isaias Afewerki, anunciou abertura mútua de embaixadas, estabelecimento de conexão aérea e autorização para ligações telefônicas, assinando, na ocasião, Declaração Conjunta de Paz e Amizade. Em 14/07/2018, Afewerki reciprocou a visita, presidindo a cerimônia de abertura da Embaixada da Eritreia em Adis Abeba.

Em 13/01/2026, o presidente da Eritreia, em entrevista, abordou o declínio da ordem internacional unipolar, criticou a política externa dos EUA e defendeu uma nova ordem global mais equitativa, na qual atores como China, Rússia, Índia, Coreia, Paquistão e União Europeia desempenhem papéis mais construtivos. Sobre as relações com os Estados Unidos, recordou que, desde a independência do seu país, Asmara buscou engajamento construtivo, sem que houvesse reciprocidade.

Djibuti

O Djibuti cortou relações com a Eritreia após o início do conflito etíope-eritreu, em 1998, mas as restabeleceu em 2000, com a assinatura do Acordo de Argel. Entre 2004 e 2006, houve aproximação entre os dois países, consubstanciada na assinatura de acordos políticos, econômicos e militares. Entretanto, o relacionamento bilateral voltou a sofrer revés em abril de 2008, período em que ressurgiram as tensões de fronteira entre a Etiópia e Eritreia, pouco antes do fim do mandato da UNMEE. Em setembro de 2018, na esteira do



acordo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, os dois países anunciaram que restaurariam relações diplomáticas.

Egito

A Eritreia sempre atribuiu alta prioridade às suas relações com o Egito, percebido como potência regional capaz de contrabalançar a influência etíope. O Egito é um dos poucos países africanos a manter embaixada residente no país, e o aeroporto do Cairo é um dos poucos a ter ligação aérea direta com Asmara, com cinco voos semanais, em operação deficitária.

Como depende fortemente do Canal de Suez para alavancar sua economia, ao Egito interessa impedir que qualquer potência rival controle as rotas marítimas que atravessam o Mar Vermelho.

Em 16/05/2026, o chanceler egípcio Badr Abdelatty realizou visita oficial à Eritreia, durante a qual foi firmado acordo de cooperação em transporte marítimo. O acordo reforçou a coordenação entre Cairo e Asmara na governança do Mar Vermelho. Em 08/06, o presidente egípcio Abdel Fattah El-Sisi recebeu, no Cairo, o presidente da Eritreia, Isaias Afwerki. Na ocasião, o presidente egípcio reiterou o apoio de seu país à soberania e à integridade territorial da Eritreia e ressaltou que a estabilidade do Chifre da África constitui extensão da segurança nacional do Egito.

Etiópia

De 2020 a 2022, a vizinha Etiópia reprimiu movimento secessionista na região do Tigré, fronteira com a Eritreia, resultando em conflito que causou mais de 300.000 mortes e provocou o deslocamento de 2 milhões de pessoas.

Na ocasião, uniram-se contra as forças paramilitares do Tigré (lideradas pela Frente de Libertação do Povo do Tigré - TPLF) as forças armadas da Etiópia, com apoio da Eritreia, e as milícias amáricas conhecidas como “Fano”, originárias do estado de Amhara, ao sul do Tigré.

O conflito foi encerrado com o Acordo de Pretória, em novembro de 2022, mediado pela União Africana. Negociado diretamente entre o governo da Etiópia e a TPLF, suas cláusulas exigiam a retirada de todas as forças regionais atuando no Tigré, o que não agradou ao governo da Eritreia nem às lideranças das Fano, cujas forças precisariam deixar a região.

Desde então, formou-se aliança entre Eritreia e as Fano. O governo da Etiópia, antigo aliado da Eritreia e das Fano na guerra de 2020-2022, em



dinâmica de rearranjo de suas alianças militares na região, tornou-se inimigo comum da Eritreia e das Fano. Por sua vez, as Fano passaram a ser aliado importante para a Eritreia nas áreas fronteiriças do Tigré cujo controle permanece contestado entre Etiópia e Eritreia.

Em janeiro de 2026, o presidente da Eritreia afirmou que o Partido da Prosperidade, partido governista etíope, persegue agenda de confronto interno e regional, acusando-o de retórica beligerante contra a Eritreia.

Sudão

A Eritreia considera que a integridade territorial do Sudão só poderia ser mantida pelo general Al-Burhan e as Forças Armadas Sudanesas (SAF). Em janeiro de 2026, o presidente Afwerki afirmou que a situação não configuraria guerra civil nem rivalidade entre generais, mas resultaria de interferência externa destinada a sabotar o processo de transição iniciado após a queda de Omar al-Bashir.

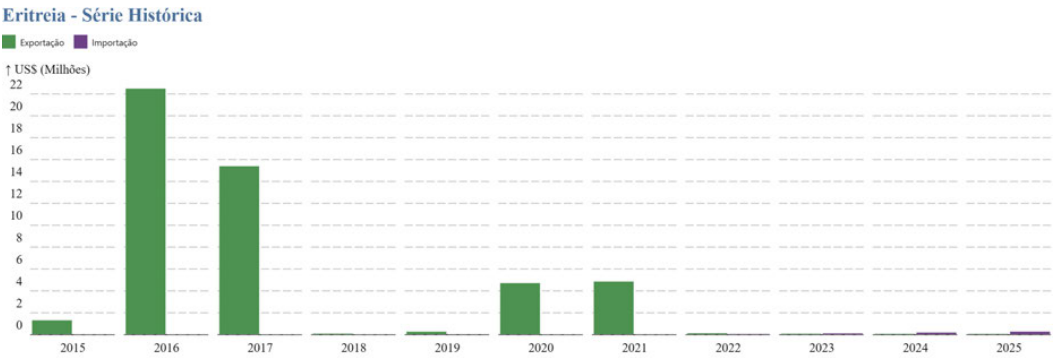


DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Estado da Eritreia
GENTÍLICO	Eritreu(eia)
CAPITAL	Asmara (aprox. 579 mil habitantes)
ÁREA	117.600 km² (pouco menor que o Estado do Amapá)
POPULAÇÃO	3,6 milhões (2025)
IDIOMAS OFICIAIS	Tigrínio, árabe e inglês (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo Ortodoxo Eritreu (57,7%), Catolicismo (4,6%), Islamismo Sunita (36,2%), outras (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista unipartidária
PODER LEGISLATIVO	Unicameral; Assembleia Nacional Legislativa (<i>Hagerawi Baito</i>): 75 assentos (desde 24/05/1993)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Isaias Afewerki (desde 24/05/1993)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Osman Saleh Mohammed (desde 18/04/2007)
PIB NOMINAL (Banco Mundial, 2025)	US\$ 2,28 bilhões
PIB PPP (Banco Mundial, 2025)	US\$ 6,37 bilhões
PIB PER CAPITA (Banco Mundial, 2025)	US\$ 656
PIB PPP PER CAPITA (Banco Mundial, 2025)	US\$ 1.821
VARIAÇÃO DO PIB	-0,6% (2020 est.); 2,1% (2021 est.); 2,6% (2022); 2,8% (2023); 2,9% (2024 est.); 3,2% (2025 est.)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH - 2023)	0,503 (baixo; 178º na classificação)
EXPECTATIVA DE VIDA (ONU, 2024)	68,8 anos
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (Banco Mundial, 2018)	76,6%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (Banco Mundial, 2025)	5,98%
UNIDADE MONETÁRIA	Nakfa (1 dólar = NFK 15,4)
EMBAIXADOR EM ASMARA	Paulino Franco de Carvalho Neto (Cairo, cumulatividade). Credenciais em abril de 2026.
EMBAIXADOR NO BRASIL	Sophia Tesfamariam Yohannes (Washington, cumulatividade). Indicada em 6/3/2026, <i>agrément</i> em 12/05/2026.

BRASIL - ERITREIA	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Intercâmbio	22,4	15,3	0	0,237	4,6	4,8	0,131	0,139	0,201	0,242
Exportações	22,4	15,3	0,063	0,237	4,6	4,8	0,098	0,055	0,042	0,038
Importações	0	0	0	0	0	0	0,033	0,084	0,159	0,280
Saldo	22,4	15,3	0	0,237	4,6	4,8	0,065	-0,029	-0,117	-0,203

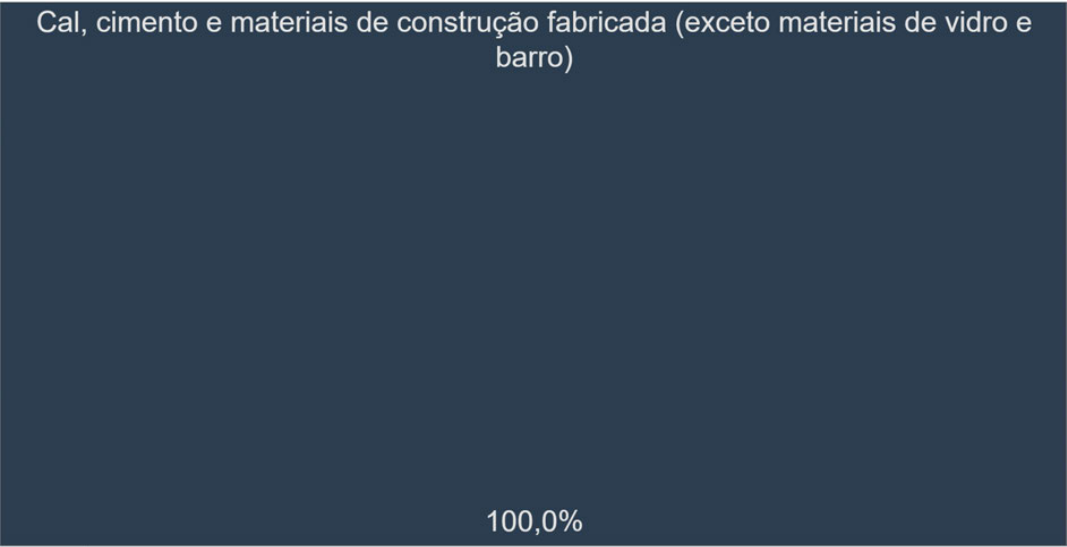


DADOS ECONÔMICOS



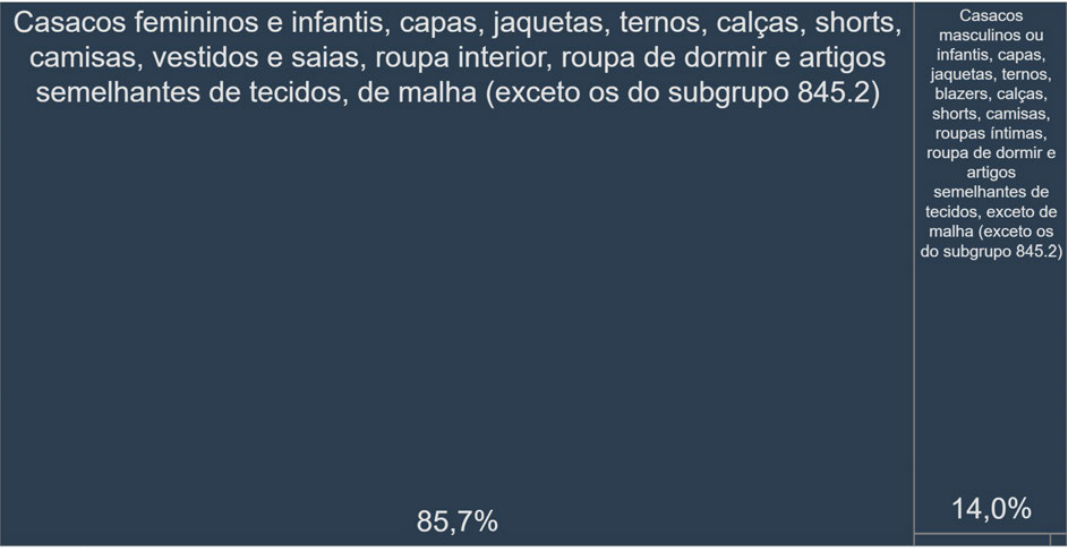
Eritreia - - Produtos Exportados

Agricultura Indústria Extrativa Indústria de Transformação Outros Produtos



Eritreia - Produtos Importados

Agricultura Indústria Extrativa Indústria de Transformação Outros Produtos



Mensagens da Presidência da República

MSF - nº 56, de 2026 (nº 760/2026, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Guilherme de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Bolivariana da Venezuela.

MSF - nº 57, de 2026 (nº 761/2026, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Paula Alves de Souza, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Árabe do Egito e, cumulativamente, no Estado da Eritreia.

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



MENSAGEM Nº 764

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 1.743, de 2024, que “Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para modificar a nomenclatura do Secretário-Geral Adjunto, bem como a composição da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e facultar aos Conselhos Seccionais a criação de diretorias regimentais temporárias.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15 511, de 21 de setembro de 2026.

Brasília, 21 de setembro de 2026.



Mensagem da Presidência da República

Nº 764, de 2026, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 1.743, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.511, de 21 de setembro de 2026.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

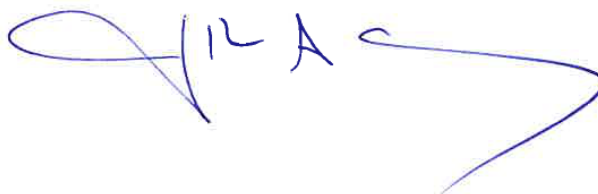


MENSAGEM Nº 767

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, que “Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.512 , de 22 de setembro de 2026.

Brasília, 22 de setembro de 2026.



Mensagem da Presidência da República

Nº 767, de 2026, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 2.225, de 2024, sancionado e convertido na Lei nº 15.512, de 22 de setembro de 2026.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



Ofício da Ministra de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



Ofício da Ministra de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar:

- nº 2684, na origem, de 24 de setembro de 2026, em resposta ao Requerimento nº 56, de 2026, de autoria do Senador Jaime Bagattoli.

As informações foram encaminhadas ao requerente e juntadas ao respectivo processo.

O Requerimento vai ao arquivo.



Prejudicialidade



A Presidência declara a prejudicialidade do Requerimento nº 108, de 2024, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno.

A matéria vai ao arquivo.



A Presidência declara a prejudicialidade do Requerimento nº 457, de 2026, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno.

A matéria vai ao arquivo.



A Presidência declara a prejudicialidade dos Requerimentos n^{os} 674, de 2023, e 858, de 2024, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno.

As matérias vão ao arquivo.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5473, DE 2026

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Produtiva - PNDTIP, estabelece diretrizes para a modernização institucional das políticas de redução das desigualdades regionais e de fortalecimento da agricultura familiar em bases tecnológicas e sustentáveis, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/26839.16118-09

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2026
(Do Sr. Jader Barbalho)

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Produtiva - PNDTIP, estabelece diretrizes para a modernização institucional das políticas de redução das desigualdades regionais e de fortalecimento da agricultura familiar em bases tecnológicas e sustentáveis, e dá outras providências.

O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Produtiva (PNDTIP), com o objetivo de promover a modernização institucional das políticas de desenvolvimento territorial e de inclusão produtiva, reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a agricultura familiar em bases tecnológicas e sustentáveis, em consonância com os arts. 3º, 23, 43, 170 e 187 da Constituição Federal.

§ 1º A PNDTIP confere status legal e assegura a continuidade das políticas de desenvolvimento territorial e de inclusão produtiva, com previsibilidade orçamentária e segurança jurídica, independentemente da alternância de governos.

§ 2º A PNDTIP será implementada em articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e com as demais políticas setoriais correlatas, com aproveitamento das estruturas, dos instrumentos e dos territórios já constituídos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – desenvolvimento territorial: processo de transformação econômica, social, ambiental e institucional de recortes territoriais definidos por identidade, coesão e potencial produtivo comuns, orientado à melhoria das condições de vida da população local;

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verifica

Avulso do PL 5473/2026 [2 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/26839.16118-09

II – território: espaço geográfico caracterizado por elementos de identidade social, econômica, cultural, ambiental e institucional que o distinguem e conferem base à ação pública coordenada, podendo compreender um ou mais Municípios;

III – inclusão produtiva: conjunto de ações destinadas a inserir de forma sustentável indivíduos, famílias e organizações em atividades geradoras de trabalho e renda, mediante acesso a ativos, tecnologias, crédito, mercados e serviços de apoio à produção;

IV – agricultura familiar: a exercida nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e suas alterações, abrangendo agricultores familiares e empreendimentos familiares rurais e seus grupos beneficiários equiparados;

V – modernização institucional: processo de aperfeiçoamento das estruturas, dos instrumentos, dos procedimentos e das capacidades das organizações públicas responsáveis pela execução das políticas de que trata esta Lei, com uso de tecnologias digitais, integração de bases de dados e governança colaborativa;

VI – bases tecnológicas e sustentáveis: adoção de tecnologias, práticas e sistemas produtivos que ampliem a produtividade e a agregação de valor com uso eficiente dos recursos naturais, conservação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e transição agroecológica.

Art. 3º A PNDTIP rege-se pelos seguintes princípios:

I – redução das desigualdades regionais, intrarregionais e sociais;

II – equidade no acesso a oportunidades, ativos e serviços públicos;

III – abordagem territorial e integrada das políticas públicas;

IV – protagonismo das comunidades e das organizações locais na formulação e no controle das políticas;

V – sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional;

VI – valorização da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais e da agrobiodiversidade;

VII – inovação, transparência e uso intensivo de dados na gestão pública;

VIII – cooperação federativa e articulação intersetorial;

IX – continuidade e permanência das políticas de Estado, com previsibilidade e segurança jurídica.

Art. 4º São diretrizes da PNDTIP:

I – a integração das políticas de desenvolvimento regional, desenvolvimento rural sustentável, assistência técnica e extensão rural, crédito e inclusão produtiva;

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho
Para verificação

Avulso do PL 5473/2026 [3 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/26839.16118-09

II – a priorização de territórios de maior vulnerabilidade social e de menor dinamismo econômico, conforme critérios técnicos objetivos;

III – a descentralização da execução e o fortalecimento das capacidades institucionais de Estados, do Distrito Federal e de Municípios;

IV – a promoção da transição tecnológica e agroecológica da agricultura familiar;

V – a estruturação de arranjos produtivos e cadeias de valor de base local, com incentivo ao cooperativismo e ao associativismo;

VI – a incorporação das dimensões de gênero, raça, etnia, juventude e sucessão rural;

VII – a interoperabilidade de sistemas e o compartilhamento de dados entre órgãos públicos, observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 5º São objetivos da PNDTIP:

I – reduzir as disparidades de renda, emprego e acesso a serviços entre regiões e territórios;

II – ampliar a produtividade, a renda e a resiliência da agricultura familiar;

III – modernizar as estruturas institucionais responsáveis pela execução das políticas territoriais e de inclusão produtiva;

IV – expandir o acesso da agricultura familiar a tecnologias, inovação, assistência técnica, crédito e mercados;

V – promover a sustentabilidade ambiental e a adaptação dos sistemas produtivos às mudanças climáticas;

VI – fortalecer a governança participativa e o controle social das políticas públicas.

Art. 6º A ação da PNDTIP no âmbito do desenvolvimento territorial dar-se-á mediante:

I – a delimitação de territórios prioritários, definidos com base em indicadores de desenvolvimento, vulnerabilidade social e potencial produtivo;

II – a elaboração de planos territoriais de desenvolvimento, formulados de forma participativa e articulados aos instrumentos de planejamento nacional, estaduais e municipais;

III – o apoio técnico e financeiro a projetos estruturantes de infraestrutura produtiva, logística, energia, conectividade e serviços de apoio à produção;

IV – a articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e com os fundos constitucionais de financiamento de que trata o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal.

Art. 7º A definição dos territórios prioritários observará critérios técnicos, objetivos e transparentes, revisados periodicamente, considerando, entre outros:

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho
Para verificação

Avulso do PL 5473/2026 [4 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/26839.16118-09

- I – índices de desenvolvimento humano e de pobreza;
- II – indicadores de dinamismo econômico e de geração de emprego e renda;
- III – concentração de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais;
- IV – vulnerabilidades ambientais e climáticas.

Parágrafo único. A delimitação dos territórios e seus critérios serão divulgados em plataforma pública de acesso livre.

Art. 8º As ações de inclusão produtiva compreenderão:

- I – o acesso a crédito produtivo orientado, em condições adequadas ao público de que trata esta Lei;
- II – a qualificação profissional e a formação de capacidades técnicas e de gestão;
- III – o apoio à estruturação, à formalização e ao fortalecimento de cooperativas, associações e empreendimentos da economia solidária;
- IV – o acesso a mercados institucionais e privados, inclusive por meio de compras públicas da agricultura familiar;
- V – o fomento à agregação de valor, à agroindustrialização e à certificação de origem e de qualidade.

Art. 9º O Poder Executivo assegurará a articulação da PNDTIP com os programas de compras públicas de alimentos, priorizando a aquisição de produtos da agricultura familiar, dos assentamentos da reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais, observada a legislação de licitações e contratos.

Art. 10. O fortalecimento da agricultura familiar em bases tecnológicas e sustentáveis será promovido mediante:

- I – a ampliação e a qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), nos termos da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, com incorporação de inovação e de tecnologias digitais;
- II – o apoio à transição agroecológica e à produção orgânica e de base sustentável;
- III – a difusão de tecnologias de baixo carbono, de uso eficiente da água e do solo e de energias renováveis no meio rural;
- IV – a inclusão digital e a expansão da conectividade no campo;
- V – o incentivo à pesquisa, à inovação e ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas à agricultura familiar, em cooperação com instituições de ciência e tecnologia;

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho
Para verificação

Avulso do PL 5473/2026 [5 de 12]



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

SF/26839.16118-09

VI – o fomento a práticas de conservação da agrobiodiversidade e de valorização das sementes e materiais de propagação locais, crioulos e tradicionais.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir programa de modernização tecnológica da agricultura familiar, destinado a financiar a aquisição de tecnologias, equipamentos e infraestrutura, bem como a prestação de serviços de ATER associados, com condições diferenciadas para jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais.

Art. 12. Fica instituído o Sistema Nacional de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Produtiva (SNDTIP), integrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios que a ele aderirem, e por entidades da sociedade civil, com a finalidade de articular, coordenar e integrar a execução da PNDTIP.

Art. 13. A modernização institucional de que trata esta Lei compreenderá:

I – a integração e a interoperabilidade das bases de dados e dos sistemas de informação das políticas de desenvolvimento territorial e de inclusão produtiva;

II – a criação de plataforma digital única de cadastro, acompanhamento e avaliação dos beneficiários e das ações, observada a legislação de proteção de dados pessoais;

III – a simplificação e a desburocratização dos procedimentos de acesso às políticas públicas;

IV – o fortalecimento das capacidades técnicas, administrativas e tecnológicas dos órgãos executores nas três esferas de governo;

V – a adoção de mecanismos de gestão baseada em evidências e em resultados.

Art. 14. A governança da PNDTIP contará com instância colegiada de caráter consultivo e deliberativo, de composição paritária entre poder público e sociedade civil, à qual competirá:

I – propor diretrizes e prioridades da Política;

II – acompanhar e avaliar a execução das ações;

III – promover a articulação intersetorial e federativa;

IV – zelar pela participação social e pela transparência.

Parágrafo único. A instância de que trata o caput poderá ser exercida por conselho já existente, mediante adequação de suas competências em ato do Poder Executivo.

Art. 15. A União apoiará a instituição ou o fortalecimento de instâncias colegiadas de governança territorial, assegurada a participação de organizações

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho
Para verifica

Avulso do PL 5473/2026 [6 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/26839.16118-09

da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e de entidades locais.

Art. 16. Constituem instrumentos de financiamento da PNDTIP, entre outros:

I – dotações orçamentárias consignadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

II – os fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste;

III – as linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

IV – recursos de fundos e programas voltados ao desenvolvimento regional, à inovação e à sustentabilidade ambiental;

V – recursos de cooperação técnica e financeira, nacional e internacional, e parcerias com o setor privado.

Art. 17. O Poder Executivo poderá estabelecer condições diferenciadas de financiamento para territórios prioritários e para projetos de base tecnológica e sustentável, observadas as normas do Sistema Financeiro Nacional.

Art. 18. A PNDTIP será objeto de monitoramento e de avaliação periódica, com base em indicadores de resultado e de impacto, cujos dados serão divulgados em plataforma pública de acesso livre.

Art. 19. O Poder Executivo publicará, anualmente, relatório de execução e de resultados da PNDTIP, contendo, no mínimo:

I – os territórios atendidos e os recursos aplicados;

II – os beneficiários alcançados, desagregados por sexo, raça, etnia, faixa etária e condição social;

III – os resultados obtidos em relação às metas estabelecidas;

IV – as recomendações de aperfeiçoamento da Política.

Art. 20. Ficam reconhecidos, para os fins desta Lei, os territórios já delimitados e homologados no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial, assegurada a sua revisão periódica nos termos do art. 7º.

Art. 21. Os atos infralegais que disciplinam as políticas de desenvolvimento territorial e de inclusão produtiva serão adequados ao disposto nesta Lei.

Art. 22. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, observados os limites estabelecidos na legislação orçamentária e financeira e as regras do regime fiscal vigente.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho
Para verificação

Avulso do PL 5473/2026 [7 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)****JUSTIFICAÇÃO**

SF/26839.16118-09

A Constituição de 1988 estabelece, como objetivos fundamentais da República, a construção de uma sociedade justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, incisos I e III). O Brasil dispõe hoje de um conjunto relevante de políticas de desenvolvimento territorial e de apoio à agricultura familiar voltadas a esse fim. O problema central não está na ausência dessas políticas, mas na fragilidade do seu alicerce normativo, pois boa parte delas repousa em decretos e resoluções, vulneráveis à descontinuidade a cada troca de governo. A presente proposição enfrenta precisamente essa fragilidade, ao conferir status de lei e, portanto, permanência de política de Estado, ao desenvolvimento territorial e à inclusão produtiva.

Os dados oficiais mais recentes confirmam a gravidade do problema. As regiões Norte e Nordeste, que juntas correspondem a cerca de 63,7% do território nacional e abrigam aproximadamente 35,6% da população, respondem por apenas cerca de 20% do Produto Interno Bruto, enquanto o Estado de São Paulo, sozinho, produz mais de 30% da riqueza nacional. A distância entre os patamares de renda é expressiva. Em 2021, o PIB per capita da Região Sudeste chegava a superar em mais de duas vezes o da Região Nordeste, cujo rendimento domiciliar per capita médio ainda equivale a cerca de 65% da média nacional, sendo o menor entre as grandes regiões do país.

Essas disparidades se refletem na pobreza. Em 2023, segundo o IBGE, 27,4% da população brasileira vivia abaixo da linha de pobreza definida pelo Banco Mundial para países de renda média-alta, com concentração acentuada no interior das regiões Norte e Nordeste. Preocupa, ainda, que a participação das regiões mais pobres na economia nacional tenha permanecido estagnada por décadas, a participação do Norte no PIB, por exemplo, recuou de 8,85% em 2002 para 6,18% em 2023, evidência de que o crescimento econômico, por si só, não corrige as assimetrias territoriais e de que se fazem necessárias políticas deliberadas de desenvolvimento territorial.

A agricultura familiar é peça central de qualquer estratégia de redução dessas desigualdades. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE, de 2017, último que foi publicado, os estabelecimentos familiares representam 76,8% dos estabelecimentos agropecuários do país, cerca de 3,9 milhões de unidades, e respondem por aproximadamente 67% das ocupações no campo, o equivalente a cerca de 10,1 milhões de pessoas, ocupando, porém, apenas 23% da área

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificação

Avulso do PL 5473/2026 [8 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/26839.16118-09

agrícola. A agricultura familiar é a base da economia de aproximadamente 90% dos municípios com até 20 mil habitantes, o que a torna instrumento decisivo de dinamização das economias locais e de contenção do êxodo rural.

Sua contribuição para o abastecimento alimentar é relevante e concentrada em cadeias essenciais. O Censo de 2017 aponta participação familiar expressiva na produção de leite (64,2%), além da contribuição significativa na produção de mandioca, feijão, aves, suínos e caprinos, entre outros. Cabe registrar que a agricultura familiar responde por cerca de 23% do Valor Bruto da Produção agropecuária nacional. Ainda assim, sua importância social, ocupacional e alimentar é inquestionável, e sua natureza heterogênea, que reúne desde a agricultura de subsistência até empreendimentos familiares tecnificados, reforça a necessidade de políticas diferenciadas e sustentadas por evidências, tal como propõe este projeto.

O potencial da agricultura familiar é limitado por deficiências estruturais de acesso à tecnologia. O Censo Agropecuário 2017 revelou que mais de 70% das propriedades rurais brasileiras, aproximadamente 3,64 milhões de estabelecimentos, não dispunham de acesso à internet. Embora a conectividade venha avançando, estimativas recentes indicam que apenas uma pequena fração das propriedades conta com conexão de qualidade, com os pequenos e médios produtores em franca desvantagem em relação aos grandes, que têm condições de investir em internet via satélite e infraestrutura própria. A exclusão digital no campo compromete o acesso a inovação, a serviços de assistência técnica, a mercados e às tecnologias da agricultura de precisão e de baixo carbono, ampliando a distância entre os que podem e os que não podem se modernizar.

O arcabouço atual de enfrentamento desses problemas é extenso, porém disperso e instável. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), principal instrumento federal de redução das desigualdades regionais, foi reinstituída pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, um decreto, portanto, revogável a qualquer tempo por ato unilateral do Poder Executivo. A política de desenvolvimento territorial rural apoia-se em base ainda mais frágil, através da Resolução nº 16 do MDA/Condraf, de 10 de junho de 2024, que reconduziu a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável e a homologação de territórios. Instrumentos dessa envergadura, que orientam a aplicação de recursos e a organização de milhares de municípios, não deveriam depender da vontade política de cada gestão.

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificação

Avulso do PL 5473/2026 [9 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/26839.16118-09

A história recente ilustra o custo dessa fragilidade. Entre 2003 e 2016, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) chegou a constituir 243 territórios rurais, articulando ações de diversos ministérios sob a coordenação de uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial. A partir de 2016, contudo, a política foi progressivamente esvaziada, só voltando a ser reconduzida em 2024. Quase uma década de descontinuidade, com perda de capacidade institucional, de quadros técnicos e de vínculos com as organizações locais, poderia ter sido evitada se a política tivesse assento em lei, e não apenas em ato infralegal. É essa lição que a presente proposição incorpora.

O próprio Legislativo já reconheceu a gravidade do problema e apontou a solução. Em 2025, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei nº 15.223, de 1º de outubro de 2025 (originada do Projeto de Lei nº 4.384/2023, do Senador Beto Faro), que transformou em lei o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Plano Safra da Agricultura Familiar, até então regulamentados apenas por decreto. A norma consolidou esses instrumentos como políticas de Estado, assegurando permanência e segurança jurídica, e chegou a recriar em lei o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), justamente para impedir sua extinção por decreto.

Esta proposição segue exatamente a mesma lógica, agora aplicada ao desenvolvimento territorial e à inclusão produtiva. Assim como não fazia sentido que o principal instrumento de crédito da agricultura familiar dependesse da vontade de cada governo, tampouco se justifica que a política de desenvolvimento dos territórios e de redução das desigualdades regionais permaneça à mercê de decretos e resoluções. Elevar essa política ao status de lei é conferir-lhe previsibilidade orçamentária, continuidade administrativa e segurança jurídica, condições sem as quais nenhum processo de desenvolvimento territorial, por natureza de longo prazo, se sustenta.

Não se trata de criar mais uma política sobreposta às existentes, mas de dar-lhes fundamento legal comum e de suprir a lacuna que nenhuma delas preenche, a modernização institucional. O projeto articula, sob diretrizes unificadas e abordagem territorial, os instrumentos já em vigor, a Lei nº 11.326/2006 (agricultura familiar), a recém-editada Lei nº 15.223/2025 (Pronaf e Plano Safra), a Lei nº 12.188/2010 (ATER) e a PNDR, evitando a criação de estruturas onerosas e privilegiando o aproveitamento de conselhos, programas

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I – 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 – Fax: +55 (61) 3303-9828 – E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho

Para verificação

Avulso do PL 5473/2026 [10 de 12]



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

SF/26839.16118-09

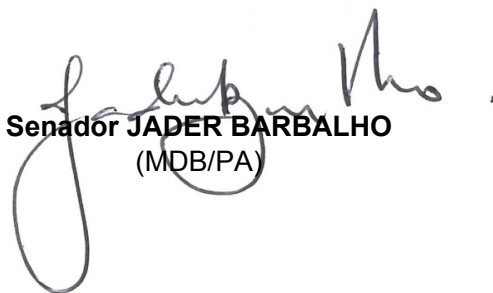
e territórios já constituídos. Registre-se que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026 destinou R\$ 89 bilhões ao setor, dos quais R\$ 78,2 bilhões em crédito por meio do Pronaf, recursos cuja eficácia depende diretamente da qualidade da gestão e da integração institucional que este projeto busca aprimorar.

Seu eixo mais original é, precisamente, a modernização institucional, ou seja, integração e interoperabilidade de bases de dados, plataforma digital única de cadastro e acompanhamento, simplificação de procedimentos, gestão baseada em evidências e fortalecimento das capacidades dos entes federativos, sempre com observância da Lei Geral de Proteção de Dados. A esse eixo soma-se a orientação da agricultura familiar para bases tecnológicas e sustentáveis, inclusão digital, transição agroecológica, tecnologias de baixo carbono e adaptação às mudanças climáticas, enfrentando gargalos como a exclusão digital que ainda atinge a maior parte dos estabelecimentos familiares.

Do ponto de vista fiscal, a proposição respeita as regras orçamentárias e financeiras vigentes, ao dispor que as despesas correrão à conta de dotações próprias e ao empregar, predominantemente, autorizações e diretrizes que dependem de regulamentação e de disponibilidade orçamentária, sem gerar obrigação de despesa nova incompatível com o regime fiscal.

Por reunir relevância social, coerência institucional, base empírica sólida e responsabilidade fiscal, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 2026.


Senador JADER BARBALHO
(MDB/PA)



Assinado eletronicamente, por Sen. Jader Barbalho
Para verifica

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo I - 2º Andar CEP 70165-900- Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-9831/34 - Fax: +55 (61) 3303-9828 - E-mail: sen.jaderbarbalho@senado.leg.br

Avulso do PL 5473/2026 [11 de 12]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art3

- art23

- art43

- art170

- art187

- Decreto nº 11.962, de 22 de Março de 2024 - DEC-11962-2024-03-22 - 11962/24

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2024;11962>

- Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 - Lei da Agricultura Familiar - 11326/06

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11326>

- Lei nº 12.188, de 11 de Janeiro de 2010 - LEI-12188-2010-01-11 - 12188/10

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010;12188>

- Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (2018) - 13709/18

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2018;13709>

- urn:lex:br:federal:lei:2023;4384

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023;4384>

- Lei nº 15.223 de 30/09/2025 - LEI-15223-2025-09-30 - 15223/25

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2025;15223>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5474, DE 2026

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, para vedar a nomeação para cargo público federal de pessoa condenada definitivamente por crime cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 5474/2026 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

PROJETO DE LEI Nº , DE 2026

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, para vedar a nomeação para cargo público federal de pessoa condenada definitivamente por crime cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 5º**

.....

VII – a ausência de condenação criminal transitada em julgado por crime cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

.....

§ 4º O requisito de que trata o inciso VII do *caput* deste artigo deixa de ser exigível com o cumprimento integral da pena ou a extinção da punibilidade do agente, por qualquer razão.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 9º**

.....



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 5474/2026 [2 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

IV – ausência de condenação criminal transitada em julgado por crime cometido com violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Parágrafo único. O critério de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo deixa de ser exigível com o cumprimento integral da pena ou a extinção da punibilidade do agente, por qualquer razão.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto parte de uma constatação simples: o Estado brasileiro não pode punir a violência doméstica com uma mão e, com a outra, conferir cargo, função e remuneração pública a quem foi definitivamente condenado por praticá-la. A incoerência não é apenas simbólica, ela comunica à sociedade, e sobretudo às vítimas, que a condenação criminal por agredir uma mulher não produz consequência alguma na relação entre o agressor e o poder público.

Os números impõem urgência à discussão. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os feminicídios cresceram 4,4% de 2024 para 2025, totalizando 1.571 mulheres assassinadas, em movimento contrário ao da queda geral dos homicídios no país. O mesmo levantamento registra a persistência da violência doméstica e o aumento do descumprimento de medidas protetivas, indicador especialmente grave, porque revela mulheres que recorreram ao Estado, obtiveram proteção judicial e continuaram expostas. No plano da vitimização declarada, pesquisa do DataSenado aponta que 30% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar praticada por um homem.

O dever de agir decorre diretamente da Constituição. O art. 226, § 8º, impõe ao Estado a criação de mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares, comando que fundamentou a própria Lei



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 5474/2026 [3 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

Maria da Penha e que não se esgota na esfera penal. Soma-se a ele o compromisso internacional assumido pelo Brasil na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 1996) e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto nº 4.377, de 2002), das quais decorre o dever de adotar medidas de todas as naturezas, e não apenas repressivas, para enfrentar a violência de gênero.

Há também um fundamento de moralidade administrativa, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição. A investidura em cargo público não é direito absoluto: o art. 37, I, expressamente condiciona o acesso aos cargos, empregos e funções públicas ao preenchimento dos "requisitos estabelecidos em lei", que é o que se pretende com esta proposição.

Ademais, a alteração da Lei nº 14.204, de 2021, se justifica por uma razão específica. Seu art. 9º, I, já exige "idoneidade moral e reputação ilibada" para a ocupação de cargos em comissão e funções de confiança. Trata-se, porém, de conceito jurídico indeterminado, cuja aplicação depende hoje de juízo discricionário do administrador e gera insegurança. O projeto confere conteúdo objetivo a esse critério em uma hipótese precisa e socialmente consensual, ampliando a segurança jurídica em vez de reduzi-la.

Por fim, a matéria já encontrou amplo consenso federativo, o que reforça sua maturidade legislativa e expõe a anomalia da omissão federal. O Rio Grande do Norte vedou, em 2020, a nomeação de condenados com base na Lei nº 11.340, de 2006, para cargos comissionados da administração estadual. O Pará, em 2022, alterou seu regime jurídico estadual para vedar a nomeação de condenados por crimes cometidos com violência doméstica e familiar contra a mulher, com trânsito em julgado, prevendo expressamente que o impedimento deixa de existir após o integral cumprimento da pena, solução análoga à aqui proposta. No plano municipal, São Paulo sancionou a Lei nº 17.910, de 2023, e Natal, a Lei nº 7.015, de 2020, ambas vedando a nomeação de condenados com base na Lei Maria da Penha para cargos públicos, e Belo Horizonte editou a Lei nº 11.813, de



Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br
Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verificação

Avulso do PL 5474/2026 [4 de 6]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

2025, com idêntica finalidade, assim como Sinop, em Mato Grosso, na qual o prefeito Roberto Dörner sancionou a Lei nº 3.018, de 2021.

Esse mosaico de normas locais produz tratamento desigual entre entes federativos e, sobretudo, deixa descoberta a administração pública federal, que é o maior empregador público do país.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes

Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PL 5474/2026 [5 de 6]

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art37_cpt
- Decreto nº 1.973, de 1º de Agosto de 1996 - DEC-1973-1996-08-01 - 1973/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1996;1973>
- Decreto nº 4.377, de 13 de Setembro de 2002 - DEC-4377-2002-09-13 - 4377/02
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2002;4377>
- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (1990) - 8112/90
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha (2006) - 11340/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>
- Lei nº 14.204, de 16 de Setembro de 2021 - LEI-14204-2021-09-16 - 14204/21
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2021;14204>



Projeto de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 263, DE 2026

Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para dispor sobre a não incidência do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS sobre contribuições e operações internas no âmbito das entidades civis sem fins lucrativos e de seus sistemas de representação, bem como para vedar a retenção desses valores pelo mecanismo de pagamento fracionado, e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



[Página da matéria](#)

Avulso do PLP 263/2026 [1 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2026

Altera a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, para dispor sobre a não incidência do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS sobre contribuições e operações internas no âmbito das entidades civis sem fins lucrativos e de seus sistemas de representação, bem como para vedar a retenção desses valores pelo mecanismo de pagamento fracionado, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.6º.....

XII - as contribuições associativas estatutárias, assistenciais e negociais, bem como as quotas de custeio destinadas à manutenção das associações civis sem fins econômicos que atendam aos requisitos previstos no art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, ainda que auferidas em caráter contraprestacional e cobradas individualmente dos associados, desde que coerentes com a finalidade estatutária da entidade;

XIII - os repasses financeiros, os rateios de despesas comuns e as remunerações por cessão de uso de marca, licenciamento de tecnologia, software ou banco de dados realizados entre entidades integrantes do mesmo sistema de representação institucional, confederativo ou federativo;

§ 3º As operações descritas nos incisos XII e XIII do caput deste artigo, quando praticadas exclusivamente entre a entidade e seus associados ou entre entidades integrantes do mesmo sistema de



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 263/2026 [2 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

representação, não constituem fornecimento oneroso para fins de incidência do IBS e da CBS, nem autorizam, em razão da cobrança individualizada, a qualificação da entidade como agente econômico em regime concorrencial.

§ 4º A não incidência de que tratam os incisos XII e XIII do caput deste artigo alcança a totalidade dos valores neles descritos, vedada a retenção ou dedução na fonte pelo mecanismo de pagamento fracionado (*split payment*) previsto nos arts. 31 a 35 desta Lei Complementar.

§ 5º A não incidência de que trata este artigo não se aplica às operações realizadas com terceiros não associados ou estranhos ao sistema de representação, as quais se sujeitam ao regime regular do IBS e da CBS, devendo a entidade manter escrituração fiscal segregada entre essas operações e aquelas descritas nos incisos XII e XIII.

§ 6º O Comitê Gestor do IBS e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil disponibilizarão, nos manuais de integração técnica do pagamento fracionado e nos leiautes dos documentos fiscais eletrônicos, parâmetro e código específicos de não incidência para as liquidações realizadas pelas entidades referidas neste artigo, previamente ao início da etapa obrigatória do pagamento fracionado.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Reforma Tributária sobre o Consumo foi concebida com o propósito de simplificar o sistema tributário brasileiro, reduzir controvérsias e conferir maior segurança jurídica às relações econômicas. No âmbito das entidades civis sem fins lucrativos, contudo, a redação atual da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, mantém espaço para controvérsias acerca da incidência do IBS e da CBS sobre contribuições associativas e outras receitas decorrentes das relações internas entre a entidade e seus próprios associados.



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 263/2026 [3 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

O art. 6º, inciso XII, da Lei Complementar nº 214, de 2025, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026, condiciona a não incidência das contribuições associativas à sua natureza “não contraprestacional”. Essa expressão reabre, no contexto do novo sistema tributário, controvérsia semelhante àquela que anteriormente alcançou a tributação da COFINS sobre receitas próprias das entidades associativas.

A presente proposição, inspirada no PLP 236/2026, do nobre Deputado Domingos Sávio, busca conferir maior precisão ao tratamento tributário dessas operações, deixando claro que as contribuições associativas, quotas de custeio e demais valores relacionados à manutenção da própria estrutura associativa, quando cobrados de associados e coerentes com a finalidade estatutária da entidade, não configuram fornecimento oneroso sujeito ao IBS e à CBS.

O associado, nessa relação, não se equipara a um consumidor externo ou a um adquirente estranho à entidade. Trata-se de integrante do próprio quadro associativo, que participa do custeio e da manutenção da estrutura institucional de que faz parte. Sob essa perspectiva, a cobrança individualizada de determinado serviço, atividade ou estrutura disponibilizada aos associados não descaracteriza, por si só, a natureza institucional da entidade.

O objetivo da proposição, portanto, não é criar uma exceção tributária indiscriminada. Ao contrário, pretende delimitar precisamente o alcance da não incidência, restringindo-a às operações realizadas entre a entidade e seus associados ou entre entidades integrantes do mesmo sistema de representação.

Por essa razão, o § 5º proposto estabelece expressamente que operações realizadas com terceiros não associados ou estranhos ao sistema de representação permanecem submetidas ao regime regular do IBS e da CBS, com exigência de escrituração fiscal segregada. A medida preserva, assim, a isonomia concorrencial e impede que a não incidência seja utilizada para alcançar atividades econômicas desenvolvidas em regime de mercado.



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 263/2026 [4 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

A alteração também alcança os repasses financeiros, rateios de despesas comuns e determinadas remunerações por cessão de uso de marca, licenciamento de tecnologia, software ou banco de dados entre entidades integrantes de um mesmo sistema de representação institucional, confederativo ou federativo. A finalidade é reconhecer a natureza interna dessas operações, relacionadas à manutenção e ao funcionamento do próprio sistema associativo.

Outro ponto fundamental diz respeito ao mecanismo de pagamento fracionado (*split payment*).

A Lei Complementar nº 214, de 2025, prevê a implementação progressiva do pagamento fracionado, mecanismo pelo qual os valores correspondentes aos tributos incidentes sobre determinada operação poderão ser segregados e recolhidos no momento da liquidação financeira. Há risco concreto de que, sem parametrização específica para as operações abrangidas pela não incidência, valores pertencentes às entidades sejam indevidamente retidos no momento da liquidação.

Por isso, o projeto determina expressamente que as operações abrangidas pelos incisos XII e XIII do art. 6º não estarão sujeitas à retenção ou dedução na fonte pelo mecanismo de pagamento fracionado. Também estabelece que o Comitê Gestor do IBS e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil deverão disponibilizar parâmetros e códigos específicos para identificar essas operações nos sistemas de integração e nos documentos fiscais eletrônicos.

A previsão busca conferir segurança operacional à não incidência reconhecida pela própria legislação, evitando que o tratamento tributário definido em lei seja neutralizado ou dificultado pela sistemática de arrecadação.

A proposição adota, portanto, um desenho deliberadamente objetivo. A não incidência é limitada às relações internas da entidade e de seus sistemas de representação; operações com terceiros permanecem submetidas ao regime regular; há exigência de escrituração segregada; e o



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verificação

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 263/2026 [5 de 7]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Wellington Fagundes

mecanismo de pagamento fracionado deverá estar tecnicamente parametrizado para impedir retenções indevidas.

Não se pretende, com isso, ampliar indiscriminadamente benefícios tributários ou alcançar operações estranhas à finalidade institucional das entidades. Busca-se apenas conferir coerência ao regime da Reforma Tributária, preservando a distinção entre a atividade associativa interna e a exploração de atividade econômica perante o mercado.

Trata-se de medida de segurança jurídica e de aperfeiçoamento técnico do novo sistema tributário, evitando que controvérsias já enfrentadas em relação a outros tributos sejam reproduzidas no âmbito do IBS e da CBS.

Diante do exposto, entende-se que a aprovação desta proposição contribuirá para conferir maior clareza, segurança jurídica e previsibilidade ao tratamento tributário das entidades civis sem fins lucrativos e de seus sistemas de representação, preservando simultaneamente a isonomia concorrencial e a adequada aplicação da Reforma Tributária.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



Assinado eletronicamente, por Sen. Wellington Fagundes
Para verifica

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6219 – E-mail: sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

Avulso do PLP 263/2026 [6 de 7]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 214 de 16/01/2025 - LCP-214-2025-01-16 - 214/25
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2025;214>
 - art6
 - art6_cpt_inc12
- Lei Complementar nº 227 de 13/01/2026 - LCP-227-2026-01-13 - 227/26
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2026;227>
- Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - Código Tributário Nacional - 5172/66
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1966;5172>
 - art14



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 2

REQ nº 334/2026	Humberto Costa	Art. 13, do RISF	06/10/2026 e 07/10/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
	Humberto Costa	Art. 13, do RISF	11/10/2026 e 12/10/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.
REQ nº 336/2026	Dr. Hiran	Art. 13, do RISF	02/09/2026 e 03/09/2026	Missão política ou cultural de interesse parlamentar. Art. 13, do RISF.



REQ
00336/2026

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Dr. Hiran

SF/26955.98659-45 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, no meu Estado, de 02/09/2026 a 03/09/2026, em aditamento ao requerimento nº 324/2026.

Sala das Reuniões, 24 de setembro de 2026.

Senador Dr. Hiran
(PP - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Dr. Hiran

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9786068459>



REQ
00334/2026

SF/26887.32447-80 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 215, I, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão política ou cultural de interesse parlamentar, sem ônus para o Senado Federal, em São Paulo, de 06/10/2026 a 07/10/2026 e de 11/10/2026 a 12/10/2026, a fim de perfazer traslado de ida e de retorno para Missão Oficial autorizada.

Sala das Reuniões, 22 de setembro de 2026.

Senador Humberto Costa
Senador

Assinado eletronicamente, por Sen. Humberto Costa

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5314886233>

RETIFICAÇÃO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 117, DE 25 DE JULHO DE 2026

À página 18, por erro de informação, onde se lê:

Encerrou-se, em 23 de julho, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.759, de 2026.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

Leia-se:

Encerrou-se, em 23 de julho, o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 3.759, de 2026.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

A matéria será despachada oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

REPUBLICANOS - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
S/Partido - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Lourdinha Pereira** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODE - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

PSD - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

PODE - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PSD - Carlos Viana*
PSB - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

PSD - Carlos Fávaro*
UNIÃO - Jayme Campos*
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
PSDB - Sargento Reginauro* (S)
PT - Camilo Santana**

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
PL - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
AVANTE - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODE - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PSDB - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Renan Filho**

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Orlaneto Guimarães*
PL - Sergio Moro**

Acre

PL - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
REPUBLICANOS - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PSB - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damare Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Roberta Acioly* (S)
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 21

PSD-14 / PSB-7

Carlos Fávaro.	PSD / MT
Carlos Viana.	PSD / MG
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fernando Dueire.	PSD / PE
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lourdinha Pereira.	PSB / MA
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSB / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Soraya Thronicke.	PSB / MS
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Democracia - 19

MDB-9 / PSDB-4 / PODE-3 / UNIÃO-3

Alessandro Vieira.	MDB / SE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Dra. Eudócia.	PSDB / AL
Eduardo Braga.	MDB / AM
Giordano.	PODE / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Renan Filho.	MDB / AL
Sargento Reginouro.	PSDB / CE
Styvenson Valentim.	PODE / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODE / PA

Bloco Parlamentar Vanguarda - 16

PL-15 / NOVO / AVANTE-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Gomes.	PL / TO
Efraim Filho.	PL / PB
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcio Bittar.	PL / AC
Marcos Rogério.	PL / RO
Marcos do Val.	AVANTE / ES

Rogério Marinho.	PL / RN
Sergio Moro.	PL / PR
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 13

PP-7 / REPUBLICANOS-6

Alan Rick.	REPUBLICANOS / AC
Angelo Coronel.	REPUBLICANOS / BA
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Roberta Acioly.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 11

PT-9 / PDT-2

Beto Faro.	PT / PA
Camilo Santana.	PT / CE
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

S/Partido - 1

Romário.	RJ
---------------	----

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	21
Bloco Parlamentar Democracia.	19
Bloco Parlamentar Vanguarda.	16
Bloco Parlamentar Aliança.	13
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	11
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por ordem alfabética)

Alan Rick** (REPUBLICANOS-AC)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Giordano* (PODE-SP)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Angelo Coronel* (REPUBLICANOS-BA)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Paulo Paim* (PT-RS)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Humberto Costa* (PT-PE)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Camilo Santana** (PT-CE)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Carlos Fávaro* (PSD-MT)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Filho** (MDB-AL)
Carlos Viana* (PSD-MG)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Roberta Acioly* (REPUBLICANOS-RR)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rodrigo Pacheco* (PSB-MG)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jorge Seif** (PL-SC)	Romário** (S/Partido-RJ)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sargento Reginauro* (PSDB-CE)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Sergio Moro** (PL-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Leila Barros* (PDT-DF)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Lourdinha Pereira** (PSB-MA)	Soraya Thronicke* (PSB-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Styvenson Valentim* (PODE-RN)
Dra. Eudócia* (PSDB-AL)	Luís Carlos Heinze* (PP-RS)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Magno Malta** (PL-ES)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Efraim Filho** (PL-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (PL-AC)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Weverton* (PDT-MA)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (AVANTE-ES)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fernando Dueire* (PSD-PE)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Flávio Arns* (PSB-PR)	Omar Aziz** (PSD-AM)	Zequinha Marinho* (PODE-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PSB-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2ª Roberta Acioly - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PODE-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PSB-MS)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 21 Líder Eliziane Gama - PSD (11,45,54) Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,53) Líder do PSB - 7 Cid Gomes (73) Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,74)	Bloco Parlamentar Democracia (MDB/PSDB/PODE/UNIÃO) - 19 Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123) Líder do MDB - 9 Eduardo Braga (59) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (84) Confúcio Moura (15,85) Líder do PSDB - 4 Plínio Valério (33,61) Vice-Líder do PSDB Dra. Eudócia (124) Líder do PODE - 3 Giordano (86,119) Líder do UNIÃO - 3 Professora Dorinha Seabra (18,41,92,95,102,122,123) Vice-Líder do UNIÃO Jayme Campos (93,125)	Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/AVANTE) - 16 Líder Wellington Fagundes - PL (24,37,69) Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (77) Líder do PL - 15 Carlos Portinho (68) Vice-Líderes do PL Izalci Lucas (81,88,91,101,107,109) Jaime Bagattoli (82,90) Líder do AVANTE - 1 Marcos do Val (30,120)
Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 13 Líder Dr. Hiran - PP (71) Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7) Vice-Líder do PP Esperidião Amin (87) Líder do REPUBLICANOS - 6 Alan Rick (113) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (14,103)	Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 11 Líder Weverton - PDT (20,62,72) Líder do PT - 9 Camilo Santana (117,128) Vice-Líderes do PT Paulo Paim (129) Beto Faro (28,118,130) Líder do PDT - 2 Weverton (20,62,72)	Maioria Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (76)
Minoria Líder Ciro Nogueira - PP (1,8) Vice-Líder Rogerio Marinho (50,70,131)	Bancada Feminina Líder Professora Dorinha Seabra - UNIÃO (18,41,92,95,102,122,123)	Governo Líder Teresa Leitão - PT (35,64,99,106,116,127)
Oposição Líder Rogerio Marinho - PL (50,70,131) Vice-Líder Marcos Rogério (44,94)		

- Notas:**
1. Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
 2. Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
 3. Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
 4. Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
 5. Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
 6. Em 01.02.2023, o Senador **Mecias de Jesus** foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
 7. Em 02.02.2023, a Senadora **Tereza Cristina Corrêa** foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
 8. Em 03.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).



9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, a Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
38. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
39. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
42. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
45. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
46. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
47. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
48. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
49. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
50. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
51. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
54. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
55. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
56. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
57. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
58. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
59. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
60. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
61. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
62. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).
63. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
64. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
65. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
68. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
69. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
70. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
71. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLI/BLALIAN).
72. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



73. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
74. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
77. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
78. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
81. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
84. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
85. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
88. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
89. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
92. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
93. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).
95. Em 09.07.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 188/2025-GSLB).
96. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º Vice-Líder do Governo, renumerando-se os demais Vice-Líderes (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
97. Em 13.08.2025, o Senador Jaques Wagner comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Governo. Durante seu afastamento, o Senador Rogério Carvalho exercerá a Liderança (Of. nº 015/2025-GLDGOV).
98. Em 13.08.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
99. Em 13.08.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 025/2025-GLDPT).
100. Em 13.08.2025, o Senador Rogério Carvalho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido dos Trabalhadores. Durante seu afastamento, a Senadora Augusta Brito exercerá a Liderança (Of. nº 025/2025-GLDPT).
101. Em 11.09.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 11/09/2025 a 20/09/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 031/2025-GLPL).
102. Em 17.09.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Assunção da Liderança da Bancada Feminina no Senado Federal" (Of. nº 716/2025-GSPDORIN).
103. Em 08.10.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. nº 056/2025-GABLID/GLREPUBL).
104. Em 14.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
105. Em 14.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
106. Em 14.10.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 027/2025-GLDPT).
107. Em 27.10.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 27/10/2025 a 04/11/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 33/2025-GLPL).
108. Em 27.10.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 49/2025-GLPODEMOS).
109. Em 01.12.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/12/2025 a 08/12/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 35/2025-GLPL).
110. Em 03.02.2026, a Senadora Augusta Brito foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2026-GLDPT-SF).
111. Em 05.03.2026, o Senador Jaques Wagner comunica que retornou ao exercício do mandato em 13.10.2025 e deu continuidade ao cargo de Líder do Governo (Of. nº 003/2026-GLDGOV).
112. Em 11.03.2026, o Senador Mecias de Jesus deixa de exercer a função de líder do REPUBLICANOS pelo motivo de "Renúncia".
113. Em 17.03.2026, o Senador Alan Rick foi designado Líder do REPUBLICANOS (Of. nº 010/2026-GABLID/GLREPUBL).
114. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
115. Em 02/04/2026, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
116. Em 07.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
117. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
118. Em 07.04.2026, o Senador Beto Faro foi designado 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 004/2026-GLDPT-SF).
119. Em 09.04.2026, o Senador Giordano foi designado Líder do Podemos (Of. nº 01/2026-GLPODEMOS).
120. Em 13.04.2026, o Senador Marcos do Val foi designado Líder do Partido AVANTE (Of. nº 006/2026-GSMVAL).
121. Em 14.04.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 0008/2026-GSPVALER).
122. Em 14.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do União Brasil (Of. nº 43/2026-GLUNIAO).
123. Em 15.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 48/2026-GLUNIAO).
124. Em 15.04.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 009/2026-GSPVALER).
125. Em 16.04.2026, o Senador Jayme Campos foi designado 1º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 51/2026-GLUNIAO).
126. Em 05/05/2026, o Senador Jorge Seif deixa de exercer a função de vice-líder do Partido Liberal pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
127. Em 26.06.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada Líder do Governo (Mensagem nº 549, de 2026, da Presidência da República).
128. Em 08.07.2026, o Senador Camilo Santana foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Ofs. nºs 13 e 14/2026-GLDPT).
129. Em 08.07.2026, o Senador Paulo Paim foi designado 1º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Ofs. nºs 13 e 14/2026-GLDPT).
130. Em 08.07.2026, o Senador Beto Faro foi designado 2º Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Ofs. nºs 13 e 14/2026-GLDPT).
131. Em 09.09.2026, o Senador Rogerio Marinho foi designado Vice-líder da Minoria (Of. nº 001/2026-GLDMIN).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A
SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023 - CTEBOLÍVIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



2) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO
DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025 - GTMTI

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾

Leitura: 22/04/2025

Instalação: 21/10/2025

Prazo final: 30/05/2026

Prazo final prorrogado: 28/07/2026

Prazo final prorrogado: 22/12/2026

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

VAGO ^(2,4)

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

*. Prorrogado, por 60 (sessenta) dias, o prazo de funcionamento do Grupo de Trabalho, alterando a data final para 13.08.2026, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2026.

**. Prazo final antecipado para 28.07.2026 ante a inexistência do recesso parlamentar, motivada pela não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (CF/1988, art. 57, § 2º).

***. Prazo final prorrogado para 22.12.2026, nos termos do Ato do Presidente do Senado Federal nº 15, de 2026.

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).

2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).

3. Em 21.10.2025, o Grupo de Trabalho reunido elegeu o Senador Marcos Rogério como Vice-Presidente. Designado Relator o Senador Rogério Carvalho (Of. nº 1/2025-GTMTI).

4. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS). ([DSF de 12/03/2026, p. 87](#))

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gtmti@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025 - CTBOLÍVIA

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR O
PROJETO DE LEI Nº 4, DE 2025 (ART. 374 RISF)

Finalidade: destinada a analisar o Projeto de Lei nº 4, de 2025, que "dispõe sobre a atualização da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e da legislação correlata".
ATS nº 19, de 2025 - CTCIVIL

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 24/09/2025

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 03/03/2026

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 30/04/2026

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 29/05/2026

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 29/06/2026

Prazo prorrogado: 22/12/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ⁽¹⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽¹⁾	4. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	5. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	6. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹⁾	7. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	8. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾	9. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽¹⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	11. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.09.2025, a Presidência designa os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Rodrigo Pacheco, Otto Alencar, Flávio Arns, Marcos Rogério, Carlos Portinho, Weverton, Fabiano Contarato e Tereza Cristina membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Sergio Moro, Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Omar Aziz, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues e Laércio Oliveira membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº19/2025). ([DSF de 24/09/2025, p. 5](#))
2. Em 24.09.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Pacheco e Efraim Filho a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado. Designado Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Adjuntos: Henrique Evangelista e Keny Martins

Telefone(s): 6133033490

E-mail: ctcivil@senado.leg.br



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA P/ REALIZAR DILIGÊNCIA NO TERMINAL
PORTUÁRIO DA CARGILL EM SANTARÉM (PA) E ÁREAS ADJACENTES.**

Finalidade: realizar, no prazo de 120 dias, diligência externa no Terminal Portuário da Cargill em Santarém (PA) e áreas adjacentes do complexo portuário e hidroviário do Rio Tapajós, com o objetivo de averiguar in loco os efeitos operacionais, logísticos, ambientais, sanitários e socioeconômicos decorrentes das ocupações indígenas recentes, bem como o impacto sobre a cadeia de escoamento de produção agropecuária e as obras previstas de dragagem/licitação.

Requerimento nº 107, de 2026 - CTECARGILL

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024 - CPIVD

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DA PEDOFILIA - 2026

Finalidade: Para, no prazo de 180 dias, com limite de despesas de R\$ 400.000,00, realizar investigação das irregularidades e dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes no País; bem como apuração da atuação de influenciadores digitais e plataformas de redes sociais na promoção e disseminação de conteúdos que sexualizam crianças e adolescentes; a investigação da relação entre o conteúdo exposto por influenciadores como Hytalo Santos e a potencial exploração sexual de menores; e o exame da efetividade das políticas de proteção à infância no ambiente digital e a resposta das autoridades competentes às denúncias de pedofilia e abuso online.

Requerimentos nºs 618 e 619, de 2025 - CPIPED

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 20/08/2025

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. VAGO ^(1,10,25,31,34)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,10)
Senador Renan Filho (MDB-AL) ^(1,10,32,33,34)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,10)
VAGO ^(7,10)	7. Senador Giordano (PODE-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,35)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,30)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,14,18)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(4,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,19,29,36)	3. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(9,15,16)
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(9,26)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,28)	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,20,24,27)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,11,21,22,23)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(11,22,23)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,22,23)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,12,28)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 22](#))



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Moraes e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 7](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 11/03/2025, p. 22](#))
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 84](#))
14. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
15. Em 02.09.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Teresa Leitão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 17/2025-BLPBRA). ([DSF de 03/09/2025, p. 293](#))
16. Em 10.09.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 123](#))
17. Em 07.10.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Laércio Oliveira Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 10/2025-CAE). ([DSF de 04/12/2025, p. 221](#))
18. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
19. Em 16.12.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 139/2025-BLVANG). ([DSF de 17/12/2025, p. 296](#))
20. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP). ([DSF de 11/02/2026, p. 7](#))
21. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
22. Em 17.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Damares Alves foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
23. Em 24.03.2026, os Senadores Hamilton Mourão e Angelo Coronel foram designados membros titulares, e a Senadora Damares Alves, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 25/03/2026, p. 163](#))
24. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
25. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 020/2026-BLPBRA). ([DSF de 08/04/2026, p. 168](#))
27. Em 08.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 018/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 09/04/2026, p. 148](#))
28. Em 01.06.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que passa a 4ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 032/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 02/06/2026, p. 34](#))
29. Em 10.06.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 53/2026-BLVANG). ([DSF de 11/06/2026, p. 213](#))
30. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 045/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/06/2026, p. 25](#))
31. Em 11.06.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 36/2026-BLDEMO). ([DSF de 12/06/2026, p. 26](#))
32. Em 01.07.2026, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 051/2026-GSEGAMA). ([DSF de 02/07/2026, p. 139](#))
33. Em 01.07.2026, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 043/2026-BLDEMO). ([DSF de 02/07/2026, p. 140](#))
34. Em 08.07.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão (Of. nº 44/2026-BLDEMO). ([DSF de 09/07/2026, p. 131](#))
35. Em 11.08.2026, o Senador Carlos Fávoro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 060/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 277](#))



36. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11,46)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11,29,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(9,45)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21,22,23,25,26)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (S/Partido-RJ) ^(2,32,39,40,42,43)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(17,36,41)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,24,33)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,30,34,35)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,28,30)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Lourdinha Pereira (PSB-MA) ^(6,44)	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,47)	1. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(16,37,38)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,38)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,27,38)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 37](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 209](#))



10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 217](#))
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 28](#))
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 29](#))
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 9](#))
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG). ([DSF de 25/02/2025, p. 8](#))
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 31](#))
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG). ([DSF de 10/05/2025, p. 44](#))
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 1](#))
22. Em 20.08.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2025-BLVANG). ([DSF de 21/08/2025, p. 190](#))
23. Em 06.10.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 098/2025-BLVANG). ([DSF de 07/10/2025, p. 51](#))
24. Em 19.11.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 40/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/11/2025, p. 8](#))
25. Em 24.11.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 128/2025-BLVANG). ([DSF de 25/11/2025, p. 37](#))
26. Em 02.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 131/2025-BLVANG). ([DSF de 03/12/2025, p. 109](#))
27. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
28. Em 03.12.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 42/2025-BLPBRA). ([DSF de 04/12/2025, p. 219](#))
29. Em 04.12.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 97/2025-BLEMO). ([DSF de 05/12/2025, p. 23](#))
30. Em 08.12.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão; e o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contrato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 46/2025-BLPBRA). ([DSF de 09/12/2025, p. 79](#))
31. Em 09.12.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 98/2025-BLEMO). ([DSF de 10/12/2025, p. 126](#))
32. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 140/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 546](#))
33. Em 17.12.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 50/2025-BLPBRA). ([DSF de 18/12/2025, p. 549](#))
34. Em 24.02.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 51/2025-GSBLPBRA). ([DSF de 25/02/2026, p. 210](#))
35. Em 02.03.2026, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogério Carvalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 008/2026-BLPBRA). ([DSF de 03/03/2026, p. 29](#))
36. Em 04.03.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 013/2026-BLVANG). ([DSF de 05/03/2026, p. 157](#))
37. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS). ([DSF de 12/03/2026, p. 87](#))
38. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e os Senadores Alan Rick e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
39. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular. ([DSF de 11/04/2026, p. 9](#))
40. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 028/2026-BLVANG). ([DSF de 15/04/2026, p. 92](#))
41. Em 28.04.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 032/2026-BLVANG). ([DSF de 29/04/2026, p. 104](#))
42. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
43. Em 13.05.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2026-BLVANG). ([DSF de 14/05/2026, p. 95](#))
44. Em 11.08.2026, a Senadora Lourdinha Pereira foi designada membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, em vaga cedida ao Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 59/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 275](#))
45. Em 18.08.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 067/2026-GSEGAMA).



46. Em 04.09.2026, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 068/2026-BLDEMO).

47. Em 15.09.2026, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 064/2026-BLALIAN).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1.

Notas:

- 1. Em 11.08.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- 2. Em 11.08.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).
- 3. Em 11.08.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 191/2025-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1,12)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (1,12,50)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1,12)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (1,12,47)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (1,12,19,20)	3. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (1,12,50)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,12)	4. VAGO (9,12,47,70,76)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) (3,12,50,76)	5. Senador Giordano (PODE-SP) (3,12)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,12,47)	6. Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) (3,11,12,16)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (8,12,68)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,12,40,41,51,54)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) (10,12,40,41,51,54)	8. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) (10,12,45,56)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (11,12,47)	9. Senador Efraim Filho (PL-PB) (11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4,48,49)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (4,30,32)	3. Senador Irajá (PSD-TO) (4,23,26)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) (4)	5. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) (4,27)
Senadora Lourdinha Pereira (PSB-MA) (4,31,33,34,36,49,63)	6. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (4,35,36,69)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Jorge Seif (PL-SC) (2,53,57,72,75)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2,55,72)
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (2,60,61,64,72)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,21,24)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) (2,52,58)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (2,74)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (2)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)	5. Senador Sargento Reginouro (PSDB-CE) (2,17,18,72)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (5)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,22,37)
Senador Camilo Santana (PT-CE) (5,46)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,25)
Senador Weverton (PDT-MA) (5)	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (5,44)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (6,38,39,59,62,67)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (6,28,29,71)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (6,71)	2. VAGO (6)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (6,11,42,43)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (6,11,43,65,66,73)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 23)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). (DSF de 19/02/2025, p. 15)

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 20/02/2025, p. 194](#))
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 223](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 206](#); [DSF de 20/02/2025, p. 208](#))
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/03/2025, p. 13](#))
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ). ([DSF de 03/04/2025, p. 106](#))
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA). ([DSF de 03/04/2025, p. 103](#))
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 38](#))
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG). ([DSF de 22/05/2025, p. 333](#))
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG). ([DSF de 29/05/2025, p. 463](#))
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 119](#))
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLDEMO). ([DSF de 11/06/2025, p. 117](#))
21. Em 16.07.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 71/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 181](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 13/2025-BLPBRA). ([DSF de 17/07/2025, p. 178](#))
23. Em 06.08.2025, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 07/08/2025, p. 6](#))
24. Em 15.08.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 72/2025-BLVANG). ([DSF de 16/08/2025, p. 42](#))
25. Em 19.08.2025, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 15/2025-BLPBRA). ([DSF de 20/08/2025, p. 208](#))
26. Em 19.08.2025, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 52/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/08/2025, p. 209](#))
27. Em 04.09.2025, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 65/2025-GSEGAMA). ([DSF de 05/09/2025, p. 29](#))
28. Em 09.09.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 45/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 10/09/2025, p. 28](#))
29. Em 11.09.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 46/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 12/09/2025, p. 35](#))
30. Em 16.09.2025, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 73/2025-GSEGAMA). ([DSF de 17/09/2025, p. 115](#))
31. Em 17.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 74/2025-GSEGAMA). ([DSF de 18/09/2025, p. 129](#))
32. Em 18.09.2025, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 79/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/09/2025, p. 20](#))
33. Em 22.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 86/2025-GSEGAMA). ([DSF de 23/09/2025, p. 52](#))
34. Em 23.09.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
35. Em 23.09.2025, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 87/2025-GSEGAMA). ([DSF de 24/09/2025, p. 134](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))



36. Em 29.09.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 94/2025-GSEGAMA). ([DSF de 30/09/2025, p. 55](#); [DSF de 30/09/2025, p. 55](#))
37. Em 21.10.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 37/2025-BLPBRA). ([DSF de 22/10/2025, p. 161](#))
38. Em 29.10.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 58/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 30/10/2025, p. 63](#))
39. Em 12.11.2025, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pela Liderança do Progressistas (Of. nº 65/2025-GLPP). ([DSF de 13/11/2025, p. 128](#))
40. Em 16.12.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 103/2025-BLDEMO). ([DSF de 17/12/2025, p. 295](#))
41. Em 25.02.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que foi designado sétimo suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 07/2026-BLDEMO). ([DSF de 26/02/2026, p. 99](#))
42. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS). ([DSF de 12/03/2026, p. 87](#))
43. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
44. Em 01.04.2026, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 19/2026-BLPBRA). ([DSF de 02/04/2026, p. 7](#))
45. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
46. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 021/2026-BLPBRA). ([DSF de 08/04/2026, p. 169](#))
47. Em 07.04.2026, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, que passa a compor a comissão como membro suplente; e o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 017/2026-BLDEMO). ([DSF de 08/04/2026, p. 172](#))
48. Em 09.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 026/2026/GSEGAMA). ([DSF de 10/04/2026, p. 30](#))
49. Em 23.04.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 031/2026-BLRESDEM). ([DSF de 24/04/2026, p. 6](#))
50. Em 24.04.2026, o Senador Renan Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão; e o Senador Marcelo Castro foi designado 1º suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 021/2026-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2026, p. 30](#))
51. Em 28.04.2026, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 022/2026-BLDEMO). ([DSF de 29/04/2026, p. 102](#))
52. Em 28.04.2026, o Senador Sergio Moro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 033/2026-BLVANG). ([DSF de 29/04/2026, p. 103](#))
53. Em 29.04.2026, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 034/2026-BLVANG). ([DSF de 30/04/2026, p. 96](#))
54. Em 05.05.2026, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Plínio Valério, que passa a 7ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 025/2026-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2026, p. 105](#))
55. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
56. Em 06.05.2026, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-BLDEMO). ([DSF de 07/05/2026, p. 64](#))
57. Em 13.05.2026, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG). ([DSF de 14/05/2026, p. 92](#))
58. Em 13.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 043/2026-BLVANG). ([DSF de 14/05/2026, p. 94](#))
59. Em 20.05.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 028/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 21/05/2026, p. 185](#))
60. Em 16.06.2026, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2026-BLVANG). ([DSF de 17/06/2026, p. 116](#))
61. Em 02.07.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sergio Moro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 058/2026-BLVANG). ([DSF de 03/07/2026, p. 41](#))
62. Em 08.07.2026, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 050/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 09/07/2026, p. 133](#))
63. Em 11.08.2026, a Senadora Lourdinha Pereira foi designada membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 59/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 275](#))
64. Em 12.08.2026, o Senador Sargento Reginauro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 072/2026-BLVANG). ([DSF de 13/08/2026, p. 217](#))
65. Em 26.08.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Roberta Acioly, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 057/2026-BLALIAN). ([DSF de 27/08/2026, p. 6](#))
66. Em 27.08.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Damares Alves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 058/2026-BLALIAN). ([DSF de 28/08/2026, p. 8](#))
67. Em 28.08.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 059/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 29/08/2026, p. 20](#))
68. Em 28.08.2026, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 063/2026-BLDEMO). ([DSF de 29/08/2026, p. 21](#))
69. Em 31.08.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 069/2026/GSEGAMA). ([DSF de 01/09/2026, p. 23](#))
70. Em 31.08.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 065/2026-BLDEMO). ([DSF de 01/09/2026, p. 21](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



71. Em 31.08.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, que passa a 1ª suplência, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 060/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 01/09/2026, p. 20](#))

72. Em 1º.09.2026, o Senador Carlos Portinho foi designado 1º suplente, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, e o Senador Jaime Bagattoli foi designado 2º titular, em substituição ao Senador Sargento Reginauro, que passa ao cargo de 5º suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 075/2026-BLVANG).

73. Em 1º.09.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Roberta Acioly, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 061/2026-BLALIAN).

74. Em 1º.09.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em substituição ao Senador Marcos Rogério, que deixa de compor a comissão (Of. nºs 076/2026-BLVANG e 062/2026-BLALIAN).

75. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 077/2026-BLVANG).

76. Em 02.09.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Democracia, em substituição ao Senador Renan Filho, que deixa de compor a comissão (Of. nº 067/2026-BLDEMO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Camilo Santana (PT-CE) (7,33,34)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (17)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (1,8,10)	2. VAGO (1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) (3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) (3,10,11,14)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (3,10,23)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) (4)	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) (22,30)
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (4,22,28)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (4)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (4,16,20)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (4)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) (4)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) (4)	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) (2)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)
Senador Magno Malta (PL-ES) (2)	2. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) (2)
Senador Izalci Lucas (PL-DF) (2,13)	3. Senador Romário (S/Partido-RJ) (2,13,21,27,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,31,32)	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (2)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (6)	2. Senadora Leila Barros (PDT-DF) (6,18,19)
Senador Camilo Santana (PT-CE) (6,15,18,26)	3. Senadora Lourdinha Pereira (PSB-MA) (6,35)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (5)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) (12,25)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) (5)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) (5,25)	3. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) (5,24,25)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 25](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE). ([DSF de 20/02/2025, p. 204](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 221](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))



10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 10](#))
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG). ([DSF de 12/03/2025, p. 168](#))
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM). ([DSF de 15/03/2025, p. 11](#))
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 26.08.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Veneziano Vital do Rêgo Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 254/2025-CE). ([DSF de 27/08/2025, p. 279](#))
18. Em 01.10.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/10/2025, p. 98](#))
19. Em 22.10.2025, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2025-BLPBRA). ([DSF de 23/10/2025, p. 178](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
22. Em 24.02.2026, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição à Senadora Jussara Lima, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2026-GSEGAMA). ([DSF de 25/02/2026, p. 213](#))
23. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 10/2026-BLDEMO). ([DSF de 05/03/2026, p. 156](#))
24. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS). ([DSF de 12/03/2026, p. 87](#))
25. Em 17.03.2026, os Senadores Damares Alves e Alan Rick foram designados membros titulares, e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
26. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 023/2026-BLPBRA). ([DSF de 08/04/2026, p. 170](#))
27. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular. ([DSF de 11/04/2026, p. 9](#))
28. Em 14.04.2026, a Senadora Jussara Lima foi designada membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 028/2026-GSEGAMA). ([DSF de 15/04/2026, p. 95](#))
29. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG). ([DSF de 16/04/2026, p. 455](#))
30. Em 15.04.2026, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 029/2026-GSEGAMA). ([DSF de 16/04/2026, p. 454](#))
31. Em 06.05.2026, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 038/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 68](#))
32. Em 13.05.2026, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 042/2026-BLVANG). ([DSF de 14/05/2026, p. 93](#))
33. Vago em 08.07.2026, em razão da renúncia da Senadora Teresa Leitão à presidência da comissão (Of. nº 081/2026-GSTLEITA). ([DSF de 09/07/2026, p. 134](#))
34. Em 08.07.2026, a Comissão reunida elegeu o Senador Camilo Santana Presidente deste colegiado (Of. nº 348/2026-CE). ([DSF de 10/07/2026, p. 43](#))
35. Em 11.08.2026, a Senadora Lourdinha Pereira foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, em vaga cedida ao Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 59/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 275](#))

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**Finalidade:** acompanhar a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE).**(Requerimento 22, de 2026 - CE)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares**Telefone(s):** 3303-3498**E-mail:** ce@senado.leg.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(8,10,19)	4. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ^(9,10)	5. Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ^(9,19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,17,20)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²³⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,23)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²¹⁾	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,24,27)	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(11,25)
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Lourdinha Pereira (PSB-MA) ^(5,26)	3. VAGO ^(18,22)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 29](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG). ([DSF de 01/03/2025, p. 6](#))
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM). ([DSF de 25/03/2025, p. 21](#))
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG). ([DSF de 05/04/2025, p. 9](#))
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 87](#))
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).
17. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
18. Em 10.09.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 20/2025-BLPBRA). ([DSF de 11/09/2025, p. 122](#))
19. Em 07.10.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão; e o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 76/2025- BLDEMO). ([DSF de 08/10/2025, p. 198](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 12.11.2025, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 115/2025-BLRESDEM). ([DSF de 13/11/2025, p. 129](#))
22. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
23. Em 07.04.2026, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 024/2026-GSEGAMA). ([DSF de 08/04/2026, p. 167](#))
24. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
25. Em 26.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 051/2026-BLVANG). ([DSF de 27/05/2026, p. 108](#))
26. Em 11.08.2026, a Senadora Lourdinha Pereira foi designada membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, em vaga cedida ao Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 59/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 275](#))
27. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10,29)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ^(3,10)
Senador Giordano (PODE-SP) ^(3,10,12,36)	4. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,24,25)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁹⁾
Senadora Lourdinha Pereira (PSB-MA) ^(20,22,32,41)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Sargento Reginauro (PSDB-CE) ^(2,42)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (S/Partido-RJ) ^(2,28,34,35)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(15,38,43)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,17,33,37)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(5,11,40)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,26,27)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(5,31)	2. Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 26](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 20/02/2025, p. 207](#))



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 27](#))
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA). ([DSF de 26/02/2025, p. 7](#))
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG). ([DSF de 28/02/2025, p. 7](#))
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT). ([DSF de 30/04/2025, p. 158](#))
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO). ([DSF de 30/04/2025, p. 160](#))
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA). ([DSF de 01/05/2025, p. 166](#))
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/05/2025, p. 120](#))
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA). ([DSF de 21/05/2025, p. 167](#))
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO). ([DSF de 26/06/2025, p. 199](#))
24. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
25. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
26. Em 03.11.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 62/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 04/11/2025, p. 56](#))
27. Em 07.11.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniela Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 64/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 08/11/2025, p. 20](#))
28. Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
29. Em 04.03.2026, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 8/2026-BLDEMO). ([DSF de 05/03/2026, p. 155](#))
30. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS). ([DSF de 12/03/2026, p. 87](#))
31. Em 17.03.2026, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
32. Em 31.03.2026, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 023/2026-GSEGAMA). ([DSF de 01/04/2026, p. 170](#))
33. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
35. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG). ([DSF de 16/04/2026, p. 455](#))
36. Em 24.04.2026, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2026-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2026, p. 29](#))
37. Em 27.04.2026, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2026-BLPBRA). ([DSF de 28/04/2026, p. 32](#))
38. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
39. Em 06.05.2026, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 039/2026-GSEGAMA). ([DSF de 07/05/2026, p. 65](#))
40. Em 20.05.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 031/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 21/05/2026, p. 184](#))
41. Em 11.08.2026, a Senadora Lourdinha Pereira foi designada membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 59/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 275](#))
42. Em 12.08.2026, o Senador Sargento Reginauro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 072/2026-BLVANG). ([DSF de 13/08/2026, p. 217](#))
43. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS POVOS INDÍGENAS YANOMAMI

Finalidade: acompanhar, fiscalizar e aprimorar as políticas públicas voltadas aos povos indígenas que habitam a Terra Indígena Yanomami.

(Requerimento 87, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽²⁾

Instalação: 06/05/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	4.
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 28.04.2026, os Senadores Damares Alves, Roberta Acioly, Marcio Bittar, Flávio Arns e Jaime Bagattoli foram designados membros titulares e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 179/2026-CDH). ([DSF de 29/04/2026, p. 100](#))
2. Em 06.05.2026, a subcomissão reunida elegeu a Senadora Damares Alves Presidente deste colegiado (Of. nº 186/2026-CDH).
3. Em 01.06.2026, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, para compor a subcomissão (Of. nº 214/2026-CDH). ([DSF de 02/06/2026, p. 33](#))

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 135, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE APURAÇÃO DE DENÚNCIAS CONTRA O HOSPITAL
DA CRIANÇA ODORICO AMARAL DE MATOS EM SÃO LUÍS/MA**

Finalidade: apurar, no prazo de 60 dias, denúncias de negligência, superlotação e aumento expressivo de óbitos no Hospital da Criança Odorico Amaral de Matos, em São Luís, Maranhão, que afetam diretamente o direito fundamental à vida e à saúde de crianças e adolescentes.

(Requerimento 109, de 2026 - CDH)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(3,10)
VAGO ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(10,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,22)
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecção (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,21,23)	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17)	4. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(5,19,20)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,18,19,20)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 27](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecção, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE). ([DSF de 20/02/2025, p. 197](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG). ([DSF de 21/02/2025, p. 23](#))
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE). ([DSF de 14/03/2025, p. 11](#))
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 140](#))
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 39](#))
15. Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG). ([DSF de 09/10/2025, p. 57](#))
16. Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
17. Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG). ([DSF de 25/02/2026, p. 212](#))
18. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS).
19. Em 17.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e a Senadora Roberta Acioly, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 25/03/2026, p. 163](#))
21. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
22. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 045/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/06/2026, p. 25](#))
23. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023 - CRE)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Instalação: 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:
1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE). ([DSF de 28/03/2025, p. 41](#))

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(1,11)
VAGO ^(1,11,29)	3. Senador Fernando Dueire (PSD-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11,23)
VAGO ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,33)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,32)	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,19,22)
Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(4,20,21,25,31)	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,24,30,34,35,36)
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(5,26,27,28)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(5,27,28)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 24](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.



8. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 225](#))
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sérgio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 30](#))
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 22/02/2025, p. 8](#))
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN). ([DSF de 26/02/2025, p. 8](#))
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM). ([DSF de 28/02/2025, p. 10](#))
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA). ([DSF de 12/03/2025, p. 166](#))
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
18. Em 01.07.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLPBRA). ([DSF de 02/07/2025, p. 212](#))
19. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
20. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
21. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
22. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
23. Em 18.11.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 90/2025-BLEMO). ([DSF de 19/11/2025, p. 162](#))
24. Em 12.12.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 138/2025-BLVANG). ([DSF de 13/12/2025, p. 39](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS). ([DSF de 12/03/2026, p. 87](#))
27. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
28. Em 24.03.2026, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 25/03/2026, p. 163](#))
29. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
30. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
31. Em 12.05.2026, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 041/2026-GSEGAMA). ([DSF de 13/05/2026, p. 73](#))
32. Em 11.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 045/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/06/2026, p. 25](#))
33. Em 03.07.2026, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 052/2026-GSEGAMA). ([DSF de 04/07/2026, p. 26](#))
34. Em 14.07.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 064/2026-BLVANG). ([DSF de 15/07/2026, p. 163](#))
35. Em 14.07.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 065/2026-BLVANG). ([DSF de 15/07/2026, p. 164](#))
36. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.leg.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
	1.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. VAGO ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. VAGO ^(4,9,21)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ^(8,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,17,18,20)	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
VAGO ⁽⁵⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁵⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,23,26)	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(6,22)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Lourdinha Pereira (PSB-MA) ^(6,25)
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(7,20)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(7,19,20)

- Notas:**
1. Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 30\)](#)
2. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)
3. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR). [\(DSF de 20/02/2025, p. 192\)](#)
4. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)
5. Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)
6. Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)
7. Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)
9. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)
10. Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG). [\(DSF de 21/03/2025, p. 19\)](#)
11. Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM). [\(DSF de 25/03/2025, p. 20\)](#)
12. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO). [\(DSF de 14/05/2025, p. 88\)](#)



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG). ([DSF de 17/05/2025, p. 19](#))
14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM). ([DSF de 17/05/2025, p. 18](#))
15. Em 15.07.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLREDEM). ([DSF de 16/07/2025, p. 88](#))
16. Em 18.08.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 050/2025-BLDEMO). ([DSF de 19/08/2025, p. 18](#))
17. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
18. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
19. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
20. Em 24.03.2026, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 25/03/2026, p. 163](#))
21. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro titular, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 024/2026-BLPBRA). ([DSF de 08/04/2026, p. 171](#))
23. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
24. Em 19.05.2026, a comissão reunida elegeu o Senador Hermes Klann Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 034/2026-CDR). ([DSF de 22/05/2026, p. 36](#))
25. Em 11.08.2026, a Senadora Lourdinha Pereira foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, em vaga cedida ao Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 59/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 275](#))
26. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Terças-feiras 09:30 -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. VAGO ^(1,11,12,29,37)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11,12,18,27)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
VAGO ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSB-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ^(8,11,12)	4. VAGO ^(8,11,12,31)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ^(4,22,23,26,34)	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)	3. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. VAGO ^(13,35,36,38)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14,21,32)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,28,30,33)
Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(5,25)	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB). [\(DSF de 19/02/2025, p. 31\)](#)

2. Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). [\(DSF de 22/02/2025, p. 101\)](#)

3. Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). [\(DSF de 19/02/2025, p. 15\)](#)

4. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 11\)](#)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)

6. Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). [\(DSF de 19/02/2025, p. 19\)](#)

7. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA). [\(DSF de 19/02/2025, p. 7\)](#)

8. Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). [\(DSF de 20/02/2025, p. 218\)](#)

9. Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)

10. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB). [\(DSF de 20/02/2025, p. 200\)](#)

11. Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). [\(DSF de 20/02/2025, p. 211\)](#)



12. Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT). ([DSF de 04/04/2025, p. 137](#))
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM). ([DSF de 08/04/2025, p. 30](#))
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLEMO). ([DSF de 14/05/2025, p. 86](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 31](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2025-BLPBRA). ([DSF de 16/07/2025, p. 90](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão do assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLRESDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Em 02.12.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 69/2025-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 03/12/2025, p. 108](#))
26. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
27. Em 03.02.2026, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 002/2026-BLEMO). ([DSF de 04/02/2026, p. 162](#))
28. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Tereza Cristina, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP). ([DSF de 11/02/2026, p. 7](#))
29. Em 25.02.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 09/2026-BLEMO). ([DSF de 26/02/2026, p. 100](#))
30. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
31. Vago em 1º.04.2026, em razão do retorno do titular.
32. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
33. Em 07.04.2026, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLI/BLALIAN). ([DSF de 14/08/2026, p. 3333](#); [DSF de 14/08/2026, p. 3333](#))
34. Em 30.04.2026, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 35/2026-BLRESDEM). ([DSF de 01/05/2026, p. 11](#))
35. Em 05.05.2026, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 036/2026-BLVANG). ([DSF de 06/05/2026, p. 106](#))
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 039/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 69](#))
37. Em 08.07.2026, o Senador Veneziano Vital do Rêgo deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 045/2026-BLEMO). ([DSF de 09/07/2026, p. 132](#))
38. Vago em 02.09.2026, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ^(17,24,26)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(3,16,20)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(22,23,25,28,30)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁸⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(4,27,29)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(4,13,21)

Notas:

1. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))

2. Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))

3. Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))

6. Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT). ([DSF de 20/02/2026, p. 195](#))

7. Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 32](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 202](#))

9. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 219](#))

10. Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 215](#))

11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 25](#))

12. Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM). ([DSF de 20/03/2025, p. 129](#))

13. Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 12/04/2025, p. 6](#))



14. Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.
15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO). ([DSF de 06/05/2025, p. 27](#))
16. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
17. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLRESDM). ([DSF de 07/10/2025, p. 52](#))
18. Em 06.10.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2025-BLPBRA). ([DSF de 07/10/2025, p. 53](#))
19. Em 09.10.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 102/2025-GSEGAMA). ([DSF de 10/10/2025, p. 35](#))
20. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLRESDM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
21. Em 06.11.2025, a Senadora Damares Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Cleitinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 62/2025-GABLID/GLREPUBL). ([DSF de 07/11/2025, p. 46](#))
22. Em 09.12.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2025-BLVANG). ([DSF de 10/12/2025, p. 127](#))
23. Em 11.12.2025, o Senador Eduardo Girão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 135/2025-BLVANG). ([DSF de 12/12/2025, p. 26](#))
24. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
25. Em 04.02.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 01/2026-BLVANG). ([DSF de 05/02/2026, p. 8](#))
26. Em 10.02.2026, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 008/2026-GSEGAMA). ([DSF de 11/02/2026, p. 8](#))
27. Em 06.04.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 014/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 07/04/2026, p. 58](#))
28. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
29. Em 06.07.2026, o Senador Laércio Oliveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 048/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 07/07/2026, p. 48](#))
30. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE VACINAS DE INTERESSE NACIONAL

Finalidade: Acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico de vacinas de interesse nacional, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento 84, de 2026 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾

Instalação: 02/09/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁾

- Notas:**
- 1. Em 01.09.2026, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Chico Rodrigues e Esperidião Amin foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Nelsinho Trad e Efraim Filho membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 77/2026-SACCT).
 - 2. Em 02.09.2026, a subcomissão reunida elegeu o Senador Astronauta Marcos Pontes Presidente deste colegiado (Of. nº 079/2026-CCT).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



11.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (1)	1.
	2.
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) (7)	3. VAGO (6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG) (3)	1. VAGO (8,9)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (5)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (4)

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB). (DSF de 19/02/2025, p. 35)

2. Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). (DSF de 22/02/2025, p. 101)

3. Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). (DSF de 19/02/2025, p. 11)

4. Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). (DSF de 19/02/2025, p. 7)

5. Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). (DSF de 19/02/2025, p. 19)

6. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 218)

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS). (DSF de 20/02/2025, p. 219)

8. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 100/2025-BLREDEM). (DSF de 07/10/2025, p. 52)

9. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes
Telefone(s): 3303-3491
E-mail: cdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (PODE-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (PL-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODE-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,22,23,25)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,24)
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(16,29)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(21,26,33,34,35,36)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,17,27)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senador Camilo Santana (PT-CE) ^(18,32)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(6,28,30,31)	2. Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(6,30,31)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 33](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogerio e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
- Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heize e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA). ([DSF de 20/02/2025, p. 193](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 222](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 200](#))
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
- Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM). ([DSF de 12/03/2025, p. 167](#))



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 82](#))
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA). ([DSF de 13/03/2025, p. 83](#))
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/03/2025, p. 215](#))
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2025-GLPDT). ([DSF de 27/03/2025, p. 80](#))
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO). ([DSF de 25/04/2025, p. 39](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 07.07.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2025-BLVANG). ([DSF de 08/07/2025, p. 39](#))
22. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
23. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2025, p. 50](#))
24. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
25. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
26. Em 03.03.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 011/2026-BLVANG). ([DSF de 04/03/2026, p. 156](#))
27. Em 11.03.2026, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil (Of. nº 014/2026-BLPBRA). ([DSF de 12/03/2026, p. 155](#))
28. Vago em 11.03.2026, em razão da renúncia do Senador Mecias de Jesus (Of. 026/2026-GSMJESUS). ([DSF de 12/03/2026, p. 87](#))
29. Em 16.03.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 018/2026-BLVANG). ([DSF de 17/03/2026, p. 46](#))
30. Em 17.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 18/03/2026, p. 62](#))
31. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 25/03/2026, p. 163](#))
32. Em 07.04.2026, o Senador Camilo Santana foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Augusta Brito, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 022/2026-BLPBRA).
33. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 14.04.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 027/2026-BLVANG). ([DSF de 15/04/2026, p. 91](#))
35. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
36. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sergio Moro (PL-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (PL-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (PL-PR) ^(3,11)	4. Senador Sargento Reginauro (PSDB-CE) ^(3,11,39)
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ^(4,26,27,30,37)	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (REPUBLICANOS-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,20,29)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,23,25)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ^(2,36,40)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16,21,22)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19,32,35)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Lourdinha Pereira (PSB-MA) ^(6,14,17,38)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ^(12,24,28)	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,31,33,34)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 28](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG). ([DSF de 19/02/2025, p. 104](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 16](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 14](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 8](#))
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 21](#))
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP). ([DSF de 19/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 19/02/2025, p. 218](#); [DSF de 20/02/2025, p. 205](#); [DSF de 20/02/2025, p. 218](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA). ([DSF de 20/02/2026, p. 210](#))
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 201](#))



11. Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 214](#))
12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG). ([DSF de 02/04/2025, p. 149](#))
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT). ([DSF de 03/04/2025, p. 104](#))
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG). ([DSF de 16/05/2025, p. 11](#))
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG). ([DSF de 23/05/2025, p. 30](#))
20. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLREDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))
21. Em 15.07.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 068/2025-BLVANG). ([DSF de 16/07/2025, p. 87](#))
22. Em 16.07.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 069/2025-BLVANG). ([DSF de 17/07/2025, p. 179](#))
23. Em 04.09.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2025-BLVANG). ([DSF de 05/09/2025, p. 28](#))
24. Em 09.09.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2025-BLPBRA). ([DSF de 10/09/2025, p. 27](#))
25. Em 15.09.2025, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 86/2025-BLVANG). ([DSF de 16/09/2025, p. 36](#))
26. Vago em 01.10.2025, em razão da assunção do segundo suplente.
27. Em 06.10.2025, o Senador José Lacerda foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 098/2025-BLREDEM). ([DSF de 07/10/2026, p. 50](#))
28. Em 07.10.2025, o Senador Randolfe Rodrigues deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 31/2025-BLPBRA). ([DSF de 08/10/2025, p. 197](#))
29. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025-BLREDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))
30. Vago em 30.01.2026, em razão da assunção da primeira suplente.
31. Em 10.02.2026, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 4/2026-GLPP). ([DSF de 11/02/2026, p. 2](#))
32. Em 19.03.2026, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 022/2026-BLVANG). ([DSF de 20/03/2026, p. 16](#))
33. Vago em 31.03.2026, em razão do retorno do titular.
34. Em 07.04.2026, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 016/2026-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 14/08/2026, p. 3333](#))
35. Em 28.04.2026, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 031/2026-BLVANG). ([DSF de 29/04/2026, p. 105](#))
36. Em 06.05.2026, o Senador Hermes Klann foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Seif, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 037/2026-BLVANG). ([DSF de 07/05/2026, p. 62](#))
37. Em 26.06.2026, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 049/2026-GSEGAMA). ([DSF de 27/06/2026, p. 16](#))
38. Em 11.08.2026, a Senadora Lourdinha Pereira foi designada membro titular, em substituição à Senadora Ana Paula Lobato, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, em vaga cedida ao Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 59/2026-GSEGAMA). ([DSF de 12/08/2026, p. 275](#))
39. Em 12.08.2026, o Senador Sargento Reginauro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 050/2026-BLEMO).
40. Em 02.09.2026, o Senador Jorge Seif foi designado membro titular, em substituição ao Senador Hermes Klann, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 079/2026-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (PL-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,9,10)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 34](#))

2. Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 1](#))

3. Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 17](#))

4. Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))

5. Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLD/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 9](#))

6. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 20](#))

7. Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS). ([DSF de 20/02/2025, p. 218](#))

8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2025, p. 203](#))

9. Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2025-BLRESDEM). ([DSF de 04/07/2025, p. 13](#))

10. Em 30.10.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Pedro Chaves, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 112/2025/BLRESDEM). ([DSF de 31/10/2025, p. 108](#))

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa
Telefone(s): 6133032230
E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. VAGO ^(1,9,15,27)
Senador Efraim Filho (PL-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (REPUBLICANOS-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, AVANTE, NOVO)	
Senador Romário (S/Partido-RJ) ^(2,16,17,18,21,22)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13,14,23)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(12,20)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Roberta Acioly (REPUBLICANOS-RR) ^(5,19)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(24,25,26)

- Notas:**
- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB). ([DSF de 19/02/2025, p. 36](#))
 - Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG). ([DSF de 22/02/2025, p. 101](#))
 - Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO). ([DSF de 19/02/2025, p. 15](#))
 - Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrilli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA). ([DSF de 19/02/2025, p. 11](#))
 - Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 19/02/2025, p. 7](#))
 - Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT). ([DSF de 19/02/2025, p. 19](#))
 - Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
 - Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO). ([DSF de 20/02/2025, p. 220](#))
 - Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM). ([DSF de 20/02/2025, p. 211](#))
 - Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM). ([DSF de 21/02/2025, p. 24](#))
 - Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
 - Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 124](#))
 - Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG). ([DSF de 08/05/2025, p. 139](#))
 - Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG). ([DSF de 09/05/2025, p. 38](#))
 - Em 03.07.2025, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 43/2025-BLDEMO). ([DSF de 04/07/2025, p. 15](#))
 - Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 141/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 548](#))
 - Em 17.12.2025, o Senador Bruno Bonetti deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 142/2025-BLVANG). ([DSF de 18/12/2025, p. 547](#))
 - Em 24.02.2026, o Senador Bruno Bonetti foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 005/2026-BLVANG). ([DSF de 25/02/2026, p. 211](#))



19. Em 24.03.2026, a Senadora Roberta Acioly foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 011/2026-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 25/03/2026, p. 163](#))
20. Vago em 02.04.2026, em razão do retorno do titular.
21. Vago em 10.04.2026, em razão do retorno do titular.
22. Em 15.04.2026, o Senador Romário foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 030/2026-BLVANG). ([DSF de 16/04/2026, p. 455](#))
23. Em 19.05.2026, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 047/2026-BLVANG). ([DSF de 20/05/2026, p. 54](#))
24. Em 02.06.2026, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 034/2026-BLALIAN). ([DSF de 03/06/2026, p. 76](#))
25. Em 23.06.2026, o Senador Esperidião Amin deixa de compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 044/2026-BLALIAN). ([DSF de 24/06/2026, p. 11](#))
26. Em 13.07.2026, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente para compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 051/2026-BLALIAN). ([DSF de 14/07/2026, p. 46](#))
27. Vago em 02.09.2026, em razão do retorno do titular em 30.10.2025.

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (PL-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035258
E-mail: naot@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Democracia			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (AVANTE-ES)		5. Senador Carlos Viana (PSD-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (PL-AC)			

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE)**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015**Atualização:** 08/02/2017**Secretaria-Geral da Mesa**

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035713**E-mail:** npfg@senado.leg.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE: Senador Irajá (PSD-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Carlos Portinho (PL-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PSD
Senador Irajá (TO)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PDT
Senador Weverton (MA)
MDB
Senador Eduardo Braga (AM)
PODE
Senador Giordano (SP)
PP
Senadora Tereza Cristina (MS)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senador Alan Rick (AC)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)

Atualização: 01/06/2017

Secretaria-Geral da Mesa
 NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



5) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa
NPFG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



9) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)

COORDENADOR:

- 1ª Designação: 16/11/1995
- 2ª Designação: 30/06/1999
- 3ª Designação: 27/06/2001
- 4ª Designação: 25/09/2003
- 5ª Designação: 26/04/2011
- 6ª Designação: 21/02/2013
- 7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



10) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Augusta Brito (PT-CE)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



11) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador Plínio Valério, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



12) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



14) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



15) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2026.)

PRESIDENTE:

MEMBROS
AVANTE
MDB
PDT
PL
NOVO
PSD
PSB
PSDB
PT
PODE
PP
REPUBLICANOS
UNIÃO



16) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



19) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



21) PRÊMIO CARMEN PORTINHO
(Resolução do Senado Federal nº 45, de 2025)

PRESIDENTE:



22) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODE-PA)



24) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

MEMBROS
NOVO
Senador Eduardo Girão (CE)
MDB
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PB)
PDT
Senador Weverton (MA)
PL
Senador Carlos Portinho (RJ)
PODE
Senador Giordano (SP)
PP
Senador Dr. Hiran (RR)
PSB
Senador Cid Gomes (CE)
PSDB
Senador Plínio Valério (AM)
PSD
Senadora Zenaide Maia (RN)
PT
Senadora Teresa Leitão (PE)
REPUBLICANOS
Senadora Damares Alves (DF)
UNIÃO
Senadora Professora Dorinha Seabra (TO)
AVANTE
Senador Marcos do Val (ES)
Secretaria Geral da Mesa
NPFG
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



29) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

Presidente do Comitê Técnico João Paulo Mendes de Lima
Independente:

MEMBROS
Comitê Técnico Independente - Representante do Senado Federal
José Dantas Filho
Comitê Técnico Independente - Representante do Ministério da Educação
João Paulo Mendes de Lima
Comitê Técnico Independente - Representante do INEP
Eduardo Carvalho Sousa
Comitê Técnico Independente - Representante do UNICEF no Brasil
Júlia Medeiros Netto Ribeiro
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Lemann
Thamires Mirolli
Comitê Técnico Independente - Representante da Fundação Roberto Marinho
Rosalina Maria Soares
Comitê Técnico Independente - Representante da Associação Bem Comum
Débora de Freitas Viégas
Comitê Técnico Independente - Representante do Instituto Natura
Márcia Ferri



32) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



33) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



34) COMENDA LAÇO BRANCO
(Resolução do Senado Federal nº 1, de 2026.)

PRESIDENTE:



35) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



36) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)

PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PSDB-AL)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS)



37) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

